

O BRASIL AGRÍCOLA

JULHO/2003 - Nº 655 - ANO 59 - R\$ 7,50 - www.agranja.com

agranja

desde
1945

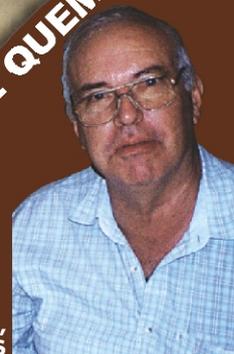


PIRATARIA S/A

O prejuízo é de todos

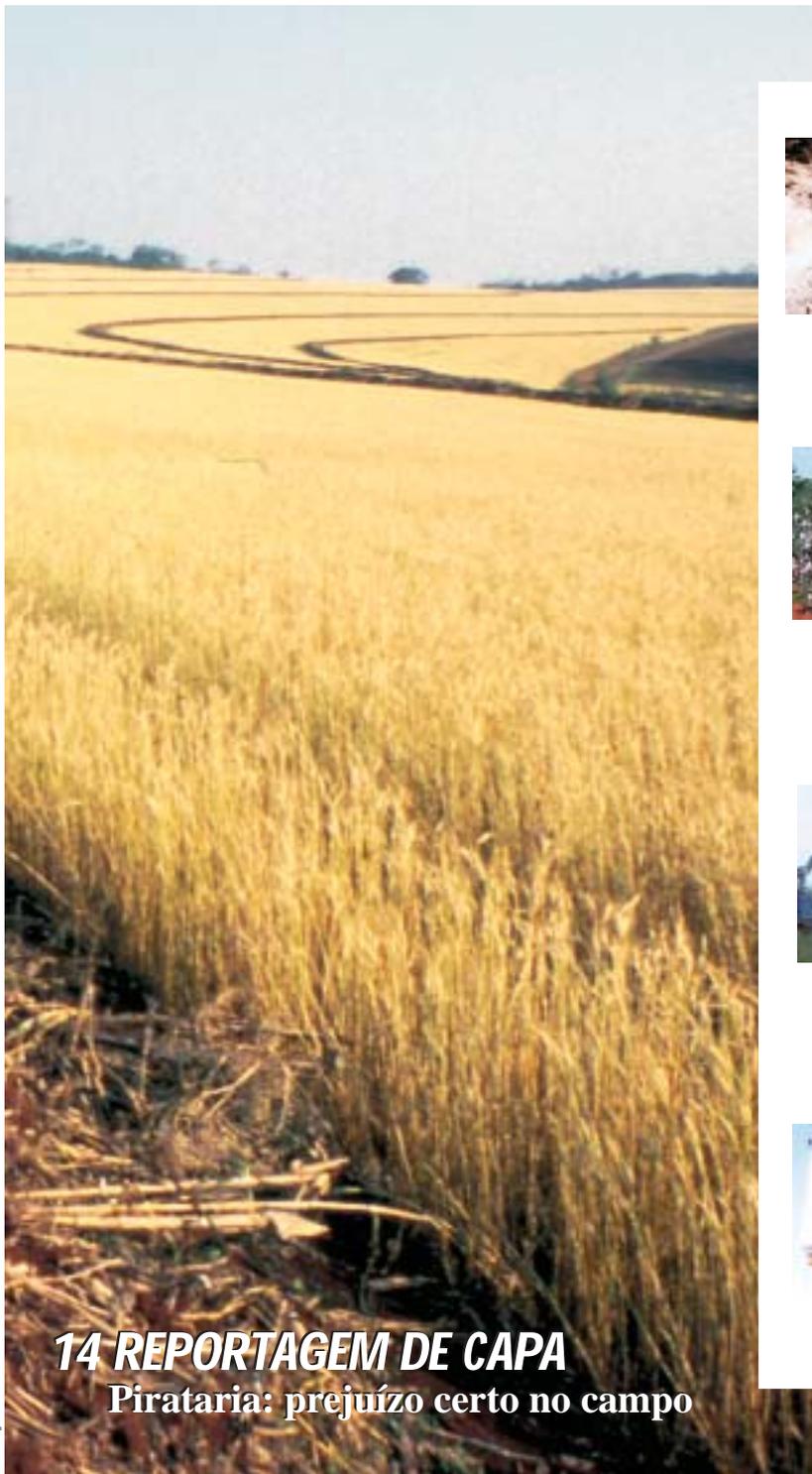
- **Calcário é tecnologia indispensável**
- **As vantagens dos pulverizadores autopropelidos**
- **Big bag: mais eficiência no transporte e na armazenagem**

O SEGREDO DE QUEM FAZ



Alfredo Southall,
produtor em S o Gabriel/RS

"Os 118 milh es de toneladas s o resultado da m dia e grande propriedades"



A Granja

14 REPORTAGEM DE CAPA

Piratataria: prejuízo certo no campo



Leandro Mirmann

22 CALCÁRIO

O aliado da boa produção



A Granja

28 ALGODÃO

O agronegócio tem mais um "rei"



Divulgação

36 PULVERIZADORES

Os benefícios dos autopropelidos



Divulgação

42 BIG BAG

Eficiência garantida na propriedade

SEÇÕES

6 O Segredo de Quem Faz
9 Aconteceu
10 Aqui Está a Solução
12 Cartas, Fax, E-mails

13 Eduardo Almeida Reis
52 Pastagens
54 Revista Chacra
55 Plantio Direto

58 Agribusiness
62 Flash
64 Biotecnologia
65 Novidades no Mercado
66 Ponto de Vista

ANÚNCIO



**Produtividade X
reforma agrária na
JUSTIÇA**

Glauco Menegheti

A maior desapropriação de terras da história do Rio Grande do Sul pegou de surpresa o produtor gaúcho **Alfredo Southall**. As Estâncias do Céu, Santa Adelaide, Caieira, Posto Bragança e Salso, localizadas no município de São Gabriel, que somam 13,2 mil hectares, foram alvo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A intenção do governo federal é utilizar as áreas para assentar 530 famílias. O produtor garante que suas terras são produtivas e coloca em dúvida a forma como as vistorias do Incra foram realizadas. Este é apenas mais um round da polêmica reforma agrária brasileira que pára no Supremo Tribunal Federal. Southall, de 63 anos, dedica-se à pecuária desde a década de 1980 e hoje é um colecionador de títulos com seu rebanho de elite das raças devon, aberdeen angus, hereford e limousin.

A Granja

A Granja — Qual a sua opinião sobre a reforma agrária que está sendo conduzida pelo governo federal?

Alfredo Southall — O atual governo noticia que já desapropriou 240 mil hectares, revelando preocupação com o cumprimento de meta de quantidade em prejuízo da qualidade, contrariando, assim, manifestação do próprio presidente da República, que recentemente manifestou sua preocupação com a viabilidade dos assentamentos já existentes.

A Granja — Ela poderá gerar muita tensão no campo? Por quê?

Southall — A condução do processo de reforma agrária deve se dar com absoluta transparência e respeito à legalidade. A desapropriação de imóvel produtivo, como no caso de minha propriedade, em nada contribui para solucionar os problemas no campo.

A Granja — Por que o senhor foi alvo da desapropriação? Pelo tamanho de sua propriedade? Ou por ser ela pouco produtiva?

Southall — A minha propriedade consistia no único imóvel vistoriado e com processo administrativo não concluído, quando da transferência de governo. E, dessa forma, tornou-se o único imóvel passível de desapropriação no presente momento. Assim, de nada importou a notória produtividade do imóvel se o compromisso era apenas com a desapropriação, a qualquer custo. Isso explica o fato de o Incra nunca ter permitido a comprovação da real produtividade do imóvel.

A Granja — Será possível reverter a desapropriação pela via judicial? Quais são os argumen-

tos jurídicos a seu favor?

Southall — Sim, será possível. Mas a partir da realização de nova vistoria, com a observância da minha prévia notificação, assegurando a devida comprovação de produtividade do imóvel, o que se espera que venha a ocorrer com o julgamento do Mandado de Segurança proposto junto ao Supremo Tribunal Federal. Assim como a comprovação dos inúmeros equívocos do relatório agrônômico (que não considerou os reais rebanhos ovinos, eqüinos e bovinos, a considerável parcela de produção de soja e arroz e não excluiu áreas de preservação permanente e ocupadas com benfeitorias, mas incluiu área de terceiros como pertencente ao imóvel, etc.) realizado pelo Incra. Objeto de prova

Não importou a notória produtividade da fazenda, pois o compromisso era com a desapropriação, a qualquer custo

pericial judicial em curso comprovará a efetiva produtividade do imóvel, excluindo-o do programa da reforma agrária.

A Granja — Quais são os principais indicadores que atestam a produtividade de sua fazenda?

Southall — Minha propriedade localiza-se em um município que possui tradicional produção agropecuária. Mesmo assim, responde, isoladamente, por 8% da produção de arroz da região, 6% da produção de soja, 5% da produção de terneiros, 14% da produção de lã e 48% da produção de touros, numa extensão que corresponde a apenas 2% da área do município.

A Granja — Detalhe a produção e produtividade de seu negócio, tanto na pecuária como na agricultura.

Southall — O imóvel possui

uma área de plantio de lavoura de soja com aproximadamente 2 mil hectares, 700 hectares de arroz, além da produção de sorgo. Possui ainda um rebanho bovino aproximado de 11 mil animais e um considerável rebanho ovino, que à época da vistoria superava 15 mil animais.

A Granja — O que tem a dizer sobre os critérios utilizados pelo Incra que levaram à desapropriação da área de 13,2 mil hectares? Eles estão equivocados?

Southall — O Incra desconsiderou, por exemplo, substancial produção de soja, sob o argumento de que tal área tivesse sido plantada no imóvel vizinho. A declaração do proprietário da área vizinha afirmando que no seu imó-

vel nunca havia sido plantado soja, mas apenas arroz, bem como a declaração de todos que estiveram envolvidos no plantio e na colheita da soja no imóvel vistoriado, até mesmo a dos motoristas que transportaram a soja acompanhada das respectivas notas fiscais, informando a origem da produção, também não foram consideradas pelo Incra. A prova judicial em curso, utilizando de recursos como sensoriamento remoto e geoprocessamento – usados pela própria Conab, quando da estimativa de safra –, provará que no imóvel vizinho apenas havia lavoura de arroz e nunca soja, bem como o fato de que a extensão da lavoura de soja plantada no imóvel vistoriado se encontra compatível com a produção informada e provada, mas não considerada pelo Incra. Igual precisão de prova será utilizada para demonstrar,

um a um, todos os equívocos cometidos pelo Incra e que conduziram o imóvel à alegada improdutividade.

A Granja — Qual o modelo de reforma agrária ideal, na sua opinião?

Southall — Uma reforma agrária que efetivamente permita a inserção das pessoas na cadeia produtiva. Para tanto, é preciso sele-

entre a real cotação de suas terras e a estabelecida pelo governo? O que outras experiências mostram?

Southall — Não houve qualquer avaliação do meu imóvel em decorrência da suspensão da desapropriação determinada pelo STF. Todavia, a experiência nos mostra que a avaliação nunca reflète a real condição de mercado dos imóveis.

A experiência nos mostra que a cotação das terras nunca reflète a real condição de mercado dos imóveis

cionar indivíduos com vocação e compromisso com a terra e produção agropecuária, estruturados de forma segmentada e voltados a mercados determinados. Mas, em qualquer das hipóteses, não se pode fazer uma reforma agrária às custas da propriedade produtiva e da segurança jurídica.

A Granja — Qual a sua opinião sobre o argumento de que o assentamento em suas terras impactaria mais na economia local, distribuiria mais renda do que a gerada com o perfil do seu negócio?

Southall — A título de exemplificação, e considerando-se que a área efetivamente aproveitável do imóvel resulta em 10 mil hectares, caso assentadas as 590 famílias noticiadas, caberão a cada uma aproximadamente 17 ha. Excluídas a área de reserva legal e benfeitorias, restariam em torno de 12 ha. Nesta área, poderiam ser criadas, por exemplo, cinco vacas, que ao final de um ano poderiam parir cinco terneiros por família, num total de 3 mil novos animais. O imóvel, como hoje explorado, produz ao ano o dobro disto.

A Granja — Existe uma defasagem de preço muito grande

A Granja — E sobre os títulos da dívida agrária, como funcionam?

Southall — Prevêm prazo de carência ao recebimento e resgate escalonado a longo prazo, assim não traduzindo justiça na indenização.

A Granja — Quais os seus planos para a Estância do Céu após esta batalha judicial e em caso de sua vitória?

Southall — Seguir na mesma linha de exploração, confiando que a política agrícola respeite a estrutura produtiva nacional forjada em anos de investimentos e hoje responsável por 118 milhões de toneladas de grãos, com o maior excedente exportável registrado na história do País.

A Granja — A seu ver, de que forma os grandes produtores devem se organizar para evitar as invasões de terra?

Southall — No estado de direito cabe ao Poder Judiciário a defesa também preventiva da posse dos imóveis rurais e existem mecanismos para o exercício de tais direitos.

A Granja — Qual a sua opinião sobre as invasões de terras?

Este é um problema que deve ser tratado pelo governo?

Southall — Segurança é questão afeita ao Poder Público, aliás, responsabilidade de natureza constitucional. Assim, cabe ao Estado não somente agir, mas trabalhar de forma preventiva para evitar a consumação de invasões. De outro lado, é preciso que os proprietários exercitem seus direitos e cobrem do Poder Público providências concretas nesse sentido.

A Granja — O senhor vê o governo omissivo para conter as invasões de terras?

Southall — A imprensa nacional noticiou recentemente inúmeros acontecimentos lamentáveis nesse sentido. Não se vê, por parte do Poder Público, nem ações preventivas nem qualquer censura adequada à conduta dos responsáveis.

A Granja — Qual seria a forma ideal para realizar uma reforma agrária que funcione, que resolva de fato a questão agrária no Brasil?

Southall — Dentro da ordem e da legalidade, deve-se buscar alternativas de imóveis ofertados ou realmente improdutivos, de um lado, e pessoas vocacionadas e comprometidas com a produção, de outro. Também é preciso direcionar essas pessoas a um mercado específico.

A Granja — É possível que a agricultura familiar assegure renda aos pequenos produtores?

Southall — Os resultados demonstrados na balança comercial brasileira, resultantes de uma produção de 118 milhões de toneladas, sem qualquer sombra de dúvidas, é resultado da média e grande propriedades rurais. A pequena propriedade, neste contexto, quando muito assegura a subsistência de seus proprietários. ■

Plano Agrícola. Gol de placa

Pois, para a alegria do agronegócio saiu o primeiro Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004. Entendemos que a vitória do setor primário foi antes de tudo conceitual.

O governo Lula reconheceu o grande mérito de FHC e não mais quis inventar a roda e muito menos jogar contra. Parece uma incoerência registrar isso: foi uma vitória do bom senso e uma sinalização clara de que a agricultura realmente é um assunto prioritário para quem está à frente dos desígnios da nação.

Incoerência porque dir-se-a que isto é óbvio. Afinal, um governo que precisa fabricar dólares todos os dias com produtos exportáveis e um governo que fez da Fome Zero seu grande programa de ação não poderia agir de modo diferente.

R\$ 2,3 bilhões vão ser desperdiçados num mar que não tem peixe. Gol contra

Pois o companheiro José Fritsch, candidato do PT ao governo de Santa Catarina, não conseguiu se eleger governador. Consequência? Cria-se um ministério para tentar elegê-lo na próxima rodada.

E, assim, com o escasso dinheiro disponível, acrescenta-se mais um ministério, desta feita para o ex-prefeito de Chapecó/SC, que talvez tenha alguma familiaridade com frangos, mas provavelmente nenhuma com peixes. Seguramente o homem errado para o lugar errado.

O presidente disse com todas as letras, por ocasião do lançamento do pacote de medidas de incentivo à pesca: “qualquer presidente não precisa ser muito letrado para saber que temos uma costa marítima invejável”.

É verdade. Temos uma costa marítima invejável para o turismo. Não para a pesca empresarial.

Lula que gosta de metáforas e, se fosse mais letrado, deveria saber que temos uma enorme costa...sapatona, ou seja, infértil.

Peixe no oceano Atlântico dá de preferência no Sul, Uruguai e Argentina. É lá que estão os grandes cardumes de pescada, pescadinha, brotea, congrio-rosa, etc., etc.

Nesse sentido, o presidente Medici cometeu erro de avaliação quando instituiu que a costa brasileira teria 200 milhas de distância, em contraposição às 12 milhas aceitas pelo mundo civilizado. O que aconteceu? Bem, Uruguai e Argentina fizeram o mesmo e assim terminaram com a incipiente indústria brasileira do peixe, que teve e tem duas alternativas caras: ou compra o peixe nas docas de Buenos Aires e traz em contêineres refrigerados, via rodoviária até a Bahia, por exemplo, ou pesca em águas territoriais uruguaias e argentinas, pagando um pesado pedágio.

O pobre do cearense, em suas jangadas românticas, precisa sair dois dias de viagem para recolher pouco mais de 30 peixes. Dois dias de velejada arriscada dá peixe, ou quando dá, são 50% de peixe para o dono da jangada e 50% para seus parceiros. Ou seja, dá bem mais alugar jangadas para turistas. Como nordestino que já foi, Lula deveria saber disso. Talvez saiba, se o negócio não for exatamente peixe, mas eleger mais um governador do PT.

Aqüicultura

O que o Brasil tem de sobra são rios, estuários, lagos, lagoas e baías. Aqui está a nossa riqueza pronta para ser explorada com incentivo governamental e de modo racional. Assim como a retirada de borracha da seringueira nativa representa hoje tão somente 5% de nossa produção de heveicultura, também o peixe retirado de nosso enorme mar, pouco significado econômico tem. O que deverá ter real importância será por meio de fazendas de peixes e camarões.

Assim como temos o pasto natural para alimentar o gado, possuímos também as condições ideais para estabelecer criatórios de peixe e camarões.

Lula disse que o governo está “olhando o humilde pescador artesanal quanto a moderna indústria pesqueira”. Um enorme e desastroso equívoco, pois o governo deveria estar

olhando, sim, o que o mundo já está fazendo com o cultivo de peixes e camarões cativos e ordenadamente produzidos em escala. Aqui está o futuro e alguns empreendedores “mais letrados” já descobriram isso, e, sem nenhuma ajuda ou incentivo, podem dar lições gratuitas para o governo não desperdiçar o dinheiro do contribuinte, como está acontecendo hoje igual a ontem, com a tal da Reforma Agrária.

E os transgênicos?

Pois enquanto o lero-lero da indefinição continua, os sementeiros convencionais gaúchos estão mandrake (parados). Vai haver desobediência civil no Rio Grande do Sul, é o que apostam os produtores, à boca pequena, é claro. E o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, falou em alto e bom som durante o Fórum Permanente do Agronegócio: “Nem Jesus Cristo impedirá que os produtores gaúchos plantem soja transgênica na próxima safra”.

Por que a UE e os EUA têm medo do Brasil Agrícola?

Ora, por várias razões que comecem com nosso imenso território agrícola ainda não explorado. Pelo País tropical que somos, onde chove e faz sol, principalmente no Cerrado com bastante regularidade. Imagine você agricultor nos Estados Unidos ou na Europa: lá são cinco meses de inverno. É neve, gelo e degê-lo, impedindo qualquer atividade que faça qualquer coisa crescer.

O medo pelo Brasil agrícola ainda aumenta em razão de que nossa mão-de-obra é mais barata e menos exigente e hoje os equipamentos são iguais aqui como lá, fazendo com que o antigo aporte tecnológico dos estrangeiros ficasse ao nosso conhecimento. Ou seja, plantamos tão bem quanto eles, porém com um cenário muito mais favorável para nós. Por isso mesmo, o medo deles é plenamente justificado, porque ele não é subjetivo, é real.

ARMAZENAGEM de produtos agrícolas na fazenda



“Estou concluindo o curso de Ciências Econômicas e escolhi ‘armazenagem de produtos agrícolas na fazenda’ como tema para monografia. Gostaria de receber informações sobre o assunto.”

Celso Agostinho Prati
celso_prati@uol.com.br

R — Celso, um livro bastante conhecido que poderá lhe ser útil é o de Érico Aquino Weber, *Armazenagem*

Agrícola. O autor tem um site (armazenagem.com.br) onde você poderá pesquisar sobre outras fontes para tirar as suas dúvidas. Outra sugestão é Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas, escrito por especialistas da Universidade Federal de Viçosa. Você pode obter mais informações entrando no site www.pos-colheita.com.br, ou ligando para o telefone (31) 3899-1889.

Conceito de AGRIBUSINESS

“Sou estudante de Administração de Empresas e tenho bastante interesse pelo agronegócio, que ultimamente tem sido objeto de reportagens na TV. Gostaria de saber a origem do conceito de agribusiness e qual o seu significado.”

Francisco Góes Leite
Recife/PE

R — Prezado Francisco, o conceito de agribusiness foi criado por dois pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, em 1957. Os especialistas enunciaram o conceito de agribusiness como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das opera-

ções de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

De acordo com esses autores, a agricultura já não poderia ser abordada de maneira indissociada dos outros agentes responsáveis por todas as atividades que garantiriam a produção, transformação, distribuição e o consumo de alimentos. Eles consideravam as atividades agrícolas como fazendo parte de uma extensa rede de agentes econômicos que iam desde a produção de insumos, transformação industrial, até armazenagem e distribuição de produtos agrícolas e derivados.

Dúvida sobre liberação da próxima SAFRA

“Sou produtor no Rio Grande do Sul e estou na dúvida se planto soja transgênica ou convencional na próxima safra. Ouvi rumores de que talvez o governo estendesse o prazo para comercialização até 31 de março de 2004, o que nos possibilitaria vender a soja transgênica sem nos comprometermos legalmente. O que devo fazer?”

Ricardo Gonzaga
Cruz Alta/RS

R — Caro Ricardo, em um pronunciamento recente a jornalistas, o ministro interino do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento, José Amauri Dimárzio, disse que o governo federal ainda não definiu se altera o prazo para 31 de março como limite para a comercialização da soja RR. Dimárzio deixou claro que a deliberação partirá do governo. “Será uma decisão política”, argumentou o ex-dono da Dekalb. Ele deixou escapar, no entanto, que a tendência é que o prazo não seja prorrogado, permanecendo então o 31 de janeiro estabelecido na MP 113. Portanto, caro leitor, você corre riscos se a sua produção for pega pela fiscalização e acusar transgenia.





A Granja

Dicas sobre a cultura do **TRIGO**

“Gostaria de obter informações sobre espaçamento, profundidade e densidade de plantio na cultura do trigo. Outra coisa: como posso fazer para evitar o acamamento das plantas?”

Roberto Toledo
Tibagi/PR

R — Prezado Roberto, o espaçamento normalmente usado é de 17 cm entre linhas, na profundidade de 3 a 6 cm. A sementeira profun-

da reduz a emergência de plântulas devido ao consumo da reserva nutricional dos grãos, o alongamento do colmo entre a semente e as raízes secundárias, diminuindo a capacidade de emissão dos perfilhos pela planta.

A densidade de plantio depende de algumas condições, como cultivar, ciclo, porte, entre outros, variando de 200 a 350 plantas/metros quadrados ou de 35 a 60

plantas/metros linear. Densidades maiores têm apresentado redução no número de perfilho/planta, número de grãos/espiga, número de espiga/área e tamanho da espiga.

Em relação ao acamamento, ele tem forte correlação com a altura de planta, disponibilidade de água, temperatura alta e cultivo em solos de alta fertilidade. Não é recomendada a sementeira de cultivares suscetíveis ou

moderadamente suscetíveis ao acamamento, em solos de alta fertilidade, devendo ainda evitarem adubação e alta densidade de sementeira.

Quanto à estatura de planta, cultivares de altura mais elevada têm maior probabilidade de acamamento, sendo variável de acordo com a sua resistência. Outra dica é que a altura da planta tende a decrescer à medida que se atrasa a época de plantio.

Produção norte-americana de **ALGODÃO**

“Gostaria de saber quais são as estimativas para a produção de algodão nos Estados Unidos e no Brasil, e como os preços da fibra vão se comportar ao longo do ano no mercado interno.”

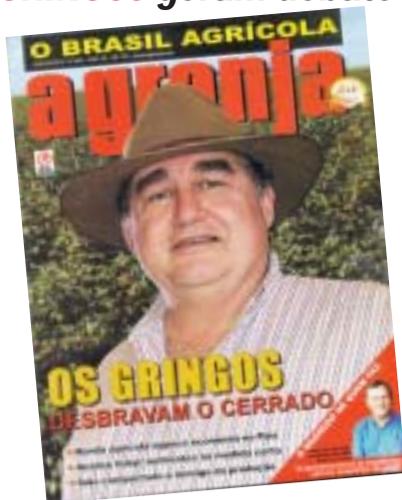
André Felipe Castro
Goiânia/GO

R — Caro leitor, pela quarta vez em cinco anos, a produção norte-americana de algodão deverá crescer. O motivo é que os produtores dos Estados Unidos aumentaram a área de plantio, estimulados pela alta dos preços. A colheita dos Estados Unidos, segundo maior produtor mun-

dial depois da China, crescerá 3,4% este ano, para 17,8 milhões de fardos, de acordo com uma média da estimativa de oito analistas pesquisados pela Bloomberg News. No Brasil, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostra que haverá uma safra menor nes-

te ano, de 791 mil toneladas. O consumo interno deverá ser de 860 mil toneladas. Como o País exporta algo como 170 mil toneladas anuais, o déficit no mercado interno pode chegar a 170 mil toneladas ao longo de 2003. Portanto, o ano promete ser bom para o produto.

Os **GRINGOS** geram debate



Realmente muito oportuna a reportagem da edição de junho sobre a contribuição dos estrangeiros na agricultura nacional. Foi muito bom conhecer um pouco da história desses produtores que apostaram no nosso País e hoje fazem parte do sucesso do agronegócio. Mais do que isso, nos trouxeram conhecimento, experiência e ajudaram a alavancar a nossa economia por meio da agricultura.

Olavo Conceição Tavares da Silva
Ribeirão Preto/SP

Caros amigos, não há como negar a importante contribuição dada pelos estrangeiros à nossa agricultura, mas não podemos esquecer de nossas instituições de pesquisa, sejam públicas, sejam privadas, que tiveram papel fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias para o campo e que hoje dão condições para o avanço do setor de norte a sul do Brasil.

Marcelo de Souza Farias
Campo Grande/MS

Trigo: **SUGESTÃO** de um leitor

Gostaria de sugerir à equipe de **A Granja** uma reportagem sobre a expectativa de produção e dados de mercado para a próxima safra de trigo, abordando as principais regiões produtoras do Brasil, incluindo o Centro-Oeste, que a cada ano vem se destacando na produção desse cereal sob irrigação.

Renato Pierre Alcântara
Umuarama/PR

PRÊMIO Massey Ferguson

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) parabeniza a revista **A Granja** pela conquista do Prêmio Massey Ferguson, um justo reconhecimento ao seu talento e profissionalismo na cobertura dos assuntos relativos ao setor agropecuário e à pesquisa científica, que permite o crescimento das riquezas do Brasil. É por intermédio de jornalistas competentes que as relações de parceria entre imprensa e instituições públicas, visando à transparência de informações, são fortalecidas e, por isso, desejamos que a sua dedicação em divulgar os fatos relevantes para a comunidade gaúcha receba outras merecidas homenagens.

Atenciosamente

Carlos Cardinal

Diretor-presidente da Fepagro
Porto Alegre/RS

MODERFROTA segue em frente

Sou produtor rural no Rio Grande do Sul e gostaria de utilizar esse espaço para manifestar minha satisfação com a continuidade do programa de modernização da frota agrícola, o Moderfrota. Foi uma decisão acertada do governo em seguir com esse programa que tanto vem colaborando com os produtores brasileiros por ser um incentivo ao investimento na propriedade e, por consequência, um estímulo para a obtenção de qualidade no campo.

José Henrique de Souza
Santa Rosa/RS



A Granja



Diretor-Presidente
Hugo Hoffmann



MATRIZ
Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004, Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3233-1822
E-mail: mail@agranja.com
Home page: www.agranja.com

SUCURSAL SÃO PAULO
Praça da República, 473 - 10º andar
CEP 01045-001 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (11) 3331-0488/(11) 3331-0686
E-mail: mails@agranja.com
Home page: www.agranja.com

GERENTES-EXECUTIVOS
Eduardo Hoffmann
Gustavo Hoffmann

REDAÇÃO
Editora
Luciana Radicione
Chefe de reportagem
Glauco Menegheti
Reportagem
Alexandre Franco dos Santos e
Leandro Mariani Mittmann
Colaboradores desta edição
Jairo Mendes Vieira e Luiz Roberto Lopes de S. Thiago
Revisão
Jô Santucci
Editoração
Jair Marmet e Carlos Iglesias
Secretária da redação
Karine Morosoli Benites

CIRCULAÇÃO
Amália Severino Bueno

ASSINATURA EXTERNA
Raquel Marcos

COMERCIALIZAÇÃO
São Paulo - José Geraldo Silvani Caetano (gerente) e Rodrigo Martelletti (contato)
Porto Alegre - Maria Cristina Centeno (gerente RS/SC)

REPRESENTANTES
Rio de Janeiro - Lobato Propaganda e Marketing Ltda. - Rua Visconde de Figueiredo, 22/403 - Tijuca - CEP 20550-050 - Rio de Janeiro - RJ - fone: (21) 2565-6111 - fone/fax: (21) 2565-6113 - celular: (21) 9432-4490
e-mail: sidney_lobato@terra.com.br
Minas Gerais - José Maria Neves
Rua Dr. Juvenal dos Santos, 222 conj. 105 - Luxemburgo - CEP 30380-530
Belo Horizonte - MG - fone/fax: (31) 3297-8194 - fone: (31) 3344-9100
celular: (31) 9993-0066
e-mail: jmneves@uai.com.br
Brasília - Armazém de Comunicação, Publicidade e Representações Ltda.
SCS - Quadra 1 - Bloco K - Ed. Denasa 13º andar - sala 1.301 - CEP 70398-900
Brasília - DF - fone/fax: (61) 321-3440
celular: (61) 9618-1134 - e-mail: armazem@armazemdecomunicacao.com.br

Convênio editorial: Chacra (Argentina)

A Granja é uma publicação da Editora Centaurus, registrada no DCDP sob nº 088, p. 209/73. Redação, Publicidade, Correspondência e Distribuição:
Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004 - Porto Alegre - RS
fone/fax: (51) 3233-1822
Exemplar atrasado: R\$ 8,00

Acesse www.agranja.com ou mail@agranja.com

Rubens e a TELEVISÃO

Na dedicatória do livro “A Fazenda Brasília e as raízes do gir leiteiro”, escrito a oito mãos com dois veterinários e um agrônomo de sua equipe, o fazendeiro Rubens Resende Peres fez a seguinte dedicatória: “Eduardo, a minha televisão te espantou de minha casa. Te garanto que, se você voltar, eu a desligo”.

Com a lucidez de um Sherlock, conclui que poderia ter escrito alguma coisa sobre o televisor da Fazenda Brasília, de São Pedro dos Ferros/MG, quando lá estive há muitos anos. Procurei e nada encontrei na coleção de recortes dos jornais e revistas dos quais era colaborador entre 1969 e 1973. Só comecei n’**A Granja** em 1979. Depois, noutro acesso de sherlockismo explícito, resolvi procurar no livro “Zebu para principiantes”, que publiquei em 1972.

Lá está, em letra de fôrma, a notícia de que o Rubens ligava o televisor no máximo do volume “para livrar-se das bobagens ditas pelos ‘geneticistas’ de passagem”. Era a mais pura verdade. Nada pior numa fazenda do que os palpiteiros que nos visitam, sobretudo quando a gente está fazendo um trabalho sério, que só dará frutos a médio e longo prazos.

Ano que vem, Rubens Resende Peres completará 80 anos bem vividos e trabalhados. Só pôde concluir o curso secundário. Aos 18 anos, quando seu pai adoeceu, assumiu os negócios da família no fornecimento de lenha e dormentes para a Estrada de Ferro Leopoldina. Dois anos depois seu pai faleceu e Rubens, já casado, foi transformado em chefe da numerosa família de dez irmãos, cinco menores, além de arrimo de mãe viúva.

A história do desbravamento das matas do Rio Doce, na região de São Pedro dos Ferros, não cabe nos limites de uma crônica. Lá, junto com seu

irmão mais velho, o pioneiro Jother, Rubens instalou a Fazenda Brasília e começou a selecionar seu hoje mundialmente famoso e recordista rebanho de gir leiteiro.

Contando sempre com uma equipe técnica de primeira ordem, agrônomo, zootecnistas, veterinários, geneticistas, agrônomos & Cia., acompanhou de perto o trabalho dos especialistas. Minha visita à fazenda, em 1971, coincidiu com a estada de um técnico em nutrição animal, profissional respeitado e respeitável, que fez certa observação sobre determinado nutriente.

O fazendeiro, que interrompeu seus estudos aos 18 anos, contestou educadamente a opinião do técnico, argumentando que Morrison tinha opinião diferente. Dito o quê, trepou numa escada e retirou do alto das estantes um exemplar da bíblia da nutrição animal, “Alimentos e alimentação dos animais”, de Frank B. Morrison, abrindo o volume de quase 800 páginas no capítulo que tratava do nutriente discutido. Por essas e outras ligava, sim, o televisor no máximo do volume para livrar-se dos “geneticistas” de passagem.

Os resultados obtidos no melhoramento leiteiro da raça gir – não só pela Fazenda Brasília, como também por outros selecionadores, numa turma em que me prezo de contar com bons amigos, como os irmãos Salgado dos Reis e o engenheiro Gabriel Donato de Andrade – são espantosos, quase inacreditáveis. O que antes parecia um sonho tecnicamente conduzido, mas uma espécie de devaneio leiteiro, tornou-se esplêndida realidade.

Outro dia, o gir leiteiro contava 41 vacas que ultrapassa-

ram 10.000 kg de leite numa lactação, 28 das quais nascidas na Fazenda Brasília, onde Rubens iniciou seu trabalho em 1958. Docilidade, habilidade materna, persistência de lactação, baixa mortalidade e alta fertilidade, adaptação à ordenha mecânica, tolerância ao calor, resistência aos ectoparasitos, adaptação às pastagens tropicais – são algumas das características do gir leiteiro.

Dados obtidos de 35 mil lactações de 16 mil vacas indicam produção média de 3.233 kg de leite em lactações de 305 dias. Em 2002, a vaca Ofrenda, da Fazenda Brasília, fechou lactação de 15.206 kg de leite, recorde que já foi batido por outra vaca da raça gir leiteiro, conforme noticiaram os jornais há dois meses.

Com a utilização do sêmen de touros provados e o transplante de embriões, a tendência do gir leiteiro, em poucos anos, é alcançar patamares ideais de produção econômica de leite nos trópicos – milhares de vacas, em milhares de fazendas, produzindo um bezerro e alguns milhares de litros de leite/ano, a partir de pastagens tropicais de boa qualidade, feno, silagem e ração nos meses da seca.

A produção média da Fazenda Brasília, que era de 2.076 kg nas vacas paridas em 1960, pulou para espantosos 7.324 kg nas vacas paridas no ano 2000. Milagre? Quase... Mas sobretudo o resultado de um trabalho de amor e competência desse fazendeiro extraordinário que é Rubens Resende Peres, cidadão que honra e dignifica a agropecuária brasileira. ■

Nada pior numa fazenda do que os palpiteiros que nos visitam, sobretudo quando a gente está fazendo um trabalho sério, que só dará frutos a médio e longo prazos.

REPORTAGEM DE CAPA

A indústria da falsificação está longe de terminar. No agronegócio, não é diferente. Ela cresce cada vez que alguém compra um defensivo não avaliado pelas autoridades locais ou quando um estrangeiro leva consigo uma planta brasileira para explorá-la comercialmente. Se algumas empresas abusam nos preços por falta de concorrência, por outro lado os que compram falsificações correm riscos que podem não compensar a economia inicial

Glauco Menegheti



PIRATARIA



A história repete-se, já diziam os sábios. E eles estão cobertos de razão quando o assunto é a pirataria, cujo significado sofreu uma mudança semântica com o passar do tempo. A atividade, que na época dos descobrimentos marítimos era atribuída aos que pilhavam navios carregados de riquezas, significa hoje a falsificação e a exploração comercial de determinado produto, serviço ou bem sem o devido pagamento a quem de direito.

O poder de fogo dos piratas contemporâneos, no entanto, é bem maior que o dos do passado. Nas contas do Congresso norte-americano, a indústria da fraude movimentava US\$ 900 bilhões por ano. Como a economia que paga impostos, a paralela vale-se da tecnologia de ponta para inundar o mercado de imitações. Nesse universo, há espaço para a falsificação de relógios, softwares, defensivos agrícolas, remédios, autopeças, marca-passos e até o roubo e a patente de plantas medicinais extraídas ilegalmente da Amazônia, por exemplo.

A falsificação atinge um tema caro ao capitalismo, que é a possibilidade de cobrança de direitos sobre a propriedade intelectual de determinado produto, know-how ou serviço. Os fraudadores colocam por terra essa ordem, abrindo feridas na estrutura do sistema que gera lucro pelas inovações e tecnologias geradas. Como uma forma de reação, por sua vez, a grande massa de excluídos vê no consumo de produtos pirateados uma maneira de inclusão ao serem portadores de um símbolo ou produto de valor reconhecido pela coletividade.

Infelizmente, a ação não afeta apenas empresas, mas também países – sejam eles importadores, sejam sedes onde elas estejam instaladas – e pessoas. Anualmente, conforme a Receita Federal, o Brasil deixa de arrecadar R\$ 10 bilhões. O valor é quase todo o dinheiro que o governo gastou em 2002 com educação, saneamento e habitação.

No mapa da falsificação, pode-se dizer que o paraíso fica na Ásia, onde 65% dessas mercadorias são fabricadas. Os grandes produtores são a Coreia, Taiwan, Cingapura e Malásia. Já na América do Sul, quem se destaca na distribuição dos produtos vindos do mercado asiático é o Paraguai, cuja economia depende da fraude. A maioria dos produtos que abastecem o comércio informal das grandes cidades brasileiras, como roupas, calçados, cigarros e CDs, sai do país vizinho. Segundo cálculos da Receita Federal, Ciudad del Este é responsável por mandar US\$ 100 milhões por mês em produtos piratas. Na cidade, há 20 mil grandes depósitos de produtos falsificados, controlados por chineses, coreanos e árabes. Entre esses produtos também estão os insumos agrícolas que abastecem as lavouras de grandes Estados produtores.

Agricultura, cliente endinheirado —

Por movimentar muito dinheiro, a agricultura e a pecuária atraem os falsificadores e contrabandistas de insumos, que encontram um potencial de consumo entre agricultores interessados em diminuir os custos de produção. O apelo é o preço, bastante inferior aos praticados pelas empresas legalizadas. Quem dá a dica sobre a diferença é um representante de uma multinacional em São Gabriel do Oeste, município que está em primeiro lugar na produção de soja em Mato Grosso do Sul e onde houve apreensões de defensivos proibidos em 2002. Enquanto vendia um herbicida para soja a R\$ 680 o quilo, os contrabandistas ofertavam o mesmo produto entre R\$ 180,00 e R\$ 200,00. “Fica difícil competir dessa forma”, desabafa o empresário, que não quis ser identificado por medo de represálias.

Produtos contrabandeados são aqueles que não possuem registro nem licença do governo para comercialização. Grosso modo, defensivos agrícolas, hormônios e anabolizantes utilizados no Brasil vêm de regiões de fronteira como

A lavoura em perigo

Paraguai e Uruguai e são fabricados na China, obedecendo ao mesmo ritual dos artigos de consumo de massa.

As importações irregulares de agrotóxicos levam, em alguns casos, à entrada de quantidades suficientes para utilização em áreas 5 a 20 vezes maiores que as cultivadas no país exportador. No Brasil, a área plantada de soja é dez vezes maior que a do Paraguai. Um dos produtos contrabandeados para esta lavoura, entretanto, o *Chlorimuron ethyl*, é importado para aquele país na ordem de 170 t/ano, sendo que o consumo máximo não atinge 30 t.

Os maiores índices de pirataria observados vêm da sojicultura, sendo os herbicidas os preferidos dos falsificadores e contrabandistas. Por serem produtos de alto valor agregado, mas indispensáveis à produção, tornaram-se o maior alvo do mercado ilegal.

Apesar de provocar perdas significativas para as indústrias de agroquímicos e sementes, provavelmente os segmentos mais atingidos, esse negócio não é controlado por quadrilhas com estruturas colossais. “Tem o perfil de ‘contrabando formiguinha’, mas consegue deslocar material em quantidade”, testemunha o presidente do Sindicato Nacional da Indús-

tria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag), José Roberto Da Ros. Conforme o chefe da Polícia Federal de Ponta Porã/MS, Adelar Anderle, produtos como defensivos, hormônios e anabolizantes chegam ao Brasil pela mão dos agropecuaristas – que mandam buscar ou vão comprar diretamente no Paraguai – ou importados irregularmente pelo comércio.

O campo ainda não digeriu o que representa esse comércio a ponto de criar estatísticas. Existem sim algumas formas de mensuração do estrago, como faz o Sindag. Nesse ramo, que movimentou US\$ 1,9 bilhão no ano passado, as perdas somam algo

como US\$ 20 milhões, de acordo com Da Ros. A soja, que responde por cerca de 30% do consumo legal, é a cultura mais bombardeada com a oferta de herbicidas, mas o cultivo de arroz, milho e feijão também atrai a ação da indústria fraudadora. “A diferença chega a 400% em relação ao comercializado nas revendas”, diz Anderson Cesconetto, assessor de agricultura da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

O responsável pela Coordenação da Fiscalização de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Julio Sergio de Britto, lembra que o perigo não vem só de fora. Como o regis-

Biopirataria consome US\$ 3 bilhões por ano

O Brasil também precisa tomar alguma providência legal em relação à biopirataria, cuja atividade movimenta US\$ 3 bilhões por ano, conforme informações levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Biopirataria. O valor resulta do tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros. O grande desafio é bloquear esse comércio, regular os princípios básicos de proteção e do uso dos recursos naturais, estabelecendo uma forma de divisão dos lucros. Essa idéia ganha força quando se sabe que pelo menos oito princípios ativos de recursos naturais das florestas brasileiras já foram pa-

tenteados no Exterior. E o que é pior, sem que o Brasil e as comunidades indígenas, que detêm os conhecimentos das plantas há muitas gerações, tenham direito sobre a exploração industrial desses recursos.

Atribuir um interesse econômico sobre os bens não-renováveis não é uma novidade, mas obteve sucesso em alguns países. Nos Estados Unidos, por exemplo, todas as taxas recolhidas de cada caçador e pescador esportivo são revertidas para a manutenção dos parques nacionais e pesquisas. O potencial de lucratividade da indústria de fármacos é espantoso. Segundo a Embrapa, 50% do que é produzido pelas indústrias farmacêuticas tem origem natural e 30% provem de produtos vegetais. Na verdade, o patrimônio genético nacional já foi precificado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em US\$ 2 trilhões.

Patrimônio esse que tem sido surrupiado sistematicamente. Além dos materiais genéticos levados clandestinamente, calcula-se que anualmente cerca de 38 milhões de animais silvestres são le-

vados do País ilegalmente. Muitos deles servem como matéria-prima para a biopirataria, como certas espécies de serpentes, cujos venenos são pesquisados para servirem de princípios ativos na fabricação de medicamentos.

Legislação para isso já existe. Trata-se da Medida Provisória 2.186, de 2001, que protege a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais. A MP condiciona o acesso ao patrimônio natural à autorização da União e prevê a divisão de benefícios caso haja comercialização. Além de ser impossível controlar o trânsito de amostras biológicas retiradas clandestinamente, porém, a legislação internacional de patentes defende apenas os direitos individuais ou corporativos, sendo pouco sensível a direitos coletivos. Diante desse cenário complicado, pesquisadores, cientistas e ambientalistas defendem a adoção de uma política intensiva de pesquisa interna que seja capaz de reduzir o espaço e a rentabilidade da biopirataria.

ANÚNCIO

tro de uma molécula custa muito caro, muitas empresas nacionais voltadas para as pequenas hortícolas comercializam produtos cujos efeitos são ignorados. Essa é outra das facetas do mercado pirata.

Estimativas — Pelo total de apreensões realizadas pela Polícia Federal em 2002, cerca de 2 mil quilos de defensivos agrícolas, e levando em conta que as doses são pequenas, é possível estimar que alguns milhões de hectares são pulverizados com esses produtos todos os anos. São Gabriel do Oeste, a 500 km do Paraguai, não apareceu na mídia em 2002 por ter a maior produção de soja do Estado de Mato Grosso do Sul, com 160 mil hectares, dos quais 120 mil cultivados com a oleaginosa. No ano passado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) esteve por lá, graças a denúncias, e realizou algumas apreensões de herbicidas em 12 propriedades, entre 1 e 1,5 mil hectares.

Uma conta extra-oficial, novamente do comerciante que quer o nome preservado, reforça a tese do aumento da negociação paralela de defensivos no cerrado nos últimos três anos. Ele projetava vender entre 2,5 e 3 mil litros do seu principal produto para a soja na safra 2002/2003 – cálculo este que levava em conta a área plantada no município – e, no final, o resultado ficou em apenas 200 litros. A queda em relação à safra anterior foi de 35% e não pode ser atribuída aos baixos preços da soja. Nunca o mercado esteve tão favorável. “Esse negócio gira muito dinheiro”, testemunha o comerciante.

Os problemas causados por este mercado são quase tão extensos quanto a área atingida e o valor das transações. Para que um defensivo seja aceito no País, ele precisa passar pelo crivo dos ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente. Nesse trâmite, dois anos ou mais são consumidos. Por mais tóxicos e perigosos que os herbicidas possam ser, os riscos já são mapeados por essa avaliação, que antecede o lançamento no merca-



Da Ros, do Sindag, estima perdas de US\$ 20 milhões em 2002

Campanha alerta produtor sobre as armadilhas do contrabando e disponibiliza linha 0800

do. “Se forem aplicados nas condições estabelecidas no rótulo, não existem problemas maiores”, avalia Britto.

Com o contrabando nada disso é possível. A natureza, o homem e a cultura ficam totalmente à mercê de um produto cujo princípio ativo, a eficiência e os contaminantes são totalmente ignorados. O produto que vem de fora se constitui num problema de saúde pública de alta periculosidade para quem o manipula. Conforme o delegado Adelar Anderle, os defensivos contrabandeados do Paraguai para o Brasil têm origem na China, onde são processados em fabricas de fundo de quintal. Nesses estabelecimentos, os princípios ativos são

misturados sem nenhum critério. “Em análises laboratoriais, já foram detectadas concentrações altíssimas de princípios ativos em alguns dos produtos apreendidos”, confirma o chefe da PF de Ponta Porã.

Em relação às questões agrônômicas, podem-se destacar a falta de receituário agrônômico e de assistência técnica, a ineficácia dos produtos e a fitotoxicidade. “Alguns produtores já compraram farinha de trigo e serragem de madeira pensando ser o herbicida para a soja”, explica José Anibal Padilha, responsável pelo setor de Poluição e Degradação da Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental do Ibama em Brasília. Os riscos à saúde humana são a indicação de Equipamento de Proteção Individual (EPI) incorreta, os teores de resíduos nos alimentos acima dos limites permitidos ou a ausência de informações de primeiros socorros. Para



Souza, da Abrasem, é cético em relação ao fim da pirataria no setor

Divulgação

o ambiente, destacam-se a falta de parâmetros de ecotoxicidade, impurezas desconhecidas, descarte de embalagens em desacordo com a legislação, entre outros.

Além dos problemas de saúde pública e ambiental, existe a possibilidade de responsabilização criminal pelo uso dos defensivos contrabandeados. Caso o agricultor seja pego, está sujeito a pagar uma multa que varia entre R\$ 500 e R\$ 5 milhões, ter a sua propriedade interdita e ser detido por até quatro anos. Essas são as imputações para quem comete um crime ambiental.

Caminho das pedras — Os defensivos agrícolas vêm do Paraguai e Uruguai e são oferecidos, de propriedade em propriedade, nos Estados próximos a fronteiras. Alguns produtores, no entanto, chegam a ponto de buscá-los no Paraguai, de avião. A informação é de Padihã.

O Ibama entrou diretamente na fiscalização no final do ano passado, pois, com o aumento da importação ilegal, intensificado nos últimos três anos, o impacto ao ambiente pelo uso de defensivos contrabandeados é considerável. Veio somar forças com a Polícia Federal, que atua diretamente sobre o contrabando. A competência do governo federal na fiscalização de defensivos limita-se à produção, importação e exportação. Já os Estados têm atribuição sobre o comércio e o uso, onde São Paulo, Paraná e Minas Gerais se destacam por uma boa estrutura de fiscalização.

As ações do Ibama, iniciadas em novembro de 2002, voltaram-se para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Junto com o Rio Grande do Sul e o Paraná, formam os maiores pólos consumidores de defensivos contra-

bandeados e falsificados. Nesse primeiro momento, as fazendas do Centro-Oeste foram inspecionadas durante a safra de verão. Já os Estados sulistas estão sendo monitorados durante o período da campanha de inverno. Em Mato Grosso do Sul, a fiscalização percorreu 19 municípios, entrou em 261 fazendas, onde 22 delas tinham produto ilegal. Em Mato Grosso e Goiás a caravana passou por 22 municípios, 95 propriedades, onde 14 tinham defensivos ilegais. Agora, o cerco foi fechado sobre os Estados do Sul.

Nesta primeira experiência, o coordenador-geral de fiscalização do Ibama, Júlio Silva Oliveira, disse ter ficado surpreso com a quantidade de marcas de agroquímicos ilegais usados em Mato Grosso do Sul. Acreditava-se que eram 20, mas foram descobertas outras 10 marcas durante a fiscalização. O total de multas dessa operação, que aconteceu durante o mês de novembro de 2002, chegou a R\$ 940 mil.

No Rio Grande do Sul, 32 municípios, 120 propriedades, das quais 19 delas contavam com produtos proibidos, e 33 cooperativas foram percorridos. As cooperativas estavam limpas. No Paraná, mais 33 cidades, 216 propriedades, das quais 17 problemáticas e 13 cooperativas receberam os fiscais do Ibama, que atuam por denúncia através do seu Linha Verde (0800618080). “A base de todas as ações está calcada nas denúncias”, afirma Da Ros. Além de uma campanha institucional das mais atuantes, que começa sempre em maio de cada ano, o Sindag disponibiliza também um serviço para denúncias (08009407030). Em 2002, foram mais de mil denúncias, que municiam as ações de órgãos como Ibama e Polícia Federal.

Sementes — Existe outro tipo de pirataria e contrabando que é o de sementes. Nesse caso, são considerados ilegais os materiais cuja origem não pode ser determinada. A Lei de Proteção de Cultivares garante o direito aos agricultores de multiplicarem esse insumo para uso próprio, desde que ele tenha origem. Quando os produtores resolvem comercializar o excedente, já estão colocando o pé na informalidade e começam a engrossar o mercado que, nos cálculos da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (Abrasem), movimentada de R\$ 300 a R\$ 400 milhões anualmente. A conta fica em 10% do faturamento da in-

dústria legalizada, que movimentada de R\$ 2,5 a R\$ 3 bilhões por ano.

A pirataria é perceptível com mais intensidade entre as chamadas plantas autogamas (hermafroditas), que podem ser multiplicadas por várias gerações sem perder as características economicamente desejáveis, como vigor, produtividade, resistência a pragas e doenças. Nesse universo, entram as sementes de soja e feijão, sendo a última cultura a que mais sofre com a produção ilegal.

Para que a indústria de sementes continue evoluindo, dentro do conceito de cadeia de produção, ela depende de uma série de estruturas interdependentes. Tirando a Embrapa, uma empresa de capital misto que conta com recursos governamentais e outros oriundos de convênios fechados com a iniciativa privada, o restante das empresas que geram tecnologia depende do que faturam para continuarem investindo no lançamento de novas cultivares. No Brasil, existem os exemplos das fundações

GARMIN
Sistema de posicionamento por satélite

- Cálculo de área
- Determinação de produtividade
- Mapeamento da lavoura
- Cálculo de distância
- Menu e manual em português
- Garantia de 1 ano

CASA DO DESENHO
Av. Bernambuco, 528
Fone: (51) 3421-4300
POA - RS

Os filmes para estufas da Plastisul já são conhecidos pela qualidade e por serem fabricados por co-extrusão em três camadas.

Conferindo ao material além de qualidade, resistência superior.

www.plastisul.com.br
e-mail: vendas@plastisul.com.br

Av. São Luiz Blomquist, 180, Fone: (51) 414-2322 - Fax: (51) 414-2326
Ca. Postal 19 - CEP: 93214-710 - Sapopóla de São José - Brasil



Cobrança de royalties, segundo Carramate, será inferior ao ganho dos produtores

que contam com grupos de cientistas próprios ou que fazem convênios com instituições com *know-how* em pesquisa e desenvolvimento de cultivares, mantidas por grupos de sementeiros organizados, como a Fundação Mato Grosso, a Fundação Goiás, a Fundação Bahia, entre outras.

João Lenini Bonifácio e Souza, presidente da Abrasem, diz que com o aumento da pirataria em culturas importantes, como soja e feijão, corre-se o risco de o processo de lançamento de cultivares perder fôlego. “À medida que a pirataria avança, ocorre a evasão de divisas para a pesquisa”, diz o dirigente e empresário. “Quanto menos investirmos em pesquisa, menos cultivares teremos para oferecer.” Ele cita o caso da redução do número de sementes por hectare, que levou à diminuição de custos. Onde antes eram necessários 100 kg de semente por hectare, certas cultivares oferecem o mesmo rendimento com 35 kg.

Um exemplo importante dessa desestruturação vem do Rio Grande do Sul, onde a taxa de sementes fiscalizadas é a menor do País — está em 50%. A cadeia de produção no Estado está bastante fragilizada, com tradicionais sementeiros desistindo da atividade por falta de clientes. Estimativas extra-oficiais mostram que 80% da área plantada com soja no Estado corresponde à variedade RR.

Além de uma certa cultura para reservar a semente dita paiol, a soja transgênica contrabandeada da Argentina e multiplicada por pequenos produtores diminuiu ainda mais a base de consumidores. Souza estabelece uma relação entre produtividades médias de cada Estado com a taxa de utilização de sementes certificadas. “Os maiores rendimentos vêm de Estados onde as taxas são

altas, como Mato Grosso, com 95% e com a maior produtividade (3 mil quilos), Paraná e Goiás.”

Apesar de empunhar a bandeira antipirataria com veemência, o presidente da Abrasem não tem muita esperança quanto ao fim desse mercado paralelo. “A tendência é que cresça, colocando em risco a indústria de sementes fiscalizada”, avalia o dirigente. Para Souza, isso poderá ser revertido com uma fiscalização mais dura das autoridades e com um processo de educação dos agricultores. Ou seja, eles precisam ser convencidos das vantagens que terão ao utilizarem sementes certificadas, o que não será nada fácil.

Royalties — A Monsanto, que detém os direitos sobre a soja geneticamente modificada Roundup Ready, vai utilizar uma forma de convencimento bem mais impactante: o bolso dos agricultores que estão usando a tecnologia sem pagar um níquel sequer. A empresa definiu um sistema de cobrança de royalties sobre a soja produzida ilegalmente no Brasil. O que lhe reserva esse expediente é a legislação de comércio internacional. A Monsanto, como detentora dos direitos de propriedade intelectual da soja Roundup Ready, tem o direito de cobrar pelo uso de sua patente nos países onde ela é reconhecida. Entre 70% e 73% do total da soja e farelo exportados pelo Brasil são embarcados para a União Européia e o Japão, lugares onde a Monsanto tem proteção de patente e poderá se valer da legislação internacional.

Para isso, definiu uma estratégia de pressão sobre dois agentes importantes: as 254 *tradings* que operam com soja no Brasil e 150 empresas importadoras espalhadas pela Europa e pelo Japão. Eles receberam uma carta da Monsanto

com explicações sobre o funcionamento do sistema e sobre as razões pelas quais ela decidiu cobrar pela tecnologia. O objetivo do envio desse comunicado é de permitir que os exportadores de soja do País planejem seus contratos de venda antes do plantio da próxima safra, já cientes da necessidade de licenciamento para o uso da patente do gene RR. A cobrança será iniciada a partir de julho de 2003 e ainda não foi definido qual valor será cobrado das *tradings*. “Ainda estamos em negociação”, revela o gerente de Negócios Soja da Monsanto, José Carlos Carramate.

O mais provável, no entanto, é que a taxa tecnológica cobrada de quem intermedeia as ex-

portações seja repassada

aos produtores brasileiros. De acordo com estudo encomendado pela Mon-

santo junto ao Instituto de Economia Agrícola

(IEA), da Secretaria da

Agricultura de São

Paulo, nas lavouras de soja RR no Rio

Grande do Sul, o ganho proporcionado pela

tecnologia é da ordem de US\$ 66 por hectare. Em tom

apaziguador, Carramate

adianta que o valor cobrado pelos royalties

será bem inferior aos ganhos acumulados pelos

produtores brasileiros. A Medida Provisória

113, que constatou oficialmente o plantio ilegal da

soja RR no País e permitiu a comercialização

e exportação do produto até 31 de março de 2004,

era o que faltava para a Monsanto levar adiante o processo

de cobrança de royalties. Como confessa Carramate,

a ação também foi precipitada pela sinalização dos produtores

gaúchos de que não deixariam de plantar a soja

transgênica. ■



Embalagens de produtos falsificados identificadas pela Polícia Federal

ANÚNCIO

Calcário é pura **TECNOLOGIA**



Divulgação

Correção de solos é uma prática tradicional na agricultura brasileira, mas o País aplica apenas um terço do que deveria deste insumo tão importante

Leandro Mariani Mittmann

Qualquer apreciação, ainda que superficial, das razões que levam a agricultura brasileira a romper recordes sucessivos não deixaria de listar o recurso tecnologia. Os quase 20% de incremento da safra de grãos do ano passado para este são consequência da pesquisa que aponta a semente mais apropriada para o determinado quadrante, até o estudo para o desenvolvimento da máquina mais precisa para certa finalidade. No entanto, há uma tecnologia histórica – cuja relevância foi comprovada pelas pesquisas científicas e, especialmente, pela lida diária – que ainda segue negligenciada por muita gente: o uso do calcário para a correção de solos ácidos. O insumo 100% natural, orgânico e en-

contrado em abundância no território brasileiro, é um componente vital para deixar o solo em suas plenas condições de servir a planta nele radicada. Estima-se que o País esteja consumindo apenas pouco mais de um terço do calcário do que efetivamente deveria.

A indústria brasileira comercializou 22 milhões de toneladas no ano passado, 4 milhões a mais que em 2001. Mas pesquisas apontam que os milhões de hectares explorados pelo segmento agrícola precisariam receber cerca de 62 milhões de toneladas. “Na realidade, falta a difusão do conhecimento”, deduz Fernando Becker, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Calcário do Rio Grande do Sul (Sindicalc) e assessor de diretoria da

Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (Abracal). “Em São Paulo, há lavouras ao lado de moagens e os agricultores não sabiam para que servia aquele pó branco”, exemplifica Becker, há muitos anos atuando no setor. Para ele, tal desconhecimento transformase em prejuízo, visto os benefícios do insumo. “O retorno é de três a quatro vezes o capital aplicado”, supõe.

Um suporte básico — A autoridade do calcário como um suporte básico, primordial para o aumento da produtividade agrícola, já foi exaustivamente divulgada e incentivada nas últimas décadas – até mesmo por vários programas ou campanhas governamentais. Uma das mais recentes, de 1997, deu-se no Fórum Na-

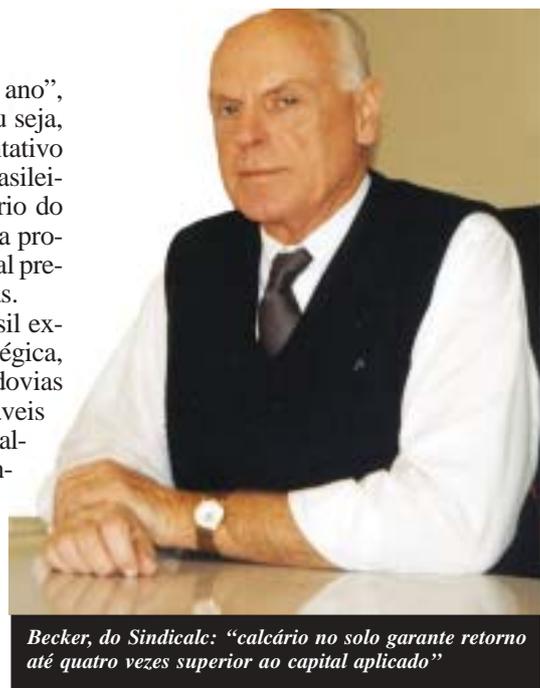
cional da Agricultura, uma grande discussão que reuniu segmentos públicos e privados de todo o Brasil. Para se ter uma idéia da importância dada ao insumo, o evento listou dez bandeiras para a promoção da agricultura brasileira; a primeira delas foi sua disseminação do calcário. Até por isso, toda e qualquer palavra de reforço para a divulgação da importância da calagem é cabível, afinal, em 1994, o consumo foi de apenas 1,1 milhão de toneladas a menos que no ano passado. E, nesse intervalo de tempo, o setor no Brasil passou por uma verdadeira revolução – de conceitos e estatísticas.

Um dos muitos presentes que a natureza ofereceu à agricultura brasileira foi a abundância e a distribuição racional de reservas de calcário. Naturalmente, a indústria extrativista nacional não teria condições hoje de ampliar de uma safra para outra em 200% sua capacidade de suprir a demanda, mas acréscimos escalonados poderiam perfeitamente ser atendidos. “Se houver perspectiva de mercado, a indústria amplia a produção”, atesta Becker. A gaúcha Codiscal, empresa comercial nascida em janeiro a partir da junção de cinco indústrias de Caçapava do Sul, aumentou em 28% a oferta nos primeiros cinco meses em comparação ao mesmo período do ano passado. “A gente acredita que este

ritmo será mantido até o final do ano”, prevê o diretor Sérgio Feltraco. Ou seja, o exemplo da Codiscal é representativo sobre a capacidade da indústria brasileira. A empresa gera 67% do calcário do município, responsável por 75% da produção gaúcha. Para 2003, a Codiscal prevê explorar 1,2 milhão de toneladas.

Frete pesa no custo — O Brasil explora minas com localização estratégica, muitas vezes muito próximas a rodovias importantes – ou se tornariam inviáveis economicamente. Além disso, normalmente estão no caminho do fluxo inverso do escoamento de safras. Dessa forma, os caminhões que se deslocam numa direção com a safra voltam abarrotados de calcário, o que barateia o frete, um dos componentes mais significativos no custo total do insumo. A região e o preço local do combustível oscilam no peso percentual do frete, mas, em média, no Rio Grande do Sul fica em 50% do preço final.

O governo acaba de anunciar, no Plano Safra 2003/2004, mudanças na linha de crédito específica à calagem. O Pro-solo, sigla de Programa de Incentivo ao Uso de Corretivo de Solo, oferece ao produtor limite de crédito individual de R\$ 80 mil, o dobro do máximo do ano ante-



Leandro Mariani Mitmann

Becker, do Sindical: “calcário no solo garante retorno até quatro vezes superior ao capital aplicado”

rior – a juros fixos de 8,75% ao ano, com dois de carência e cinco para pagar. As condições são boas, mas tudo o que o presidente da Abracal, Saturnino da Silva, quer é que o dinheiro realmente seja disponibilizado ao agricultor. Em outros anos, revela, os bancos interrompiam os financiamentos em 30 de junho. Na data, quando era necessário renovar o crédito, iniciava-se um processo burocrático en-



CONTRIBUINDO PARA A SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO

CODISCAL DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO LTDA
Av. Pinheiro Machado, 749/1
Caçapava do Sul/RS
CNPJ: 05.557.643/0001-54

INDÚSTRIAS INTEGRADAS

CALCÁRIO DB






tre bancos, BNDES e Conselho Monetário Nacional que inviabilizava a liberação do dinheiro. O problema é que, segundo ele, 80% da compra de calcário ocorre no segundo semestre.

Silva diz ter conversado sobre o problema, no dia do lançamento do plano, com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues,

que se mostrou sensível à essa realidade. “Necessitamos operacionalizar a linha de crédito”, esclarece Silva. “É preciso que os bancos cooperativos, que não cobrem o *spread*, ofereçam o crédito.”

Segundo ele, dessa vez, o Prosolo ganhou o status de investimento, não de custeio. “O que precisamos é de crédito ao pequeno e médio, mas esse dinheiro precisa chegar.” Silva revela que o ministro ficou “superotimista” com a possibilidade de os bancos cooperativos serem os agentes da linha de crédito, porém ele se mostra cauteloso: “Mas é bom dar uma esperadinha”.



Feltraco, da Codiscal: “aumento da oferta do insumo deve se manter até o final do ano”

Leonardo Mariani Mitrnam

Tudo gira em torno do pH — As terras brasileiras carecem de calagem porque seus solos têm, em geral, potencial em hidrogênio (pH) inferior a 5,5 (numa escala que vai de 1 a 14), sendo que a maioria das culturas de exploração agrícola exige um índice superior a esse — normalmente entre 6 e 7.

Quando o pH é baixo, ocorre a toxidez por alumínio (AL) e manganês (Mn), que impede a planta de absorver cálcio (Ca) e magnésio (Mg): nutrientes substanciais para o seu desenvolvimento. Solos muito ácidos mos-

tram-se até inviáveis para serem explorados economicamente pela agricultura comercial. A partir da adição de calcário, reações químicas fazem com que o pH suba e os nutrientes Ca a Mg (que já existiam, mas não eram absorvidos pela planta) sejam aproveitados. O pH é obtido exclusivamente a partir da leitura da análise

de solo. E é importante esclarecer que a calagem jamais substitui a adubação convencional.

Os inúmeros benefícios da calagem são também unânimes entre profissionais do setor. Além de elevar o pH do solo — portanto diminuir sua acidez —, e fornecer os providenciais nutrientes Ca e Mg, o calcário provoca a reação química que “solta” o fósforo (P) preso ao solo. Já no caso de leguminosas, melhora a fixação do nitrogênio (N) do ar. A correção ainda expande o sistema radicular das plantas, o que favorece a absorção de nutrientes e água. Além disso, aumenta a atividade biológica do solo, propiciando melhores condições de desenvolvimento de microrganismos que não se propagam em pH baixo. Mais uma vantagem é a liberação de outros nutrientes, como boro (B), em razão da decomposição de matéria orgânica. E em solos ricos em manganês, reduz as quantidades excessivas deste elemento presente em sua composição. Todos esses benefícios representarão, é claro, aumento da produtividade e preservação do solo para as safras posteriores.

Acidez é prejuízo certo — Pesquisas comprovaram que, com um pH inferior a 5, cerca de 50% do efeito da adubação não é aproveitado pela planta. Mas caso o pH seja elevado a 6,5, praticamente a totalidade dos fertilizantes é absorvida. Além disso, como os adubos nitrogenados acidificam o solo, a cada tonelada de sulfato de amônio aplicado, é preciso 1.100 kg de corretivo para neutralizar sua acidez; para uréia, é necessário 840 kg de calcário; e para nitrato de amônio, 600 kg de calcário. Outros estudos apontam que, para cada tonelada de fertilizante, deve-se aplicar 4 de calcário. Mas a relação hoje no Brasil está de 1,5 tonelada de corretivo para uma de adubo.

Uma pesquisa, realizada por professores da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em Lages, no Planalto Catarinense, constatou a eficiência da calagem mesmo quando algumas orientações pétreas forem ignoradas. O professor de Gênese Morfológica e Classificação de Solos da instituição, Jaime Antônio Almeida, revela que, na região, solos altamente tamponados (bastante ácidos, muito argilosos e com elevadas taxas de matéria orgânica) exigiriam aplicações de até 12 t de calcário por hectare, um volume e custo fora de co-



Leonardo Mariani Mitrnam

Pesquisas indicam que no Brasil seriam necessários 62 milhões de toneladas de calcário



Divulgação

“Recursos do Prosolo precisam chegar ao produtor”, diz Silva, da Abracal

gitação para produtores descapitalizados. Dessa forma, o estudo concluiu que correções para pH 5,2 – e não 5,5, como regra – já ofereciam retorno, pois a produção de milho, por exemplo, ficou apenas 17% abaixo do ideal (no caso de pH corrigido para 5,5). “Depois de capitalizado, o produtor pode corrigir para pH 5,5”, esclarece Almeida.

Várias razões — A acidez da terra

ocorre por diversas causas. A princípio, no caso do Brasil, acontece devido à sua constituição, pois solos mais “velhos” tendem a se acidificar em razão de intemperismos. A acidificação faz parte desse envelhecimento natural. A erosão ou mesmo chuvas e irrigação escoam, embora Ca e Mg, deixando o chão carregado de hidrogênio, pois a água potencializa a concentração de hidrogênio. Já solos úmidos, e com alta constituição de matéria orgânica, também se tornam ácidos, pois o material só se decompõe pela ação de ácidos. Muitos fertilizantes, como uréia e sulfato de amônia, colaboram para a acidificação. Além de tudo isso, as próprias plantações sucessivas acabam, com o tempo, exaurindo a terra dos nutrientes Ca e Mg. Enfim, a conjugação desses vários fatores exige que o solo tenha calagem.

Resultados da calagem — O pesquisador da Embrapa Trigo, de Passo Fundo/RS, o engenheiro agrônomo Delmar Pöttker, explica que entre todas as justificativas para a calagem, no caso brasileiro a mais relevante é a neutralização dos efeitos nocivos do alumínio. “Nos nossos solos, o fato mais importante é o alumínio”, esclarece. Pöttker acrescenta entre as vantagens da calagem a ação positiva na fixação de nitro-

PRODUÇÃO NO BRASIL (mil t)	
2002	22.439,4
2001	18.187
2000	19.305,2
1999	15.767,5
1998	16.285,4
1997	17.432,2

PRINCIPAIS PRODUTORES EM 2002 (mil t)	
Mato Grosso	4.623,4
Paraná	4.500,0
Minas Gerais	3.379,9
Goiás	2.700,0
São Paulo	2.300,0
Rio Grande do Sul	1.844,6

PRINCIPAIS CONSUMIDORES EM 2002 (mil t)	
Mato Grosso	4.463,5
São Paulo	3.199,6
Goiás	3.000,0
Minas Gerais	2.778,1
Paraná	2.600,0
Rio Grande do Sul	2.267,3
Santa Catarina	1.100,0

Fonte: Abracal

PROSOLO

O calcário da Mônego.

Produtividade tem nome e sobrenome.

www.monego.com.br • monego@monego.com.br



Pöttker, da Embrapa Trigo: “o efeito da calagem é proporcional à qualidade do produto”

gênio pelas leguminosas, visto que a bactéria do gênero *Rizobium* atua com eficácia na faixa de pH entre 6 e 7. “Com pH 4,5, elas não têm bom desenvolvimento. O calcário oferece melhores condições para elas atuarem”, lembra o agrônomo. “O aumento dos teores de cálcio e magnésio no solo estimula o crescimento das raízes e da estrutura celular”, complementa.

Calcário é bom, desde que seja de qualidade. E suas virtudes têm a ver com o tamanho dos grânulos e sua composição química. Quanto a qualidade, existem três tipos de calcário: o calcítico, o magnésiano e o dolomítico (concentração equilibrada entre ambos). Nesta situação, a escolha é óbvia: para os solos carentes em cálcio, o melhor é usar pro-

No plantio direto as regras são outras

Atenção aqueles que planejam mudar o sistema de plantio convencional para direto: antes de mais nada, faça uma perfeita, volumosa e profunda calagem, porque depois não será possível revolver a terra para tal finalidade. A orientação é do professor do Departamento de Solos da Universidade de Santa Maria/RS, Danilo Rheinheimer (na foto). Após essa intervenção, lembra, não é mais necessária a incorporação do produto – nem é recomendada. Segundo ele, posteriormente à essa supercalagem, o produtor poderá aguardar muitos e muitos anos para fazer a nova correção. A principal justificativa para o adiamento é que, no plantio direto, são reduzidas drasticamente as perdas de solo pela erosão ou pela ação das chuvas, porque a terra não é mais revolvida. “O calcário tem movimentação bem lenta no solo. Não se mexe para baixo. Vai descer devagar, por uns dez anos”, explica Rheinheimer. “Por 10 a 15 anos não precisa mais de calcário.”

Já na fase de plantio direto, a análise de solo também passa a ser diferente. Na coleta de terra, em vez dos 20 cm de profundidade tradicionais, recolhe-se apenas 10 cm, pois a aplicação do corretivo é diferente da efetuada na lavoura tradicional. No plantio direto, o calcário é distribuído na superfície em dose equivalente a 50% do indicado pela interpretação do exame, além de elevar o pH até o máximo de 5,5. “Quando os agricultores estabelecem o plantio direto inadequadamente em solos com alta acidez, acredito que chegará um dia em que eles deverão ter de reiniciar o sistema com a lavração e incorporação do calcário”, adverte. “No Rio Grande do Sul, já temos muitos solos nessa condição”, revela o professor, que faz, porém, uma ressalva: “Mas esta minha recomendação é polêmica, e ainda não há uma posição do Núcleo Regional Sul da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo”.

Divulgação



duto calcítico; já os que necessitam de magnésio, aplica-se o magnésiano. Sobre a granulometria, quanto menor o grão, maior a sua eficiência. O somatório de composição e tamanho da partícula chega-se ao Poder Relativo de Neutralização Total, o PRNT, que varia entre 45 e 100%. Quanto mais próximo do 100%, mais eficiente. As indústrias de

calcário fornecem essas informações, seguindo a legislação. A partir do PRNT, o produtor deve fazer o cálculo de quanto precisa aplicar de calcário, visto que os laboratórios informam o volume necessário a partir do PRNT 100%.

Já os efeitos do produto no solo podem se estender de 5, 10, 15 anos. Tudo vai depender das condições do solo, de como for explorado (com erosão sob controle, por exemplo), do volume, do perfil e da constância das adubações, e assim por diante. Em síntese, verificar quais são as causas da acidez e se estas estão sendo facilitadas ou enfrentadas pela forma de exploração da lavoura. “O efeito é proporcional à qualidade do produto que se está utilizando”, acrescenta Pöttker.

Segundo ele, no plantio convencional, deve-se fazer análise de solo a cada três anos, prazo que se estende a quatro no caso do plantio direto. A época de aplicação também é importante. No caso de culturas anuais, deve ser adicionado ao solo pelo menos de 60 a 90 dias antes do plantio, dependendo de sua granulometria. Se o volume for superior a 5 t, aplicar a metade antes da aração e o restante antes da gradagem. E a incorporação deve ser feita o máximo de profundidade possível. ■



Leandro Mariani Mittmann

Além de reduzir a acidez e fornecer Ca e Mg, o calcário “solta” o fósforo preso ao solo

ANÚNCIO

O agronegócio forma mais um "REI"

Os negócios de Wander Carlos de Souza seguem o caminho lucrativo do agribusiness brasileiro.

Ele é o típico exemplo de empreendedor que deu certo. Aos 49 anos, o produtor goiano já é conhecido como o mais novo "rei do algodão" do Brasil e se prepara para alcançar, em breve, o cultivo em 50 mil hectares, entre algodão, soja, milho e arroz

Glauco Menegheti

O Brasil é uma terra pródiga em criar mitos, fenômeno ampliado pelos holofotes da mídia e pela exclusão social. Aparecer na novela das oito é um atalho e tanto para ser lembrado por bastante tempo, mas é preciso muito mais do que isso para vencer no mundo dos negócios a ponto de deixar uma marca. A competência, os hábitos extravagantes, o perfil empreendedor exacerbado, entre outros fatores, ajudam muito para ser alçado à condição de ícone.

No universo da agricultura e da pecuária não é diferente. Quem, afinal, já não ouviu falar do empresário Olacyr de Moraes, o ex-"rei da soja", fundador de um império ou mais recentemente, do seu sucessor, Blairo Maggi, que também é governador de Mato Grosso? Pois o lucrativo agronegócio brasileiro, ajudado por vastidões de terra, sol o ano todo e, claro, o arrojo desses pro-

dutores, a todo o momento cria outros ícones pelo enriquecimento e pela projeção que proporciona.

Na Agrishow deste ano, uma única pessoa, o produtor goiano Wander Carlos de Souza, comprou 73 máquinas agrícolas (a maioria Case New Holland) entre tratores, colheitadeiras, semeadoras e pulverizadores. A conta ficou em R\$ 20 milhões, paga com recursos próprios e do Moderfrota. Esta foi a maior aquisição individual da feira em todos os tempos.

Operações desse tipo chamam a atenção de todo o País, pelo menos daqueles que acompanham mais de perto os negócios do meio rural. A frota de máquinas e implementos, que antes somava 235 máquinas – entre tratores, colheitadeiras e pulverizadores – agora é composta de 308.

Mas quem é, afinal, Wander Carlos de Souza, que está ficando conhecido





como o “rei do algodão”? Este homem não tem apenas uma faceta a ser analisada, pois além de empresário é político – exerce o cargo de prefeito em Acreúna/GO. Entre uma ligação e outra (o celular toca incessantemente), ele deixa escapar o porquê de investir em equipamentos, terras e indústrias. “Sou movido a novos desafios”, diz o empresário.

A sua história como agricultor inicia em 1969, aos 16 anos, quando a família adquiriu 500 hectares de terra em Paraúna/GO para plantar arroz, mas está longe de terminar. Aos 49 anos, a estratégia do empresário está alicerçada no investimento em máquinas, compra de terras e industrialização, fechando todo o ciclo do agribusiness. Os últimos três anos foram cruciais para a conclusão desse plano, uma vez que serviram para juntar a gordura no caixa suficiente para os atuais investimentos.

Como tudo começou — Souza não ficou rico do dia para a noite, tampouco tinha empregados no início para realizar o trabalho pesado. “Carreguei muito insumo nas costas”, recorda. O primeiro empreendimento-solo foi o arrendamento de uma pequena área em que plantava arroz, no ano de 1974. Nos seis anos seguintes, foi arrendando e adquirindo terras para a produção de grãos, sempre em Goiás. Em 1980, já dominava 7 mil hectares em sociedade com o irmão, dos

quais mil, próprios. O contato com o algodão, no entanto, veio só em 1989, quando a princípio foram plantados 250 hectares com a cultivar IAC-20.

A prova de fogo para a cotonicultura na década de 1990, a doença azul, não deixou incólume os produtores do Vale dos Rios dos Bois, onde está a maior produção da herbácea no Estado de Goiás. Mas também foi o tempo em que a área plantada dobrou. A doença representou uma verdadeira seleção natural, quando muitos produtores quebraram. Em vez de desistir, Souza preferiu continuar investindo em tecnologia, substituindo a mão-de-obra na colheita pela mecanização, e em unidades de beneficiamento. Ao mesmo tempo, criou-se um sistema de renúncia fiscal em que o recurso revertia para um fundo voltado à pesquisa para o desenvolvimento de cultivares resistentes à doença azul. Assim, conseguiu-se uma convivência pacífica com a doença.

Projeto de agricultura — Souza não só resistiu ao tormento da doença azul como conseguiu ampliar o negócio de algodão e de grãos. Atualmente, são 12 mil hectares plantados com a herbácea na região de Acreúna e mais 8 mil cultivados com milho e soja. A área cultivada com algodão corresponde a quase um terço à semeada no município, de 38 mil hectares. Houve um crescimento de 11,76% em relação ao ano passado, quando foram cultivados 34 mil hectares na região. Já a produção de Wander Carlos de Souza na safra 2002/2003 chegou a 2 milhões de arrobas em caroço. Em pluma, o volume produzido chegou a 12 mil toneladas, ou mais de 10% da produção estadual, que varia entre 80 mil e 100 mil toneladas/ano.

Para quem ainda não se impressionou com os números, o melhor está por vir. O empresário voltou-se para Mato Grosso, mais especificamente para o

GOIÁS: ALGODÃO – MAIORES PRODUTORES

Município	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)	Part. relativa (%)		Ranking estadual
				MUN/MRH	MUN/GO	
Acreúna	19.000	51.870	2.730	45,00	18,07	1º
Chapadão do Céu	9.057	33.964	3.750	38,26	11,83	2º
Paraúna	12.750	33.150	2.600	28,76	11,55	3º
Itumbiara	5.000	15.000	3.000	28,92	5,22	4º
Mineiros	3.430	13.400	3.907	15,09	4,67	5º

Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás

norte, na região de São José do Xingu, para realizar os planos de expansão. Por um lado, o valor da terra em Goiás estava bem mais alto, tanto para o arrendamento quanto para a aquisição. Pague-se de R\$ 4,2 a R\$ 5 mil o hectare de terra, enquanto em MT o desembolso é de R\$ 800 a R\$ 2 mil. A diferença estava sendo um forte impeditivo para a expansão da produção. Por outro, a área destinada ao cultivo da herbácea tem mais de 20 anos de exploração, o que compromete a produtividade, atualmente entre 200 e 210 arrobas com caroço por hectare.

Os planos expansionistas envolvem o plantio de 50 mil hectares nos próximos três anos. Na safra 2003/2004, serão plantados 20 mil hectares de arroz – o que provavelmente fará de Souza o maior produtor individual do grão em todo o mundo. Essa área, somada a mais 20 mil hectares plantados em Goiás, com grãos e algodão, está dividida entre 20 propriedades.

O que faltava — As peças que faltavam ao quebra-cabeça, como problemas de falta de insumos em MT, estão aos poucos sendo encaixadas. Tratando-se de áreas brutas, recém-abertas, era necessária uma quantidade muito grande de calcário para a correção do solo. A base de oferta do produto mais próxima encontrava-se a 1.000 quilômetros de distância. Para resolver o problema, Souza comprou uma usina mineradora de calcário dolomítico, distante cerca de 400 quilômetros do local de plantio.

Os custos com frete serão sensivelmente diminuídos.

Com essa disponibilidade, a área de algodão a ser cultivada será ampliada em 3 mil hectares já no próximo ano, com planos para atingir até 25 mil hectares. Para abastecer a área de mais de 40 mil hectares, plantados entre as terras de Mato Grosso e Goiás, serão necessários 20 mil toneladas de fertilizantes e 60 mil toneladas de calcário, para a alegria dos fornecedores.

E o projeto não se limita à produção agrícola. Já existe estrutura de armazenagem e secagem de grãos com capacidade para 220 mil sacas. Também está em curso a construção de uma unidade de beneficiamento de algodão em Mato Grosso. Na cidade de Acreúna, a industrialização está bem mais consolidada. “A cidade apresenta o maior crescimento de capacidade de beneficiamento de algodão do mundo”, arrisca um palpite, Souza. Com calculadora, papel e caneta na mão – as ferramentas simples com as quais o empresário toca o seu império –, ele mede o potencial do município em beneficiar algodão: são 12 usinas com capacidade instalada para transformar 500 toneladas/dia.

Tudo indica que, pelas mãos de Wander Carlos de Souza, Acreúna vai se transformar em um agricluster têxtil. Ao contrário de muitos produtores de algodão, que exportam o produto, toda a produção é voltada

para o mercado interno, numa parceria com a empresa Coteminas, do vice-presidente do Brasil, José Alencar, de quem o empresário goiano é amigo pessoal. Pois a parceria com a Coteminas vai proporcionar vãos mais altos: uma indústria de fiação orçada em R\$ 60 milhões, com capacidade de 700 a 800 toneladas/mês. Em vez do primeiro benefício, ela fará o fio penteado, produto de alto valor agregado, para malharias do porte de Zoomp e Forum. Nem é preciso dizer o impacto que vai causar à pacata Acreúna, com pouco mais de 20 mil habitantes, a geração de 500 empregos diretos.

Wander Carlos de Souza pagará a sua participação societária no empreendimento da Coteminas com a entrega de matéria-prima. Sem estipular prazos, ele acredita que em pouco tempo será possível dobrar a capacidade instalada da planta industrial. Mas o sonho é realizar todas as etapas de uma indústria têxtil, envolvendo tecelagem, estamparia e confecção. “Como o parceiro é forte, em três anos acredito que será possível fazer isso”, reflete o empresário. Além disso, Souza lembra que existe matéria-prima em abundância na região para fazer frente ao estabelecimento de um pólo têxtil, assim como uma boa logística.

Devido à liderança exercida como o maior empresário da região, Souza acabou deslizando para a vida política.

Está na segunda legislatura como prefeito de Acreúna. A agenda de executivo inevitavelmente se mistura com a de político, assim como o local de trabalho, o escritório. A carreira pública, no entanto, não seduz o empresário a ponto de desejar cargos eletivos mais importantes, como o de governador. Para ele, manter o contato com o campo é mais importante do que ficar num gabinete bem decorado. ■

O algodão está rendendo bons frutos para Wander Carlos de Souza, hoje o maior empresário de Acreúna/GO, município que em breve se tornará pólo de produção têxtil



ANÚNCIO

Veneração total à **BIOTECNOLOGIA**

*1º Fórum Nacional da Soja Transgênica,
em Ibirubá/RS, reuniu 15 mil
pessoas e diversas vozes científicas,
econômicas, políticas e jurídicas em favor
da biotecnologia*

Leandro Mariani Mittmann

A soja transgênica teve um dia de veneração em Ibirubá, município de pouco mais de 18 mil habitantes no coração da produção de grãos do Rio Grande do Sul, ao norte do Estado – não por acaso a região cujas lavouras foram tomadas pela oleaginosa modificada geneticamente na recente safra. Diversas entidades locais organizaram o 1º Fórum Nacional da Soja Transgênica, evento que reuniu dezenas de políticos e especialistas em legislação, economia, genética e ambiente. Todos defenderam, à frente de uma platéia de 15 mil pessoas – a maioria produtores –, a liberação imediata dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

O evento reuniu até o deputado federal pernambucano Roberto Freire, presidente do PPS (ex-Partido Comunista Brasileiro). “Quando se gerou um analgésico contra a dor, houve movimentos contrários porque se dizia que dor era de Deus”, comparou à atual resistência aos transgênicos. De acordo com ele, a batalha pela legalização da transgenia “não é um problema do agricultor brasileiro, mas do Brasil em relação ao mundo. O País está decidindo agora se, no futuro, será vanguarda ou dependente”, adverte Freire. “Há preconceito contra multinacionais, quando o

que precisamos é construir nossas multinacionais e a Embrapa é meio caminho andado.” O presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, classifica de “missão pesada” a luta para liberar os transgênicos. “É uma aberração abandonar uma ferramenta da modernidade”, lamenta.

Confúncio Moura, deputado do PMDB de Rondônia, relator do Projeto de Lei 8.974, de 1995 (de autoria do senador Marco Maciel), que regulamenta os transgênicos em território brasileiro, lembra que a legislação teve, em 1998, artigos vetados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, modificações que abriram brechas às ações de advogados, ONGs e demais contestadores da transgenia. “Foi a primeira lei

de transgênicos da América Latina, copiada por outros países, até mesmo por Cuba”, destaca. Para ele, o Congresso Nacional é burocrático e apenas “reage” aos fatos. Por isso, conclama: “Vamos agir para que o governo reaja. Conti-



A Granja

nuar plantando soja para que o governo reaja. Devemos nos insurgir, como sempre fez o Rio Grande do Sul”.

Na prática, não existe mais crime — O fundador e presidente do Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (Iejur), Ricardo Alfonsin, esclarece que, na prática, a Medida Provisória 113 acaba por discriminalizar a soja transgênica a partir de agora. Afinal, abriu-se um precedente, pois a MP suspendeu justamente os artigos que proibiam o plantio ou a comercialização. Até a publicação da MP, o governo não admitia, oficialmente, a existência de transgênicos em lavouras brasileiras. A partir da comercialização da safra recém-colhida, o governo sugere que, realmente, a soja modificada não faz mal à saúde. “Na safra 2003/2004, volta a Lei 8.974”, conclui Alfonsin. “Com a MP 113, terminou a falácia. O governo reconheceu a soja transgênica e a liberou para a comercialização”, anuncia. Para o jurista, se esta safra não “faz mal à saúde”, por que a próxima faria? “Devemos lutar, no mínimo, para a reedição desta medida. Se a solução serviu para esta, por que não poderá para a seguinte?”

Breno Mussi, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e agora professor da Associação dos Juizes do RS (Ajuris), também transmitiu uma palavra de tranquilidade aos produtores: “A lei do meio ambiente não prevê imputação aos plantadores de transgênicos”. De acordo com ele, a Lei 8.974 impõe penalidades apenas no caso de plantio de cultivares que não tenham sido aprovadas pela CTNBio, sendo que a comissão já abonou cinco cultivares de soja da Embrapa — portanto, liberadas para o plantio. Ainda segundo Breno Mussi, está se desenvolvendo em Brasília um intrincado embate jurídico. “Um juiz diz que pode (plantar OGM), outro não. Eu que sou da área jurídica confesso que não posso dizer quem está correto. É briga de bugio grande. Mas esta legislação que veio aí, a MP 113, zera tudo”, analisa. “Aplica-se até a quem está condenado. Quem plantou não violou a CTNBio.”

Pequenos também ganham — Duas posições, uma econômica e outra científica, completaram o coro pró-transgênicos. Argemiro Brum, doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento da



A Granja

Sperotto, presidente da Farsul: "é uma aberração abandonar uma ferramenta da modernidade"

Universidade de Ijuí (Unijuí/RS), assegura não ser realidade que a soja convencional obtém, no mercado internacional, no máximo 4% de bônus — mas com custo de produção muito superior, como já comprovado. “É uma lógica imperialista de europeu e japonês, que são contra os transgênicos”, justifica. “A informação de que o mercado mundial não consome soja transgênica é falsa: 75% da soja importada pela União Européia

Scherer® faz seu milho virar milhão

Os discos de milho Scherer® são fabricados com polímeros de engenharia DuPont™ Zytel®, reduzem os duplos e as falhas no plantio, contribuindo para o aumento da germinação. São 349 modelos para aplicação em todas as marcas de plantadeiras.

CÔNICO® DECLIVE®

FURO CÔNICO®

EXCLUSIVIDADE SCHERER®

oblongo transversal

redondo

Disco redondo com furo cônico e oblongo com furo cônico (disponível em 39 modelos).

oblongo transversal

redondo

Disco redondo cônico, com declive e oblongo cônico, com declive (disponível em 40 modelos).

CÔNICO® DECLIVE®

FURO CÔNICO®

SCHERER®

Fone/Fax (45) 226-3232

Cascavel/PR

www.scherer.ind.br

A marca que faz a diferença.



Leandro Federizzi

Federizzi, da Ufrgs: "Se fôssemos olhar o princípio da precaução, o trigo seria proibido"

é transgênica", atesta. "Outro mito é que a soja modificada vai dizimar os pequenos produtores. É heresia. A convencional está cada vez mais cara para o pequeno. O ganho de produtividade está incorporando os pequenos."

"Em todas as áreas, os transgênicos estão sendo aplicados. São comprados medicamentos transgênicos aqui em Ibirubá", argumenta o agrônomo Luiz Carlos Federizzi, doutor em Genética e professor da Ufrgs (RS). Ele enumerou uma série de produtos de consumo desenvolvida com transgenia, desde tecidos até o



Leandro Federizzi

Moore, fundador do Greenpeace: "o movimento ambiental tornou-se anticientífico"

papaia do Havaí, exportado para a Europa. "Todo o frango produzido na Europa é alimentado com soja transgênica." Conforme Federizzi, "na natureza não existe diferença entre soja transgênica e não-transgênica". E fez uma comparação: "O trigo tem oito gêneros diferentes que não estão na cadeia de alimentos do homem. Se fôssemos olhar o princípio da precaução, o trigo seria proibido".

Anticientífico — Já em Porto Alegre, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiegs), evento semelhante reuniu vozes pró-

transgênicos de seis países, durante dois dias de junho. Promovido pela Farsul, o Fórum Permanente do Agronegócio reservou a primeira etapa de uma série de discussões sobre o segmento exatamente ao Seminário Internacional sobre OGMs. Especialistas da Argentina, da Bélgica, da França, do Canadá, da China e do Brasil expuseram seus conceitos e suas experiências quanto aos aspectos institucionais, comerciais, jurídicos e de segurança alimentar dos transgênicos.

Um dos mais aplaudidos e com posicionamentos mais duros contra os anti-OGMs foi o canadense Patrick Moore, fundador do Greenpeace e uma das lideranças da organização ambiental até 1986. Nessa época, após 15 anos de feroz militância em defesa de baleias, focas e contra pesquisas com energia nuclear, Moore concluiu que a causa ambientalista deveria ser "o quê fazer, não só dizer não".

Atualmente, mostra-se bastante crítico em relação aos argumentos ambientais que travam o desenvolvimento econômico. Ele comentou, inclusive, que após o fim da Guerra Fria, militantes comunistas abrigaram-se sob a bandeira ambientalista para atacar o capitalismo e os movimentos assumiram interesses anticomércio e antiglobalização. Para Moore, os ambientalistas radicalizaram a tal ponto de tratar o ser humano "uma espécie de câncer. O movimento ambiental tornou-se anticientífico. Eu não podia pensar nisso 15 anos atrás", lamenta.

Sobre a oposição severa do Greenpeace à transgenia, Moore considera um "ato de Ciência zero. Estão negando os benefícios à humanidade e ao ambiente", acusa. O canadense citou um trabalho da União Européia, feito a partir de 400 pesquisas, que concluiu serem os OGMs inofensivos à saúde humana e, portanto, disparou: "Meus colegas do Greenpeace não estão lendo jornal ou não se importam com a verdade". As imagens de tomates assassinos e sementes que disseminam doenças são, para ele, "filhas de Hollywood, baseadas na fantasia e falta de respeito à ciência". Moore ainda relatou vários exemplos de radicalizações anti-OGMs que acabam por vitimar pessoas, como crianças africanas que ficam cegas pela carência de vitamina A, sendo que já existe uma variedade de arroz transgênica rica dessa vitamina. ■

Tecnologia já tem sua "capital"

Se fosse necessário estabelecer uma capital para os OGMs no Brasil, Ibirubá seria a cidade na medida para tal honra. O município aderiu à idéia, até mesmo no âmbito urbano. Vários estabelecimentos comerciais expuseram durante o fórum faixas de apoio à tecnologia, enquanto os veículos exibiram adesivos com a inscrição "100% transgênico", entre muitas outras manifestações, como a faixa de uma associação de pescadores esclarecendo que "+ transgênicos – veneno = peixes". Também de Ibirubá, dois meses antes, partiu o "tratoço" pró-transgênicos com 1.300 máquinas, que se deslocou até Não-Me-Toque, município próximo.

O fórum também expôs a matemática do que representaria para o município e seus produtores a adoção da biotecnologia. A produtividade de soja da recente safra foi de 55 sacas, dez a mais que a anterior, segundo a organização, um incremento provocado diretamente

pelo plantio maciço dos transgênicos. Pelos cálculos, nos 40 mil hectares explorados com soja convencional no município, seriam necessários 160 mil litros de herbicidas, a um custo de R\$ 4.154 milhões. Se toda esta lavoura fosse da oleaginosa transgênica, o volume de herbicida usado despencaria para 60 mil litros, despesa de R\$ 648 mil. Portanto, uma economia de R\$ 3.506 milhões.

Mas não é só isso. Pelos ganhos de produtividade proporcionados pelos transgênicos, Ibirubá produziria 500 mil sacas a mais. A uma cotação de R\$ 34,00/saca, seriam R\$ 17 milhões a mais nos bolsos dos produtores. Somando-se economia mais ganho, o município teria uma renda extra de R\$ 20.508 milhões, suficientes para construir 2.734 casas populares – a R\$ 7,5 mil cada. A organização, então, sugeriu que toda esta contabilidade fosse aplicada aos 15 milhões de hectares ocupados pela soja no Brasil.

Ano de mais **RECURSOS**

Novo plano agrícola contará com R\$ 32,5 bilhões — um incremento de 25,8%

O primeiro Plano Agrícola e Pecuário da gestão Lula terá 25,8% a mais de recursos do que o previsto no plano 2002/2003. Serão R\$ 32,5 bilhões para o plantio, investimentos e comercialização da próxima safra. Desse total, R\$ 27,15 bilhões serão aplicados nos programas conduzidos pelo Ministério da Agricultura. O restante, R\$ 5,4 bilhões, destina-se à agricultura familiar, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

“Importante também foi a decisão do governo sobre os juros para o crédito rural”, diz o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Dos R\$ 27,15 bilhões, 82% (R\$ 22,15 bilhões) serão aplicados a juros fixos e predefinidos. As taxas controladas, com juros equalizados pelo Tesouro Nacional, foram mantidas nos níveis atuais para o custeio e investimento, até mesmo para os programas executados com recursos do BNDES.

“Com o plano, queremos também alcançar novos recordes de produção para

umentar o consumo interno e as exportações”, afirma o ministro Rodrigues.

O financiamento para o plantio de arroz, feijão e mandioca aumentou em 33%. Para o milho, o acréscimo chegou a 60%, passando de R\$ 250,00 para R\$ 400 mil por produtor. “A liberação dos recursos para essa lavoura independe de créditos tomados para outras culturas ou atividades agropecuárias”, observa Rodrigues.

Moderfrota — Foram ampliadas as verbas para investimento e mantidos os juros e os prazos das linhas de crédito nos níveis atuais. Oito programas foram agrupados em quatro áreas: modernização e infra-estrutura (Moderfrota e Moderinfra), cooperativas (Prodecoop), recuperação de solo e pastagens (Moderagro) e geração e agregação de va-



Rodrigues: “manutenção dos juros para custeio e investimento foi decisão importante”

lor nas cadeias produtivas (Prodefruta, Prodeagro, Proleite e Proflora). O governo destinou R\$ 4 bilhões do BNDES para esses programas, com acréscimo de 41,3% sobre os R\$ 2,83 bilhões previstos no ano-safra 2002/2003.

O Moderfrota contará com R\$ 2 bilhões, com juros de 9,75% ao ano, para produtores com renda bruta anual de até R\$ 150 mil, e de 12,75%, para os beneficiários com renda anual superior a esse limite. Já o Pro-

decoop terá R\$ 450 milhões, o que representa um aumento de 80% sobre o ano anterior. Os juros são de 10,75% ao ano. Essa linha de crédito destina-se à formação, ampliação e renovação de capital fixo das cooperativas. Para os demais programas, será liberado R\$ 1,55 bilhão, com juros de 8,75% ao ano. ■

Microtrator

Diesel - 18 cv

Microtrator com reboque tração 4x4 e 4x2



Produtos em parceria Tramontini e Moldemag

Microtrator com roçadeira traseira



Microtrator com pulverizador, semeador e adubador tração 4x4

Microtrator com roçadeira



Microtrator equipado com pulverizador, com tração 4x4 e 4x2



Microtrator com capinadeira para limpeza de ruas

Tramontini

Rodovia RST 483 - Km 2 - Fone/Fax: 51 3741-3100
CEP: 95800-000 - Cx. Postal 06 - Venâncio Aires - RS
tramontini@tramontini.com.br / www.tramontini.com.br

MOLDEMAQ
IMPLEMENTOS AGRICOLAS
Avenida do Sol - Fone/Fax: (41) 371-1478
www.moldemag.com.br

* Revendas e assistência técnica em todo o Brasil
* Mais informações acesse nosso site

AUTOPROPELIDO: mais em

Ganha mercado o modelo de pulverizador que pode ser operado em velocidades maiores, o que representa produtividade superior sem prejuízo na aplicação. Essas máquinas são mais utilizadas por produtores que exploram áreas com maiores extensões

Leandro Mariani Mittmann

Tempo é dinheiro – e na lavoura não é nem um pouco diferente. Especialmente quando se impõe, às pressas, a necessidade de se interceptar a ação de uma praga ou uma doença avassaladora, que se alastra em alta velocidade, dizimando dezenas de hectares de plantação num único dia. Um cenário como o descrito é uma missão na medida para o pulverizador autopropelido, também chamado automotriz, uma tecnologia que chegou ao Brasil há uma década, mas se popularizou nos últimos cinco anos – principalmente nas gigantes plantações do Centro-Oeste.

As principais vantagens do autopropelido em comparação ao pulverizador convencional, o tratorizado (também chamado arrasto ou a carreto), não são a maior capacidade de carga de defensivo ou o comprimento ampliado da barra de pulverização. O maior diferencial na eficiência de trabalho é a sua velocidade, que pode ser três vezes maior. O autopropelido, portanto, pode atuar numa área até triplamente maior ao convencional no mesmo espaço de tempo.

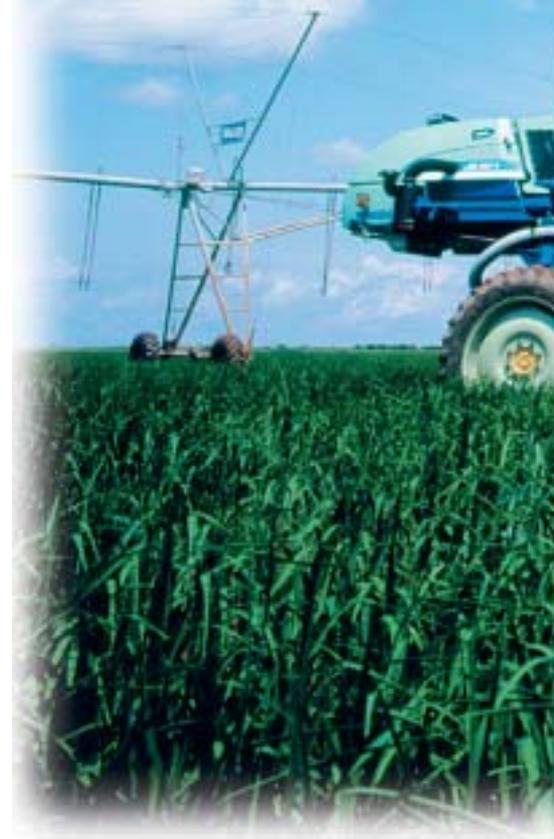
Diferencial — A princípio, uma necessária definição: autopropelido é uma máquina de pulverizar independente, munida de motor, quatro rodas, cabine e tudo o que mais é preciso para se autolocomover sem a tração do trator. Conforme o engenheiro agrônomo Ulisses Rocha Antuniasse, professor adjunto do Departamento de Engenharia Rural da Unesp, de Botucatu/SP, dois são os perfis de pulverizador autopropelido existentes no mercado brasileiro.

O primeiro é a máquina projetada e desenvolvida especialmente para ser um autopropelido. É a mais eficiente, com capacidade de carga de 2 mil a 3 mil litros de produto, velocidade variando de 15 a 25 km/h e com barra de pulverização de 20 a 27 metros de comprimento. Restritas empresas no Brasil a fabricam e o preço varia entre R\$ 150 mil e R\$ 400 mil. Algumas máquinas em atividade no País são importadas.

Já o segundo é a adaptação, em definitivo, de um pulverizador convencional sobre o chassi de trator. Este,

fabricado por várias empresas pequenas, é menor, com barra de 18 m e velocidade limitada a apenas 10 km/h.

A principal razão do disparate de velocidades, esclarece Antuniasse, é que o trator que serviu de suporte não tem suspensão ou molas e, assim, por razões de segurança, precisa andar mais devagar. A qualidade do trabalho de ambos os tipos é a mesma, mas



menos tempo



sua eficiência é de duas a três vezes menor – motivo direto da velocidade também menor. Seu preço, no entanto, é bastante inferior, ainda que muito variável, pois depende do valor do trator e do pulverizador acoplados.

Esta máquina, naturalmente, é apropriada para pequenos produtores, que podem aproveitar um trator usado. A sua principal vantagem em relação ao

pulverizador de arrasto tradicional é que a máquina está pronta para ser utilizada a qualquer momento. Além disso, o seu manuseio é muito prático. Afinal, é uma máquina para uma única finalidade. “O manejo é mais fácil que o pulverizador mais o trator”, esclarece. “É um meio-termo entre o pulverizador tratorizado e o autopropeleido”, define o professor.



Para Antuniasse, da Unesp, a capacidade dos automotrizes é multiplicada até por três

Divulgação



Máquinas: maior mercado é no Centro-Oeste

Divulgação

Eficiência proporcional — Antuniasse, um pesquisador especialista em tecnologia de aplicação de defensivos e que trabalha em contato constante com produtores, esclarece que não existe nenhuma distinção na qualidade de aplicação de defensivos entre os pulverizadores tratorizados (de arrasto) e automotrizes. A diferença é mesmo a produtividade em consequência das distintas velocidades. Enquanto um trator com o pulverizador a carreto trabalha num ritmo de 8 a 10 km/h, o autopropeido pode chegar a 25 km/h. No final do dia, é claro, a área pulverizada é imensamente mais representativa. Essa matemática pode significar lucro, ou prejuízo estancado, como no caso da lavoura de

soja atacada pela terrível ferrugem, que se expande em agilidade surpreendente. Nesta situação, a automotriz pode salvar, literalmente, a lavoura. “A capacidade operacional do autopropeido é multiplicada por dois, por três”, ressalta o pesquisador.

Pelas formas características de plantações em grandes áreas, estados como Mato Grosso e Goiás são os campos em que os autopropeidos mais têm sido popularizados. “O grande mercado é, sem dúvida, o Centro-Oeste”, atesta Antuniasse. Ele explica, ainda, que os produtores de algodão são os que mais fazem uso da tecnologia, visto que uma lavoura da cultura exige, normalmente, de oito a dez pulverizações numa safra, contra cinco, em média, da soja. Por tudo isso, Antuniasse avalia que o autopropeido só passe a ser economicamente interessante quando atuar em dimensões de 8 a 10 mil hectares no mesmo ano. Importante: a área refere-se à soma das diversas aplicações, não a plantada efetivamen-



Cotonicultores são os principais clientes

Divulgação

te. “Há proprietário em Mato Grosso que faz oito aplicações em 1.000 hectares e tem autopropeido”, ilustra. “É necessário que se faça o estudo econômico da utilização da máquina”, recomenda.

Terceirização — Outra particularidade no Centro-Oeste, destaca Antuniasse, é a terceirização do uso da máquina, o que pode ser um caminho economicamente mais viável ao produtor. Em vez de investir R\$ 200 mil, R\$ 300 mil na aquisição de um equipamento, a cada necessida-

de de aplicação de inseticida, fungicida ou herbicida contrata-se uma pequena empresa para fazer o serviço. O professor descreve casos de proprietários de grandes áreas, até mesmo os que optam pela contratação de terceiros. Neste último caso, muitas vezes, são ex-funcionários de fazendas incentivados a adquirir as máquinas e torna-

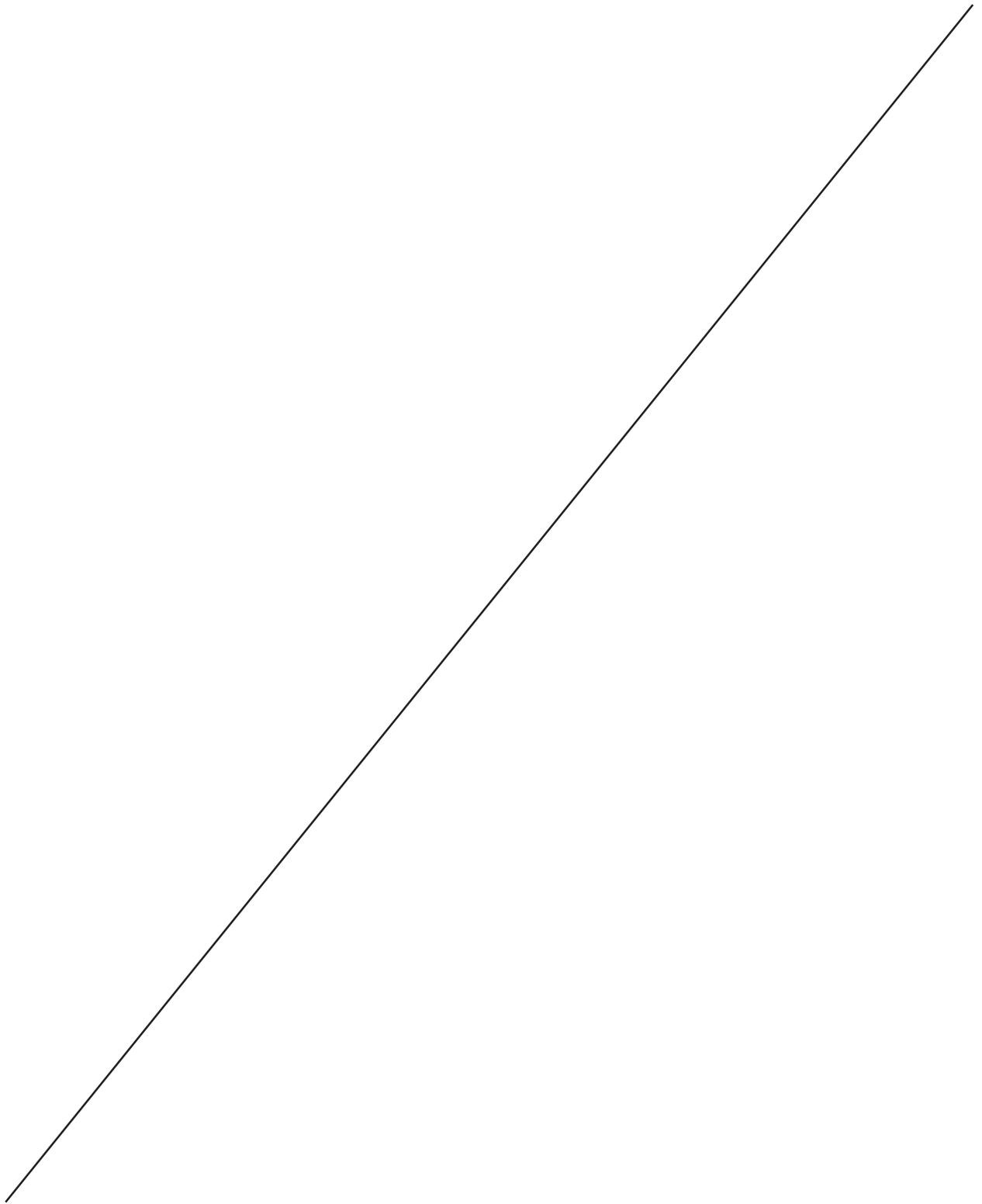
rem-se autônomos. Na Argentina, a prática da terceirização é mais utilizada que no Brasil.

Antuniasse conta que os autopropeidos estão tomando alguns espaços dominados pela aviação agrícola. Ele deixa bem claro que a produtividade do autopropeido não consegue competir com a de um avião, mas em algumas regiões, especialmente distantes de pista de pousos e em lavouras “quebradas” (de continuidades curtas, contra-indicadas para aviões), o autopropeido é mais indicado que a aeronave. De acordo com o professor, o avião pulveriza de 80 a 200 ha por hora e o autopropeido pode chegar ao máximo de 50 ha/h, mas, dependendo das condições de atuação do avião, a máquina terrestre pode ser a mais indicada. “O autopropeido está ocupando alguns espaços, nichos, que o avião não consegue operar”, destaca. “Mas é óbvio que não tem como comparar à capacidade de um avião agrícola”, ressalva. “O máximo do autopropeido vai chegar ao mínimo do avião, mas o custo pode ficar mais favorável.”



Autopropeido só é economicamente viável se atuar entre 8 e 10 mil hectares por ano

Divulgação





Mercado para os modelos adaptados está em expansão no País

Divulgação

Mercado em crescimento — Por tudo isso, o pesquisador tem constatado a expansão do mercado desse perfil de máquina. Admite não ter estatísticas, mas em contato com produtores e empresas fabricantes tem observado a expansão do mercado. “Em fabricação de escala, o autopropelido existe há cinco anos”, revela. Antuniasse ressalta, ainda, ter observado em feiras, como as duas Agrishow (Ribeirão Preto/SP e Rondonópolis/MT), que a venda “tem multiplicado-se por quatro ou cinco” nos últimos anos. “Não são números oficiais”, deixa bem claro. Ele cita o exemplo de uma grande indústria que comercializava 250 máquinas por ano três anos atrás e que hoje vende mil unidades.

Fabricantes — As empresas corroboram com a avaliação de que este mercado está em expansão. A paulista Jacto, de Pompéia, informa que a procura pelo equipamento incrementou-se em regiões antes com venda escassa, como Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. E segue alta em Estados do Centro-Oeste, tradicionais consumidores da máquina. “O bom preço das principais *commodities* agrícolas, aliado à disposição gover-

namental de manter os recursos para o Moderfrota, deve garantir um 2003 bastante favorável”, destaca a empresa. A Jacto oferece dois modelos: o Uniport 2000 e o Uniport 2500, este segundo há nas versões cereais e canavieiro. O tanque do autopropelido possui capacidade de 2.500 litros e barras de 24 metros. O Uniport 2500 possui sistema de GPS com barras de luzes, o que garante maior precisão nos trabalhos, especialmente à noite.

A Montana, que produz o autopropelido Parruda, modelos MA 3027H e MA 30255H, destaca que prevê ampliação das vendas da máquina em 2003 em relação ao ano passado. A justificativa, destaca, é a capitalização dos produtores por causa da valorização cambial, já que *commodities* importantes têm sua cotação vinculada ao dólar.

O Parruda possui tanque para 3 mil litros e comprimentos da barra de 25 metros e 27 metros. O seu custo é de R\$ 360 mil. A empresa, situada em São José dos Pinhais/PR, avalia que o perfil de seu cliente é o de quem produz soja, milho, trigo e feijão, entre outros, e possui propriedade com área a partir de 350 ha. “O Parruda oferece maior custo/benefício devido à sua grande capacidade de produção, superando o custo do equipamento”, informa a diretoria da empresa.

A Servspray, sediada em Itu/SP, destaca que as vendas estão 30% acima neste ano em relação a 2002 do automotriz Hydro, marca Gafanhoto. Segundo in-

formações da empresa, o pulverizador cobre uma área de 36 a 40 ha/h, já que possui largura da barra de 25 metros e capacidade do tanque para 3 mil litros. “Por ser um sistema mais moderno, a transmissão hidrostática tem baixo custo de manutenção, pois são eliminadas peças mecânicas que sofrem desgaste”, ressalta o diretor comercial Jorge Barboza. O perfil do produtor que adquire o Hydro possui área de terra a partir de 1.000 ha e produz algodão, soja, milho, cana-de-açúcar, tomate e outros. A máquina é oferecida nos modelos 4x4 ao preço na faixa de R\$ 350 mil e o 4 x 2, a R\$ 270 mil.

A diretoria da Macrojet, de Pato Branco/PR, ressalta que as vendas do autopropelido adaptado Macrojet foi dobrando em cada um dos quatro anos em que foi fabricado. É comercializado para produtores com área entre 100 e 3 mil hectares. “É a única máquina que possibilita a visão dos pneus dianteiros para a melhor dirigibilidade entre as linhas de plantio”, destaca a empresa. O Macrojet top de linha custa R\$ 114 mil e o de montagem básica sai por R\$ 49.700,00. A máquina possui reservatório de 2.800 litros.

Já a Max, de Carazinho/RS, que industrializa o adaptado autopropelido Max-System, destaca que as metas de vendas de 2002 foram superadas, mesma realidade até o momento em 2003. A empresa ajusta o pulverizador ao trator ao custo de R\$ 25 mil a R\$ 30 mil, dependendo do modelo do equipamento e os opcionais. Os clientes da Max são produtores médios de soja, milho e outras culturas.

Na mesma cidade de Carazinho, localiza-se a Metal Busch, que oferece o sistema autopropelido Power Jet, a ser montado em trator de potência entre 70 e 110cv e pulverizadores com 2 mil a 3 mil litros e com barras de pulverização de 18 a 25 metros de comprimento. A empresa afirma que as vendas estão “excelentes, superando as expectativas”. Em razão de pedidos e contratos feitos nas feiras realizadas no primeiro semestre, a Metal Busch prevê a ampliação das vendas em 100% no segundo semestre em relação ao primeiro, levando-a a aumentar a linha de produção em 50% e terceirizar itens. O modelo adaptado Power Jet está sendo comercializado entre R\$ 25 mil e R\$ 30 mil. ■



ANÚNCIO



Tama

convencional. Imagine-se um caminhão abarrotado com 25 toneladas de adubo. Se a carga fosse distribuída em sacas de 50 kg, seriam 500 unidades. Para deixar a carroceria e ser levada até o depósito, cada saca precisaria passar, necessariamente, pelos braços (e costas) de uma pessoa. Depois, outra vez todas seriam, individualmente, esvaziadas nas plantadeiras. Assim, como todo esse serviço seria feito manualmente, são desnecessários argumentos para convencer quanto ao desperdício de tempo e do custo oneroso da mão-de-obra empenhados. Em tempos em que a velocidade de execução do trabalho e a contenção de despesas podem representar a distância entre o lucro e o prejuízo, toda a cena apresentada é um consistente indício do dano à contabilidade causado pelo método convencional.

Agora, reflita sobre o seguinte cenário. O adubo chega à fazenda acondicionado em sacas gigantes, de uma tonelada cada (a capacidade varia de empresa para empresa). Um guincho, posicionado na traseira do trator e operado por uma única pessoa, descarrega

est as mudaram também de nomenclatura; deixaram de ser “sacos” para se chamar “big bags”, ou sacos grandes, na tradução textual do inglês. Também chamadas contêineres flexíveis, os big bags (fabricados normalmente em rafia, uma fibra de polipropileno) caíram no agrado de fornecedores e produtores em razão da diminuição de custo (de material e mão-de-obra) e da praticidade, pois reduzem em muito o tempo de carga e descarga. Os big bags estão conquistando espaços especialmente em regiões de exploração extensiva da agricultura, como o Centro-Oeste.

Não fica difícil descrever as vantagens do big bag em relação à sacaria

Não são apenas as estatísticas, as lavouras ou as máquinas e implementos que aumentam de tamanho na agricultura brasileira: as embalagens de adubos igualmente estão cada vez maiores. E, neste caso, o salto é imenso. Tornaram-se gigantes – literalmente – ao passarem de 50 kg para 500 kg a 1.000 kg. A diferença é que

Cada vez mais empresas de adubos adotam
a embalagem gigante, para 500 kg a 1.000 kg,
recurso que representa economia e praticidade
também para o produtor

ganho é **ECONOMIA**

Leandro Mariani Mittmann

as 25 sacas em alguns minutos, às vezes em 10% do tempo da execução anterior. Depois, em meio à correria que caracteriza a época do plantio, o mesmo equipamento abastece a adubadeira em instantes, evitando o desperdício de um tempo precioso, que poderá tranquilamente ser canalizado para o trabalho efetivo de plantio. Toda essa função é feita com praticidade e economia de tempo, como ficou claro, mas, sobretudo, com segurança. Já existe no mercado estruturas específicas para a finalidade, guinchos ao custo de R\$ 6 mil, R\$ 7 mil – que ainda ficam disponíveis para outros trabalhos da lida diária da fazenda. Mas para a mesma finalidade pode ser utilizada a estrutura da pá carregadeira dianteira com um guincho adaptado.

Principais mercados — A Adubos Trevo é uma das empresas que se utiliza do big bag, há quatro anos. São embalagens de uma tonelada, na sua maioria direcionadas a grandes produtores de Mato Grosso e Goiás. Mas algumas regiões do Rio Grande do Sul também estão aderindo à tecnologia ultimamente, revela o gerente de planejamento logísti-

co, Sadi Heinen. “Em Mato Grosso, a quase totalidade dos produtores está utilizando o big bag”, conta. Heinen diz que os clientes têm normalmente áreas acima de 1.000 hectares. “Mas é relativo, pois tem cliente com 200 hectares que

usa o big bag”, ressalva. Ele confirma que o produtor prefere a embalagem pelo baixo custo, ganho de velocidade no plantio, pelo abastecimento rápido das plantadeiras e pela sensível diminuição de mão-de-obra em todas as operações.

FUNIL ABASTECEDOR
Desenvolvido para facilitar o abastecimento de adubo e semente em plantadeira, diminuindo mão de obra e desperdício.

Precisão é a nossa diferença

NEVOEIRO

NEVOEIRO IND. E COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
BR 377 - Km 01 Nº 1551 - CEP.: 98010-170 - e-mail: comercial@nevoeiro.ind.br
Cx Postal: 40 - Fone: (55)3322-6498 / Fax: 3322-0145 - Cruz Alta - RS

SLC Agrícola adere à tecnologia

A SLC Agrícola, que mantém 85 mil hectares de produção distribuídos em sete fazendas pelo País, elaborou, durante cinco anos, até 1999, um detalhado projeto para avaliar qual a logística de adubo era economicamente mais viável. Em primeiro lugar, ficou o transporte a granel; no segundo, o big bag; e em terceiro, por meio da sacaria. Mas o melhor caminho precisou ser abandonado por uma questão técnica.

No deslocamento das cargas via caminhão dos portos ou indústrias até a propriedade, às vezes por mais de 2 mil quilômetros, ocorria a segregação dos grânulos na carroceria. Ou seja, as partículas de tamanho ou peso semelhantes acabavam se juntando, acumulando-se conforme sua constituição no mesmo espaço da carroceria. “O big bag é um processo intermediário. Talvez a partir de uma logística mais apropriada utilizaremos o adubo a granel”, explica Álvaro Dilli Gonçalves, gerente de qualidade da empresa.

Gonçalves descreve que, à época, o transporte de uma tonelada de adubo a granel ficava 18% mais ba-

rato que o modelo via big bag. Este, no entanto, barateava o custo em 32% na relação com a sacaria. “O que chamou a atenção foi a redução com a mão-de-obra temporária”, destaca. De acordo com o gerente, neste item específico, a empresa passou a economizar 70%. Imagine-se tal índice estendido ao custo somado de sete fazendas. “Este número nos ajudou a definir pelo big bag.”

Mas, para aderir à tecnologia, a empresa precisou adquirir caminhões com caçambas e pás carregadeiras, implemento apropriado para abrir os big bags. Dessa forma, os caminhões recebem o produto na sede ou na estrada e o distribuem diretamente, já a granel, pelas plantadeiras, na lavoura. Um ganho de tempo preciso. O sistema precisou um investimento de R\$ 200 mil nas quatro fazendas que utilizam o big bag. Atualmente, somente em sacaria a empresa economiza em big bags 5% em relação ao

sistema convencional (sacas com 50 kg). Na época do estudo, este número era de 10%. A mudança se deu porque agora a maioria das empresas utiliza-se da embalagem one way, sendo que antes a embalagem era reutilizável. “Mas ainda é vantajoso”, esclarece Gonçalves. Ele acrescenta que outra das vantagens do big bag é a possibilidade de armazenagem na lavoura, apenas com a cobertura de uma lona plástica. “O tempo de permanência de até dois meses também é redução de custos.” A SLC adota o big bag em 70% do adubo que consome. Quatro das sete fazendas fazem uso da tecnologia.



COLOQUE NO CAMPO UM TIME VENCEDOR

Trabalho rural é jogo duro. Para isso, a Inroda desenvolveu uma série de implementos que é show de bola. São roçadeiras hidráulicas e de arrasto, gerbo para sulcos, capoteiro correteador e guindaste rolante que, acoplados ao trator, enfrentam com habilidade e graça qualquer parada.

Para não empertar seu tempo e sua produtividade, escale para sua propriedade as máquinas agrícolas Inroda.

inroda
MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Caixa postal 293 - Avaré-SP - Tel. (14) 3732-1033 - www.inroda.com.br

Heinen aponta uma perspectiva positiva da aplicação desta forma de embalagem para os próximos anos. “O crescimento do uso do big bag já é realidade. Não é mais uma tendência”, atesta. Segundo ele, a principal justificativa é a diminuição de custo para o produtor. “Só a mão-de-obra economizada já paga o big bag”, sintetiza. “Sua preocupação é o ganho operacional.” Conforme o executivo, a tecnologia já vinha sendo utilizada por outros segmentos, como o industrial, e há cinco, seis anos passou a ser empregado também na agricultura. Ele ainda ressalta que a nova tendência de mercado é a utilização de big bag “one way” (uma via), ou seja, descartável. Dessa forma, o material não precisa ser munido de válvula de fechamento, o que o torna mais ba-

rato – apesar de ter vida útil bem mais restrita que o material reutilizável por várias vezes.

A céu aberto — A Roullier do Brasil utiliza big bags de 600 kg e com uma exclusividade. Segundo Nelson Horowitz, diretor da área de marketing, produto e desenvolvimento, o material, que é importado da Europa, é o único (para adubo) impermeável no mercado brasileiro. Ou seja, pode ser “armazenado” no meio da lavoura – e no relento. “O fechamento é hermético. A entrada é lacrada. Não entra umidade”, destaca Horowitz. Segundo sua avaliação, o interesse do produtor é cada vez maior pelo big bag em razão da facilidade de manuseio por uma estrutura mecânica. “A tendência é de crescimento significativo”, garante. “A velocidade de manipulação na lavoura é uma loucura. O cliente compra por facilidade, economia e comodidade”, justifica Horowitz o porquê da aceitação pelo produtor. “Da sacaria para o big bag é da charrete para o avião”, compara.

Sementeiras — No ramo de sementes, o big bag também já está sendo utilizado, mas não no repasse ao consumidor. Empresas sementeiras têm usado o sistema para armazenagem temporária ou transporte interno. Por exemplo, a Pioneer faz uso do big bag no deslocamento de semente de milho entre as unidades brasileiras ou na exportação para os Estados Unidos. “Estamos estudando a viabilidade para os



Big bag diferencia-se dos demais sistemas pela redução de custos e mão-de-obra



O crescimento do uso de big bag não é mais uma tendência, já é uma realidade

clientes”, revela Ênio Durante, analista de regulatórios da unidade de Santa Cruz do Sul/RS. No entanto, confidencia que a empresa pesquisa a possibilidade de introduzir “outra tecnologia” de embalagem na comercialização direta ao produtor, mas mantém segredo da novidade. Revela, apenas, que seria um método em que a embalagem poderia ser reutilizada infinitamente. Mesmo assim, Durante afirma que o big bag pode ser usado pela empresa até a adoção da outra tecnologia.

Facilidade no manuseio — Antes de adquirir a primeira remessa de adubo embalado em big bag é preciso munir-se de estrutura para manuseá-lo. O mercado oferece guinchos apropriados para a função, que funcionam na parte frontal ou traseira do trator. A Inroda, de Avaré/SP, fabrica guinchos que podem ser acoplados ao hidráulico do trator, e que sustentam carga de 1.200 kg até a altura de 5,5 metros – suficiente para descarregar um caminhão. “O equipamento é bem prático e totalmente seguro”, assegura Osmar de Almeida Sampaio, diretor da empresa. “Todo o trabalho pode ser feito por uma única pessoa.” Sampaio revela que tem sido grande a procura pelo equipamento, que custa entre R\$ 5.500 e R\$ 6 mil. “Não tem mais pneu. Estamos entregando sem pneu”, ilustra como está no momento o mercado. Portanto, outro indício do interesse do big bag pelo produtor. Os principais mercados da Inroda são MT e GO.

José Romão Nascimento Filho, proprietário e diretor técnico da Nevoeiro, de Cruz Alta/RS, projetou o guincho para a empresa, três anos atrás. “A operação é totalmente mecânica. Sem esforço algum. O rodado é independente, o hidráulico é ligado ao tra-

tor, que ergue as bolsas até a altura desejada”, descreve. “O proprietário e o motorista do caminhão podem efetuar a descarga do caminhão de 27 t de adubo em 15 minutos”, estima Nascimento Filho. “Big bag é o que existe de mais moderno no mundo. É econômico e prático”, acrescenta. O equipamento da Nevoeiro custa entre R\$ 6 mil e R\$ 7 mil e está apto a suspender uma carga de 1.500 kg a 6 metros. Romão esclarece que, além de tudo, a estrutura é multiuso na propriedade. “Pode retirar o motor de uma colheitadeira, erguer moirões ou um boi para carrear”, exemplifica. ■



SILOS E SECADORES

Rodovia BR-101 - km 414
Caixa Postal 500
Fone/Fax: () 48 524-0030**
CEP: 88900-000 Araranguá-SC
E-mail: vendas@mpage.com.br
Site: www.mpage.com.br



No meio do caminho, TROVOADAS

Choveu em excesso em MT nos meses de colheita, onde se expandiram produção e unidades de beneficiamento para suportar o aumento de área plantada com grãos. O resultado é que o Estado precisará importar sementes. Acima dessa questão pontual, no entanto, será preciso solucionar o esgotamento da capacidade de produção desse insumo

Glauco Menegheti

Diante da possibilidade de acréscimo de área destinada ao cultivo de soja em Mato Grosso – maior produtor da oleaginosa no País, com volume de 13.497,7 milhões de toneladas em 2002/2003 –, os semesteiros não se furtaram à responsabilidade. O ano anterior havia sido marcado pela ampliação e modernização das unidades de beneficiamento no sul do Estado, onde está concentrada 90% da oferta de sementes. A expectativa era de que a área plantada de soja em Mato Grosso aumentasse 14,8% na safra 2003/2004, para 5 milhões de hectares, em comparação aos 4.354,1 milhões cultivados em 2002/2003.

Todo o investimento e esforço realizados foram literalmente por água abaixo. Nos meses de colheita do material que serviria para a próxima safra de verão, março e abril, choveu o dobro do que é comum nessa época do ano. A precipitação atingiu 800 mm por mês, quando o normal é chover 400 mm em março e 250 mm em abril.

Para atender à expansão de área de 700 mil hectares, seriam necessários 300 mil toneladas de sementes. Em 2000/2001, conforme a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat), a produção tinha ficado em 162 mil toneladas. Na safra seguinte, foram necessários 194 mil toneladas. Depois do excesso de chuva, no entanto, os sementeiros já trabalham com uma quebra de 30% na produção do Estado. Noventa mil toneladas ou mais, então, terão de ser supridas por Estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, onde também ocorreram problemas de excesso de chuva.

Como lembra Márcio José Mathias, gerente comercial da Sementes Girasol, uma das maiores empresas do ramo, o ciclo de perdas ainda não foi esgotado. Outra prova de fogo será o período de armazenagem, que se estende de abril a meados de setembro, quando iniciam as entregas aos produtores. "Tem produto ensacado que pode não ser aproveitado para semente", avisa o



Dallastra, da Agro-Sol, diz que a qualidade das sementes deve ser inferior este ano

gerente. No curto prazo, o principal impacto recai sobre a ampliação de área e o volume de produção estimado para a próxima safra. "Poderá comprometer a ampliação de área prevista para o ano que vem", admite o titular da Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos do Governo do Estado de

Mato Grosso, Cloves Vettorato.

Nas contas de Mathias, a produção será a mesma do ano passado, o que fatalmente provocará a necessidade de importação de outros Estados. Historicamente, Mato Grosso é exportador de sementes de soja, o que começa a mudar com o crescimento horizontal fora do comum. Nos últimos três anos, o crescimento da área cultivada com soja no Brasil foi respeitável. Nada que se compare a Mato Grosso. O volume de soja saiu de 3.210 milhões de hectares em 2000/2001, para 3.853,2 milhões de hectares em 2001/2002, aumento de 23,5%. Em relação à temporada que recém-termina, o incremento foi de 13%, com 4.353,1 milhões.

Enquanto o crescimento horizontal voltado à produção de grãos parece não ter limites, a possibilidade de expansão da área destinada ao desenvolvimento de sementes é bastante limitada onde as condições de produção são as melhores. Independentemente da chuva deste ano, a região da Serra da Petrovi-

Armazenagem Nível Fazenda

A produtividade ao alcance de suas mãos.

Lucre mais com a tecnologia agrícola que já está ao seu alcance. A linha de Armazenagem na Fazenda da Kepler Weber aumenta a produtividade e reduz perdas e despesas em todo o processo de armazenagem, mantendo a identidade preservada dos seus grãos.



Peça hoje mesmo a visita de um representante Kepler Weber.

RS - Panambi: (55) 3375.9800

MT - Cuiabá: (65) 627.1087

RS - Porto Alegre: (51) 3361.9600

SP - São Paulo: (11) 5581.1166

GO - Goiânia: (62) 233.4500

INFORMAÇÕES

0800 0800-512104

www.kepler.com.br

marketing@kepler.com.br



na tem muito pouco espaço para garantir o salto de produção de soja em Mato Grosso a longo prazo. Mais do que encontrar uma solução pontual, como a importação de outros Estados, os produtores chegam a uma encruzilhada que requer soluções criativas. Para que manifeste todo o potencial genético de determinada cultivar, uma semente tem de passar por uma série de cuidados que vêm do campo, passam pelo beneficiamento e chegam à armazenagem. A temperatura abaixo de 19 graus no armazenamento é uma das pré-condições para definir a qualidade do produto.

Em Mato Grosso é complicado encontrar um lugar com as mesmas condições edafoclimáticas do que as encontradas na Serra da Petrovina. Até é possível produzir sementes em lugares como Sorriso, que fica a 400 metros acima do nível do mar, mas o produto precisa ficar armazenado em temperaturas mais baixas do que as oferecidas na região norte. Existem sistemas que

podem refrigerar armazéns, mas a dúvida fica por conta da viabilidade econômica de um investimento como esse, que tem também o agravante do gasto de energia. Outra alternativa, talvez a mais viável no curto prazo, é a produção de sementes por pivô central, o que poderia agregar mais uma colheita de semente por ano e a possibilidade de dobrar a oferta do insumo.

Preço em disparada — Diante da escassez anunciada e da procura intensa por semente de soja de boa qualidade, o período após as chuvas marcou uma escalada de preços de pouco mais de 77,7% em relação ao mesmo período de 2002. Em janeiro e fevereiro, a saca de 40 kg estava cotada a R\$ 53,00. Conforme sementeiros da Serra da Petrovina — única região que reúne condições climáticas para a produção de sementes em Mato Grosso —, o produtor paga hoje R\$ 80,00 pela saca, quando em igual período de 2002 o desembolso era de R\$ 45,00.

Mesmo com o aumento, o peso desse insumo em relação ao total do custo de produção ainda é baixo. Levando em conta o gasto de R\$ 1 mil por hectare plantado com soja, o percentual fica em 8%. Um dos problemas gerados pelo excesso de chuva é o comprometimento da qualidade da semente. De acordo com Guidone Romeu Dallastra, diretor-presidente da Agro-Sol Sementes, existe disponível no mercado produto sendo ofertado a R\$ 50,00 a saca de 40 kg.

Embora em termos globais o gasto com a semente represente pouco, a importância dela no rendimento da lavoura é preciso ser destacada. Com



Maronezzi, da APA, recomenda a compra imediata de sementes de arroz no MT

um insumo que ofereça um percentual de germinação de 85% e um vigor de 70%, é bem provável que seja necessária apenas uma saca por hectare para constituir um estande homogêneo. Por outro lado, se o produtor apostar em um produto nominalmente mais barato, em termos reais pode sair mais caro se não atentar para que a distribuição de plantas e a germinação sejam homogêneas.

Qualidade — Na opinião de Dallastra, a qualidade das sementes este ano deve ser inferior à obtida na safra anterior. Não se pode desprezar, inclusive, uma diminuição da produtividade, que em 2002/2003 fechou em pouco mais de 3 mil quilos. Surpreendentemente, os 53 mil testes de tetrazólio realizadas pelo laboratório da Aprosmat mostram o contrário. A coordenadora do laboratório que realiza mais de 60 mil testes de tetrazólio por ano, Maria de Fátima Zorato, diz que existe mais problemas sanitários do que fisiológicos este ano. “Quem tinha área sobrando, que ampliou a produção em relação ao ano passado, conseguiu ter sementes de qualidade”, diz a especialista.

Em função da chuva, as análises acusaram doenças fúngicas, como *phanopsis* e *phusarium*, em alguns lotes, ainda que os sementeiros tenham feito três aplicações como forma preventiva contra a ferrugem da soja. A Agro-Sol Sementes esperava ofertar 250 mil sacas de semente, intenção frustrada por uma quebra de 30%, que surrupiou 75 mil toneladas da oferta inicial. Mesmo



Expectativa: safra mato-grossense de arroz deve crescer 81,8% em 2003/2004

com o aumento de preços, o que pode compensar em parte a perda física, a intenção de Guidone não é vender semente a preço alto.

Arroz — A queda na oferta de semente poderá afetar também a cultura do arroz. A orizicultura, que tem importância agrônômica histórica por servir à abertura de áreas brutas desde o início da conquista do Cerrado, agora atrai o interesse dos agricultores pelo preço atrativo. Mesmo com a entrada da nova colheita, os preços estão entre R\$ 32,00 e R\$ 33,00. Os motivos da alta são os baixos estoques reguladores e de passagem. A previsão da Associação dos Produtores de Arroz de Mato Grosso (APA) é que 650 mil hectares sejam cultivados com arroz. Na safra 2002/2003, foram plantados 345 mil hectares com o cereal em todo o Estado. “O número é quase o dobro do que foi plantado no ano passado”, diz Ângelo Maronezzi, presidente da entidade.

De acordo com o dirigente, a chuva afetou de tal forma a produção do insumo que os produtores que não se apressarem podem ficar sem semente de qualidade para a próxima safra. Por isso, Maronezzi recomenda a compra ou a reserva do produto imediato junto aos sementeiros. O interesse pelo arroz como uma lavoura comercial, além da quebra estimada em 30% pela APA, fez disparar os preços. Enquanto o quilo da semente de arroz podia ser comprado por R\$ 0,90 no início do ano passado, hoje está custando em média R\$ 1,20.

Mesmo com esse problema, Mato Grosso deve experimentar um salto na produção de arroz fora do comum. Em 2002/2003, o Estado produziu 1,1 milhão de toneladas. Nas previsões da APA, a safra 2003/2004 irá para 2 milhões de toneladas, ou 81,8% a mais. “Vamos ajudar a recompor os estoques públicos”, garante o presidente da as-

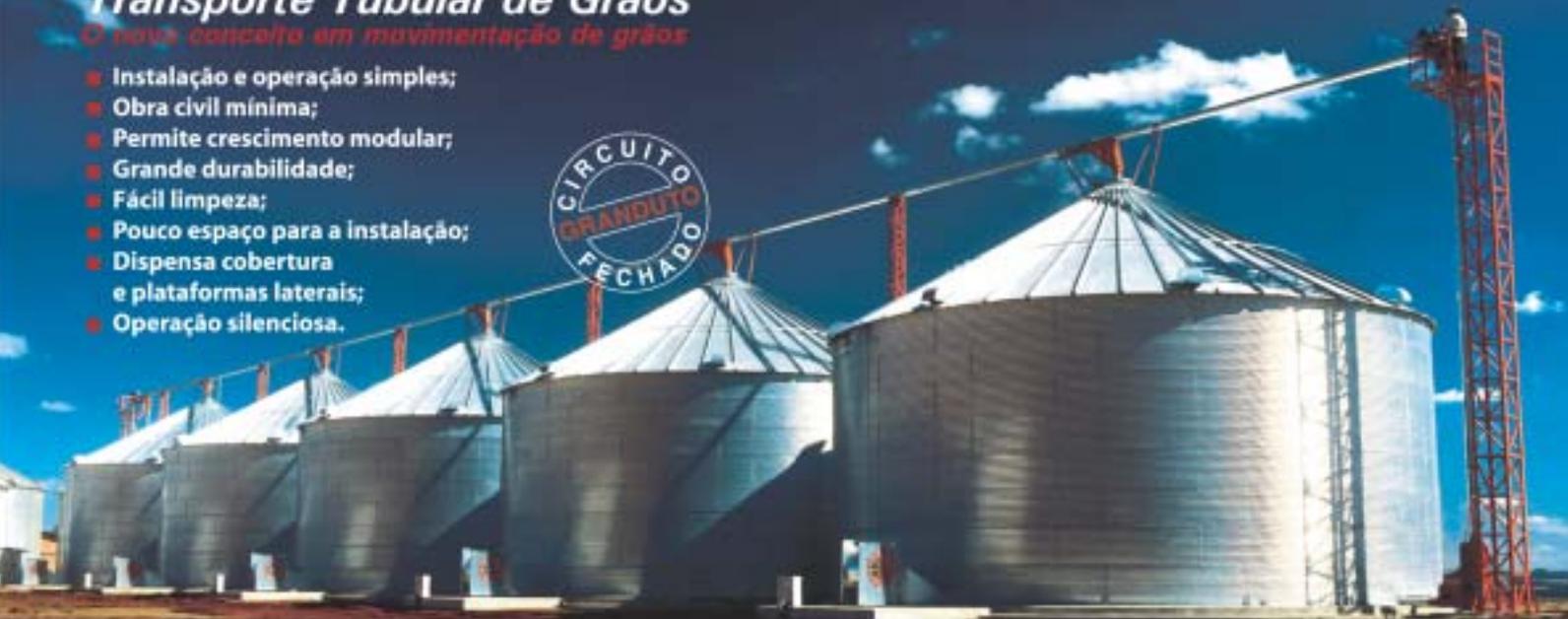
sociação. Esse volume, conforme Maronezzi, também servirá para atender o parque industrial do Estado, que até então mostrava capacidade ociosa.

Giuliano Ferronato, diretor da Mercado Mercantil & Corretora de Mercadorias, é da opinião de que o bom momento da orizicultura levará ao aumento exagerado da área plantada. “No ano que vem vai ter gente plantando até em vaso de cemitério”, brinca o analista, que muda o tom do discurso ao evocar o velho efeito gangorra que faz os preços caírem num ano e subirem no outro. Por hora, no entanto, os arrozeiros de terras altas – que apresenta custo de produção bastante inferior ao irrigado – atravessam aqueles anos de vacas gordas. Tendo em vista uma produtividade modesta de 70 sacas por hectare, um preço de R\$ 30,00, e custos com a lavoura de R\$ 1 mil, o lucro líquido fica em R\$ 1,1 mil. ■

Transporte Tubular de Grãos

O novo conceito em movimentação de grãos

- Instalação e operação simples;
- Obra civil mínima;
- Permite crescimento modular;
- Grande durabilidade;
- Fácil limpeza;
- Pouco espaço para a instalação;
- Dispensa cobertura e plataformas laterais;
- Operação silenciosa.



GranDuto. Movimenta sua safra e sua conta no banco.

O GranDuto, em Circuito Fechado ou Duplo, é um sistema inovador de transporte de grãos por arrasto, no interior de tubos, através de pastilhas e corrente. Além de movimentar grãos em grandes quantidades, o GranDuto reduz sensivelmente o dano causado a eles, quando comparado com os sistemas tradicionais de transporte e circulação. O GranDuto pode ser utilizado em quase todas as aplicações destinadas aos elevadores, *redlers*, roscas e correias transportadoras, ou ser adaptado e expandido de acordo com a necessidade do produtor. Também pode ser utilizado em silos metálicos e armazéns graneleiros já existentes.

www.granfinale.com.br - vendas@granfinale.com.br - (42) 232-4111 - Fax (42) 232-5050 - Castro - PR



Circuito Fechado
Circuito Duplo
Um produto Granfinale

A PROMESSA é de menos burocracia

Governo libera R\$ 5,4 bilhões para os pequenos produtores

As medidas de apoio à agricultura familiar para a safra 2003/2004 incluem a manutenção das taxas de juros (entre 1% e 7,25%) e menos burocracia para a concessão dos créditos. O pacote de benefícios conta com a liberação de R\$ 5,4 bilhões para os pequenos produtores, um volume de recursos bem superior ao disponibilizado no ano passado, quando foram liberados R\$ 2,2 bilhões.

Para agilizar a concessão dos empréstimos, o presidente do Banco do Brasil, Cassio Casseb, anunciou a criação do Cartão Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os agricultores que efetuarem o pagamento de seus empréstimos em dia terão a renovação automática do crédito por até seis anos, sem que haja a neces-

sidade de voltar à agência com a documentação. O cartão pode ser utilizado para o pagamento dos insumos diretamente nas empresas vendedoras. A intenção do governo é contemplar 1,4 milhão de produtores, 55% a mais que na safra passada.

A proposta da União é que a agricultura familiar possa responder diretamente pelo aumento da demanda de 1,7 milhão de toneladas de alimentos para atender ao Programa Fome Zero. Para tanto, serão investidos R\$ 400 milhões para a aquisição de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

Cada família poderá vender até R\$ 2,5 mil em alimentos para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Foram elevados em 20%, em média, os valores das linhas de financiamento e

custeio do Pronaf e criado crédito específico para mulheres, jovens, agroecologia, maquinário e pecuária de corte. Além disso, o governo abriu uma linha de crédito específica para produtores que não se enquadram como agricultores familiares, nem são considerados empresariais, isto é, com renda entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, com juros de 7,25% ao ano. Os pequenos produtores terão ainda direito a participar de Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e Aquisições do Governo Federal (AGFs). Para isso eles deverão contar com R\$ 536 milhões.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou o número do telefone para reclamações em caso de atraso da liberação dos financiamentos. O número do telefone é o 0800 78 7000. ■



Muito consumido, mas pouco **CONHECIDO**

O feijoeiro é originário da América Central, situado nas regiões elevadas do México, da Guatemala e da Costa Rica. A cultura está distribuída em todos os continentes, sendo o Brasil o principal produtor e consumidor mundial. Usado em quase todo o País, é uma das principais fontes protéicas (21%) e energéticas (341 cal/100 g) da população. O consumo brasileiro *per capita* é de 15 kg/habitante/ano.

Nos últimos anos, o Brasil tem produzido em torno de 2,8 milhões de toneladas em aproximadamente 4 milhões de hectares cultivados. Os Estados que mais produzem feijão são Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Goiás, correspondendo a quase 70% da quantidade produzida no País.

As variedades plantadas mudam em função dos hábitos alimentares de cada região. O consumo de feijão de cores, onde se destaca o tipo cariquinha, está concentrado nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás. Por sua vez, o feijão-preto é muito utilizado nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já o feijão-macaçar, também chamado feijão-de-corda, é consumido na Região Nordeste.

Doenças — Durante o ciclo, as plantas estão sujeitas a várias doenças causadas por fungos, bactérias, vírus e nematóides. Antracnose, ferrugem, mofo-branco e mosaico-dourado estão entre as doenças que mais causam queda de produtividade. A antracnose tem maior incidência em condições de temperatura amena e alta umidade e causa lesões de coloração pardo-escura em todos os órgãos aéreos da planta.

A ferrugem ataca principalmente as folhas, que apresentam coloração pardo-avermelhada, vindo posteriormente a secar e cair. O mofo-branco manifesta-se em hastes, folhas e vagens, começando pelas partes mais próximas ao solo, na forma de podri-

dão mole, evoluindo para uma cobertura cotonosa dos tecidos, que amarelecem e morrem. O mosaico-dourado é um vírus transmitido pela mosca-branca. A virose manifesta-se nas folhas, formando áreas amarelo-douradas e verde-normais.

Pragas — Em relação à ocorrência de pragas, a lagarta-elasma, a cigarrinha-verde, a mosca-branca, o minador-das-folhas, o ácaro-rajado e o ácaro-branco estão entre os insetos que mais danos causam ao feijão. A lagarta-elasma atua com mais intensidade em épocas de seca e causa danos por abrir galerias na região do colo do vegetal, causando morte e secamento de plantas jovens. A cigarrinha-verde, ao se alimentar da seiva do feijoeiro, injeta toxinas na planta. A

ocorrência de elevadas populações leva ao enfezamento da planta, que mostra os folíolos arqueados ou enrolados para baixo, seguido de amarelecimento das áreas dos folíolos próximos às margens.

A mosca-branca tem ação toxicogênica, sendo que os maiores prejuízos são devido à transmissão de viroses do mosaico do feijoeiro. O minador-das-folhas ataca normalmente no início do ciclo da cultura, especialmente em períodos de estiagem. Em razão das galerias feitas pelas larvas, há secamento das folhas. O ácaro-rajado ataca a face inferior das folhas, provocando o aparecimento de manchas cloróticas, que se tornam avermelhadas e acabam por derrubar a folha. ■

Você responde.

Porque é você, produtor rural, quem conhece o dia-a-dia no campo.

A KLEFFMANN traduz.

Para que as empresas de insumos entendam cada vez mais a realidade prática do campo.

Os resultados aparecem.

Em forma de produtos e serviços cada vez melhores para você, produtor rural.

KLEFFMANN
Fast Forward

www.kleffmann.com

CANA-DE-AÇÚCAR: *alternativa*

Luiz Roberto Lopes de S. Thiago e Jairo Mendes Vieira — Embrapa Gado de Corte

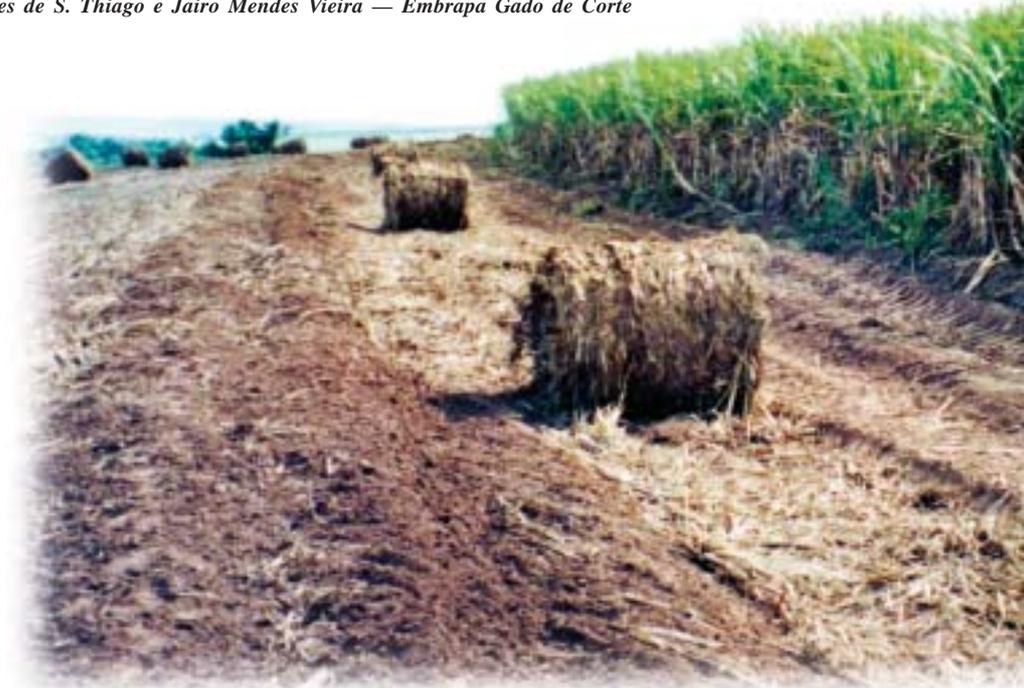
Dentre as gramíneas forrageiras, a cana-de-açúcar destaca-se por dois aspectos: alta produção de matéria seca (MS) por hectare e capacidade de manutenção do potencial energético durante o período seco. Além disso, o seu replantio se faz necessário apenas a cada quatro ou cinco anos.

A cana-de-açúcar, entretanto, é um alimento desbalanceado, com baixos teores de proteína e altos teores de açúcar, sendo que este último nutriente depende da época do ano e da variedade utilizada. Por essa razão, não é aconselhável o seu uso como alimento exclusivo.

A cultura é insuperável em termos de produção de matéria seca e energia/ha, em um único corte. Nas condições de Brasil Central, a produção de cana-de-açúcar integral fresca/ha/corte pode variar entre 60 e 120 t, por um período de até cinco anos (maior produção no primeiro ano).

Valor nutricional — O valor nutricional da cana está diretamente correlacionado com o seu alto teor de açúcar (de 40% a 50% de açúcares na matéria seca), visto que seu teor de proteína é extremamente baixo. O resultado é um alimento nutricionalmente desbalanceado e, quando oferecido como único componente da dieta, o consumo é baixo e não é capaz de atender nem mesmo às necessidades de manutenção do animal. Portanto, se o objetivo for alcançar manutenção ou ganhos de peso, a cana-de-açúcar, necessariamente, precisa ser suplementada.

Para se atender à situação de manutenção ou ganho pouco acima da manutenção, a opção mais simples e barata é usar o nitrogênio não-protéico (uréia + sulfato de amônio). Este suplemento vai atender diretamente às exigências nutricionais dos microrganismos do rúmen, resultando em melhor consumo e utilização de nutrientes. Já para alcançar ganhos de peso, é necessário atender também às exigências nutricionais do animal, por meio de outros suplementos, tais como farelos, grãos, rações, etc. O resultado seriam ganhos entre 400 e 700 g/dia para bovinos em crescimento.



Em função de seu alto teor de carboidratos solúveis, a cana é classificada como um volumoso de média qualidade (valor médio de 58,9% de nutrientes digestíveis totais – NDT), mas com baixos teores de proteína bruta (valor médio de 3,8%) e fósforo (valor médio de 0,06%).

Suplementação — A cana pode suportar diferentes níveis de desempenho animal, dependendo da forma em que for suplementada. O primeiro nutriente a ser corrigido é o nitrogênio, por ser um elemento essencial para o uso do alto potencial energético da cana. A forma mais sim-

ples e barata de atender essa exigência é com a uréia e mais uma fonte de enxofre.

Ao alcançar o rúmen, a uréia libera amônia, que, combinada com os produtos da digestão do açúcar (os ácidos graxos voláteis), irá formar a proteína microbiana. Esse tipo de suplementação é conhecido como Sistema Cana + Ureia, que, segundo a Embrapa Gado de Leite, consiste do seguinte: preparar uma mistura de 8,5 partes de uréia + 1,5 parte de sulfato de amônio (fonte de enxofre), guardando-a logo em seguida, nos próprios sacos da uréia (amarrar bem a boca do saco, pois a uréia absorve muita umi-

— Tabela 1 —
EFEITO DO USO DE SUPLEMENTOS PARA BOVINOS RECEBENDO DIETAS À BASE DE CANA + URÉIA, NO CONSUMO DE MATÉRIA SECA E GANHO DE PESO DIÁRIO

Suplemento	Fornecimento (kg/ani/dia)	Consumo cana (% PV ¹)	Ganho (kg/dia)
Farelo de arroz	1,0	2,20	0,721
Farelo de algodão	0,6	1,92	0,500
Milho triturado	1,0	2,18	0,462
Sorgo triturado	1,0	-	0,372
Sem suplemento	0,0	1,84	0,131

¹PV = peso vivo

Fonte: Moreira (1983) citado por Boin & Tedeschi (1993).

va de alimento para a seca



A Granja

dade e endurece), e estocar até o seu uso.

Para os primeiros dez dias de alimentação, aplicar com um regador 500 g desta mistura, dissolvida em 4 litros de água, para cada 100 kg de cana fresca triturada. Oferecer em seguida aos animais, que devem ter livre acesso à mistura mineral e água. Do 11º dia em diante, usar um kg da mistura para cada 100 kg de cana fresca triturada. Essa dieta fornecerá alguns nutrientes para o animal para atender às necessidades de manutenção ou um pouco acima (até 200 g/animal/dia), depen-

dendo da variedade de cana utilizada e idade da planta ao corte.

Para ganhos maiores (0,4–0,7 kg/dia), é necessário fornecer nutrientes adicionais a uma dieta de cana tratada com uréia, em uma quantidade variando de 15% a 25% do consumo total de matéria seca (Tabela 1).

Em rações para animais em engorda confinados, a substituição da silagem de milho ou sorgo pela cana, como forma de reduzir custos com alimentação, fatalmente vai resultar em redução no desempenho animal, aumentando o custo da arroba ganha no confinamento. Isto foi observado por Duarte et al. (1996), em uma situação em que novilhos cruzados em confinamento receberam à vontade silagem de milho, silagem de sorgo ou cana-de-açúcar, mais 2 kg/animal/dia de uma ração concentrada.

Os animais apresentaram os seguintes ganhos de peso vivo (kg/animal/dia): silagem de milho = 1,199 kg; silagem de sorgo = 1,185 kg; cana-de-açúcar = 0,642 kg.

Este menor desempenho da cana resultou em um custo de US\$ 40,00 por arroba ganha no confinamento, superior ao custo obtido com a silagem de milho (US\$ 22,00) ou sorgo (US\$ 34,00), embora o custo/tonelada desses volumosos tenha sido menor para a cana (US\$ 11,00) em comparação às silagens de milho (US\$ 19,00) ou sorgo (US\$ 28,00).

Apesar desses resultados, a cana pode

ser uma opção de volumoso na engorda de animais zebu, que iniciam a engorda com idade acima de 30 meses, ou em situações de fontes de ingredientes para concentrados mais baratas (por exemplo levedura em usinas de álcool).

Silagem — A alta produtividade da cana e a coincidência do seu ponto de amadurecimento (maiores teores de açúcar na MS) com a época de menor produtividade das pastagens fazem com que a mesma seja uma boa opção de forragem *in natura* para uso na seca. Para ensilar a cana com sucesso, é importante observar a época do corte (deveria ser durante a seca, quando a cana está com altos teores de açúcar e matéria seca ao redor de 30%), a eficiência de corte da cana pelas máquinas (tamanho de partículas entre 2 e 5 cm), boa compactação no silo (de preferência usando trator) e fechamento do mesmo em três dias no máximo, usando-se lona plástica, garantindo com isto total expulsão do ar.

Apesar de todo esse cuidado, a composição da cana vai favorecer uma elevada produção de ácido acético e álcool (ação de leveduras), prejudicando o seu consumo. O ideal é se houvesse uma maior produção de ácido láctico. O uso de aditivos biológicos não tem mostrado resultados consistentes. A adição de uréia (0,5% da matéria original) juntamente com o rolão de milho (10% a 12% da matéria original), entretanto, tem contribuído para melhorar consumo. ■

**Não perca na próxima edição
da revista**

O BRASIL AGRÍCOLA
www.agranja.com

agranja

✓ **A agricultura familiar que deu certo**

✓ **NPK: entenda um pouco mais**

RECORDE da soja gera debate



Fotos: A Granja

A oleaginosa vem batendo recorde e influenciando a economia nacional, a ponto de que uma queda no preço em 10% reduziria a arrecadação do Estado em 600 milhões de pesos. Mas em todos os segmentos já se discute como superar o equilíbrio das rotações de culturas, prejudicado pelo monocultivo de soja em muitas zonas produtoras. Recém-chegado a seu cargo, o próprio secretário da Agricultura da Argentina, Miguel Campos, indicou que “o avanço da soja na Argentina está se tornando preocupante em relação à sustentabilidade da agricultura”.

O certo é que o cultivo da oleaginosa, que cresceu espetacularmente nos anos de 1990 no plantio direto e com variedades transgênicas, já absorve em 50% a produção nacional de grãos. Em farinha, grãos ou óleo, as exportações de soja representaram US\$ 5.400 milhões em 2002, cerca de 20% das vendas totais da Argentina. E para este ano se espera mais: pela melhora dos preços e pela maior colheita, a expectativa é de que os embarques somem US\$ 7.269 milhões.

Por causa da soja, muitas culturas regionais perderam terreno, a exemplo do algodão, do milho, do arroz, da pecuária de corte e de leite.

Segundo analistas, no caso hipotético de queda da soja em US\$ 20 a tonelada, o governo perderia mais de US\$ 800 milhões em divisas. Na atual colheita sul-americana, se obteve um volume que supera 90 milhões de toneladas, um volume superior a 13 milhões de toneladas colhidas na temporada 2001/2002.

Este volume provém do Brasil e da Argentina, com volumes de 50 milhões de toneladas e 35 milhões de toneladas, respectivamente, devendo ser incluídas as produções do Paraguai (4,43 milhões de toneladas) e Bolívia (1,53 milhão de toneladas). Nesses países a produção ainda é baixa, mas foi registrado um forte aumento do cultivo na última década.

Sem embargo, as previsões da consultoria Oil World indicam um crescimento mais pausado em 2003/2004. A consultoria projeta em 13,4 milhões de hectares a área plantada na Argentina, computando uma expansão de 450 mil hectares.

Orgânicos em ASCENSÃO

A Argentina exportou cerca de 42 mil toneladas de produtos agrícolas orgânicos em 2002, a maioria destinada aos Estados Unidos, à União Européia e à Suíça. Os de maior crescimento foram as ervas aromáticas – cujos embarques cresceram 202% – e as frutas, que tiveram desempenho superior a 5%.

As participações se deram da seguinte forma: União Européia importou 35 mil toneladas; Estados Unidos, 4 mil to-



neladas; e Suíça, 3 mil toneladas. De acordo com a informação do Senasa, as principais exportações de orgânicos para a União Européia foram de cereais e oleaginosas (incluindo oliva, soja e sementes de girassol), cujo volume chegou a 14 mil toneladas; frutas em 12.500 toneladas e vegetais e legumes em 4.500 toneladas.

Atualmente mais de 215 mil hectares na Argentina se destinam à produção de culturas orgânicas.

Trigo

O clima seco tem agilizadado as semeaduras. A estimativa é de que 25% da área prevista (6,2 milhões de hectares) esteja semeada, ou seja, 3,3% acima do registrado no período de plantio anterior. Mas esses números podem sofrer alteração, pois parte do sul de Buenos Aires registra um forte déficit hídrico, que poderá determinar menor semeadura.

Soja

Cerca de 99% da cultura está colhida, com uma produção final estimada em 35 milhões de toneladas. O rendimento obtido (2.750 kg/ha) é recorde nacional.

Novilho

O comportamento da oferta e da demanda tem consolidado as perspectivas de estabilidade nos preços pelo menos até a entrada da primavera. O fato é que na primeira quinzena de junho foram vendidos 12 mil animais a mais que os volumes tradicionais dos últimos meses.

Leite

A rentabilidade do setor está se recuperando sensivelmente. Os produtores mais experientes advertem sobre a necessidade de manter um esquema de custos rígidos.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS: movimento pelo Modemaq

Os fabricantes de máquinas agrícolas do interior do país estão começando a organizar-se em *clusters* (conglomerados de empresas), que prosperam em todo o mundo. Cerca de 180 pequenos e médios fabricantes de máquinas e implementos estão fazendo um movimento em prol do Modemaq, programa que visa melhorar as compras, modernizar tecnologia e criar uma estratégia exportadora. O movimento, que agrupa as indústrias dos parceiros Armstrong, Arequito, Rafaela, Casilda, nasceu em dezembro passado.

A meca do sistema CONSERVACIONISTA

Glauco Menegheti

O arrozeiro Luiz Barbará Gonzáles e a mulher madrugaram no dia 22 de junho, um domingo. Colocaram a roupa mais confortável que tinham no armário para enfrentar a viagem de 750 km que enfrentariam até Gramado, partindo de Uruguaiana. Na cidade mais européia do Rio Grande do Sul, como fazem há oito anos sem falhar uma edição, participaram do 18º Seminário Cooplantio, promovido pela Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto (Cooplantio), de 23 a 25 de junho. Desta quase uma década de fidelidade ao encontro, Gonzáles teve a oportunidade de observar a importância que vem ganhando o evento. O sistema conservacionista também avança no Brasil.

No Rio Grande do Sul, são 4,2 milhões de hectares cultivados para um total de 6 milhões, ou 70% da área. No País, o percentual corresponde a 37,7% da área: 17 milhões em regime de SPD para um total de 45 milhões de hectares.

Por um lado, a instituição tem como bandeira a divulgação do sistema, que vem tomando o País de norte a sul, pelas vantagens de conservação do solo que proporciona. “Muito tem se falado sobre as razões que levaram

o Brasil a bater a casa dos 115 milhões de toneladas: clima, safrinha no Centro-Oeste, entre outros. Mas ninguém se lembrou que o sistema vem melhorando significativamente os nossos solos, além de oportunizar o plantio na hora certa”, observa Daltro Benvenuti, presidente da Cooplantio.

Cada vez mais autoridades em diversos campos do conhecimento vinculados ao agronegócio são vistos nos três dias do evento. Para a cooperativa, que não tem o seu plano de negócios calcado na tradicional venda de insumos, mas sim de sistemas, o seminário tem a ambição de servir como balizador do que será plantado na próxima safra de verão.

Mas não é apenas isso. Algumas escolhas de palestrantes fogem inteiramente do lugar-comum. Todos os anos é trazido um profissional para falar sobre motivação. Nesta edição, foi Nuno Cobra, preparador físico de atletas famosos, o escolhido para levantar o moral dos produtores. A programação feminina, por sua vez, ganhou mais importância. Esposas e agricultoras tiveram na programação duas palestras específicas, entre elas a de Nelma Pentead, que ensina as artes da sedução. A fórmula vem dando tão certo que o público mais do que dobrou do ano passado para cá. Foram 1.280 inscritos contra os 600 de 2002. As mulheres também reforçaram a presença. De 90 participantes em 2002, para 325 este ano.

Pesou para isso a mudança para um local, o Hotel Serrano, com es-



Encontro da Cooplantio reuniu em Gramado mais de 1.200 pessoas para tratar de temas ligados à agricultura



Benvenuti, da Cooplantio, ressalta que o plantio direto está qualificando os solos

trutura maior para abrigar uma inovação em relação às outras edições. Desta vez, temas que interessam a todos, como comercialização, gestão da propriedade e agricultura de precisão, fo-

Autoridades de diversos campos do conhecimento marcaram presença na 18ª edição do evento

ram desenvolvidos em um auditório principal, sendo que no dia seguinte cada área de interesse teve espaços exclusivos. Isso valeu para a soja, o milho e o arroz, culturas de maior expressão entre os associados da cooperativa gaúcha.

Os produtores de hortifrutigranjeiros, como alho, maçã e cebola, também ganharam uma sala especial, onde foram apresentados cases de sucesso, controle de doenças e formas para aumentar o rendimento das culturas. A solução serviu para evitar o entra-e-sai de produtores para cada palestra voltada a culturas diferentes, como aconteceu nos anos anteriores.

Os organizadores também tiveram a preocupação de convidar o ex-ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, e o atual secretário executivo, José Amauri Dimarzio, para que os participantes pudessem avaliar o que está sendo feito e o que o governo anterior realizou. “Deu para perceber que as visões estão em linha. Os dois ministérios estão coerentes com

o tipo de incentivo que deve ser dado à agricultura, no caso a familiar e a voltada à exportação”, avalia Benvenuti. Dimarzio aproveitou a ida a Gramado, que incluiu uma palestra no Seminário da Cooplantio, para tratar questões sanitárias com os secretários de Agricultura de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mais os delegados do ministério. O tema principal foi ocupado com as questões sanitárias que envolvem o Circuito Pecuário Sul. Durante a sua fala também prestou tributo ao sistema de plantio direto, atribuindo-lhe características como praticidade nas atividades de plantio e colheita e economia.

Na reunião com os secretários, um dos temas principais tratou as vantagens e desvantagens de Santa Catarina ser mantido como o único Estado brasileiro com status de livre de febre aftosa sem vacinação. Sobre o caso, Dimarzio disse que Santa Catarina tem facilidade em exportar carne bovina, mas se fecha à entrada de animais de elite vindos de outros Estados. “Isso afeta a variabilidade dos

rebanhos de leite e corte. Vale a pena Santa Catarina continuar sendo o único a não vacinar contra febre aftosa?”, indagou.

Na opinião do secretário da Agricultura e Política Rural de Santa Catarina, Moacir Sopelsa, o risco vale a pena. “A nossa preocupação é perder um trabalho de 30 anos para tornar o Estado livre de aftosa sem vacinação”, diz Sopelsa. “Não vamos alcançar o mercado europeu com vacinação.”

Desde a ocorrência de casos de febre aftosa em 2002, o Rio Grande do Sul foi proibido de enviar carne com osso bovina e gado em pé para Santa Catarina. Um dos principais motivos da reunião entre os delegados de Agricultura dos dois Estados mais o Paraná era tentar a liberação.

Para suportar um bom plano sanitário, Dimarzio é da opinião de que não pode haver contingenciamento de recursos para defesa agropecuária, tampouco para pesquisa. Sobre a biotecnologia ele usou um jogo de palavras para demonstrar a visão do governo



O arrozeiro Gonzáles confere, há oito anos, os debates realizados no maior evento de PD do Sul do País

sobre o assunto. “Não somos contra, prefiro usar a palavra ‘tomar conta’. O Brasil não pode abrir mão da engenharia genética para suprir as deficiências alimentares, mas deve ser cauteloso na condução desse assunto.”

Como não poderia deixar de ser num encontro que mobiliza agricultores do Rio Grande do Sul, Estado onde a área plantada com soja RR chega a 90%, o assunto era freqüente nas rodas de conversa entre os intervalos. “O governo não vai admitir o plantio de soja transgênica no País até que o Congresso Nacional regulamentar a questão”, disse Dimarzio. O secretário executivo disse haver excedentes de sementes fiscalizadas de



Philippsen, de Barração/RS, manifestou preocupação com a soja transgênica



No Rio Grande do Sul, 70% da área é ocupada em sistema de plantio direto. No País o percentual é de 37,7%

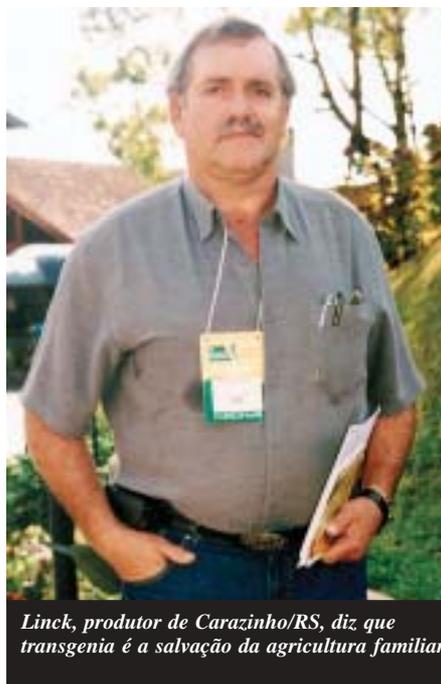
soja para a próxima safra, o que muitos agricultores questionam. Preocupação manifestada pelo secretário da Agricultura de Barracão, Volmir Silvano Philippsen. No município, onde são plantados 14 mil hectares com a oleaginosa, cerca de 90% tem o gene resistente ao herbicida glifosato.

“Se sair a proibição não vai ter semente para todos”, diz o secretário, que veio acompanhado de um grupo de 30 pessoas. Dimarzio diz que o governo não quer travar uma queda-de-braço com os agricultores e fez um apelo à consciência dos produtores por estarem infringindo a lei. Philippsen rebate dizendo que ao agricultor interessa a questão financeira e que muitos dos produtores do município passaram a se capitalizar depois da adoção da soja RR. “A transgenia está representando a salvação da agricultura familiar”, opina Aloísio Roberto Linck, que cultiva 1,8 mil hectares em Carazinho/RS. O argumento é baseado no fato de que os pequenos não têm condições de bancar tecnologia, como os herbicidas pós-emergentes utilizados na lavoura convencional.

Plantar soja transgênica, porém, não é a única maneira de sobreviver quando se tem uma propriedade de 20 hectares. “O erro mais freqüente é querer cultivar *commodities* em pequenas extensões de terra”, avalia Cilotér Borges Iribarrem, da Safras & Cifras. O analista, que participou do seminário

com a palestra o Desafio da Gestão da Empresa Rural, lembra que culturas como soja e milho só são viáveis quando implantadas em economia de escala. Com pouca terra e capital escasso, explica Iribarrem, o que sobra é mão-de-obra, pouco utilizada nessas culturas. “Esses produtores devem procurar atividades que absorvam mão-de-obra, como flores e hortifrutigranjeiros”, analisa o especialista.

Erros de avaliação grosseiros como esse estão na base dos equívocos co-



Linck, produtor de Carazinho/RS, diz que transgenia é a salvação da agricultura familiar

metidos no campo e do alto endividamento do setor. Enquanto existe excesso de preocupação com o aspecto técnico da atividade, a gestão da propriedade ganha uma atenção minguada do poder público, cooperativas e de fabricantes de insumos, tradicionalmente quem leva conhecimento. “O governo precisa se preocupar com a capacitação gerencial dos agropecuaristas, senão estão despejando dinheiro sem retorno”, adverte.

De acordo com o analista, um dos erros de avaliação que levam muitos a perderem o controle das finanças é a euforia causada pelos bons preços agrícolas. A imobilização de capital em máquinas e implementos agrícolas costuma ser freqüente nesses períodos. A natureza cíclica da atividade agropecuária, com oscilações de preços, passa a ser uma armadilha.

“A capacidade de pagamento de um bem deve ser feita pela média de faturamento dos últimos cinco anos, e não dos preços de um ano excepcional”, ensina o analista. Essa prática deve ser observada especialmente por aqueles que saíram recentemente de dificuldades financeiras, pois estão mais vulneráveis no momento. Outra dica: o reflexo imediato da perda de renda é o aumento de área na expectativa de que as dívidas serão pagas mais facilmente. “Mas o que ocorre é o contrário. As dívidas aumentam.”

É possível inferir que a pouca atenção dada aos aspectos gerenciais da propriedade está no cerne dos problemas de viabilidade econômica enfrentados pela agricultura familiar. Cerca de 40% da produção nacional resulta da agricultura familiar. Quando a qualificação extrapolar o campo técnico e atingir também os aspectos gerenciais, com uma política continuada, daí sim será possível melhorar a renda dos pequenos. Nos planos de qualificação, a mulher e os filhos têm de ser incluídos. “A esposa deve ser vista como uma peça fundamental, pois ela é muito mais organizada com as finanças.” Os filhos também estão incluídos nesse plano.

A Cooplantio, que tem em Iribarrem um colaborador antigo, entendeu o recado e deve oferecer palestras técnicas de gestão às mulheres e de informática para as novas gerações. Aguardem todos a 19º Cooplantio. ■

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Mistura do álcool na gasolina ultrapassando novas fronteiras

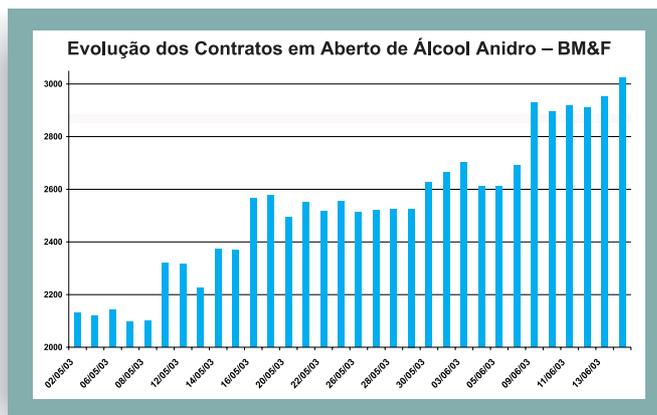
Carlos Alberto Widonsck/Alexsandro Mendonça Borel — carlosw@bmf.com.br

Artigo redigido em 12/6/2003

A produção de açúcar do México, do início da safra 2002/2003 até o final de maio teve crescimento de 0,65% com relação à safra anterior, atingindo 4,84 milhões de toneladas, segundo o governo local. No mercado físico, o Egito efetuou a compra de 40 mil toneladas de açúcar de uma *trading* internacional. O governo ucraniano assinou um decreto, permitindo a importação de 360 mil toneladas do produto com tarifa de 6 euros por tonelada. Essa decisão deve-se à queda na produção do país, estimada em 20% se comparada com a safra passada. Do início de setembro de 2002 até abril deste ano, as importações da Ucrânia cresceram sete vezes em relação ao mesmo período da safra anterior, passando de 67,5 para 483,5 mil toneladas. Nas bolsas internacionais, o comportamento das cotações para o primeiro vencimento entre os dias 4 e 11 de junho foi distinto. Na LIFFE o vencimento agosto/2003 valorizou

1,74%, já na CSCE, o julho/03 depreciou 2,24%, aumentando, assim, o prêmio do açúcar branco sobre o açúcar bruto. Na BM&F, os vencimentos futuros do açúcar acompanharam o mercado de Nova York, com destaque para o vencimento mais longo (novembro/03) com desvalorização de 3,03% no período citado. No mercado de álcool, o Senado dos EUA aprovou um projeto de lei determinando que, até 2012, 5 bilhões de litros de álcool combustível sejam misturados na gasolina. Empresários colombianos demonstram interesse na formação de *joint-ventures* com empresas brasileiras produ-

toras de álcool, pois, a partir de 2005, entra em vigor naquele país uma lei que determina o acréscimo de 10% de etanol na gasolina. Na BM&F as cotações do álcool anidro apresentaram novamente fortes quedas. Todos os vencimentos se desvalorizaram, sendo que o vencimento agosto/2003 foi o que apresentou a maior declínio, de 7,64%.



ALGODÃO

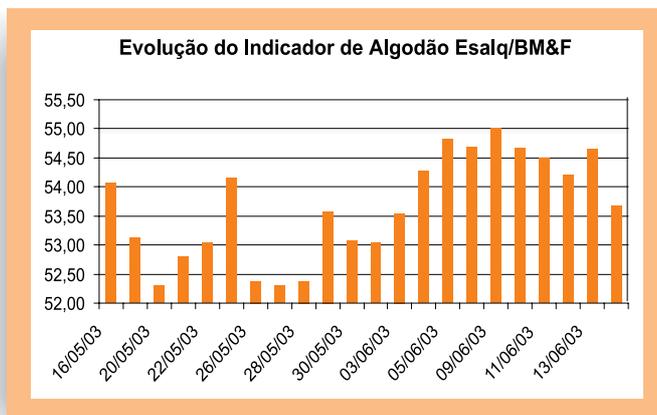
Oferta mais amena na entrada da safra

Plínio Pentead de Camargo — gma@bmf.com.br

Artigo redigido em 12/6/2003

Nos últimos dias, com a alta das cotações da Bolsa de Nova York, alguns traders fizeram consultas a corretores da BM&F, resultando em fechamentos de negócios de expressivos quantitativos, para as safras 2003 e 2004, esta última, com maior procura. Comparando as estatísticas desta semana com a anterior, conclui-se que a liquidez está um pouco melhor, embora ainda muito longe da normal. O preço do algodão tem sido muito influenciado pelo risco representado por compradores e pela necessidade ou não de produtores saldarem compromissos vencidos. No caso de negócios com fiações consideradas de pouco risco, o preço está em torno de R\$ 1,50/lp e, as que oferecem mais risco, R\$ 1,55/lp. Negócios de pequenos lotes – até cinco carretas – têm saído abaixo de R\$ 1,50/lp. Os produtores capitalizados não estão oferecendo produto, no aguardo de melhores preços, e todos os que venderam

para exportação estão preparando os primeiros lotes deste início de safra, para atender a esses compromissos. Apesar de as fiações continuarem a comprar pouco, o quadro acima alivia a oferta na boca de safra. No mercado disponível da BM&F, foram registradas 12.878 t, representando uma elevação de 5.898 em comparação à última semana. Foram destinadas à exportação 7.510 t, sendo: 490 t de Mato Grosso e 7.020 t da Bahia. De importação, foram registradas 1.000 t do Paraguai. O índice “A” da Cointlook foi fixado a US\$ 56,30/lp e a média da semana foi de US\$ 56,68/lp contra US\$ 56,99/lp da anterior. Em Nova York, o algodão com vencimento julho/03 foi cotado a US\$ 52,51/lp. A máxima da semana foi do dia 11 – US\$ 55,18/lp. No dia 11, o indicador Esalq/BM&F foi fixado em US\$ 54,71/lp contra US\$ 53,93/lp do anterior.



SOJA

BM&F oferece boas oportunidades para produtores

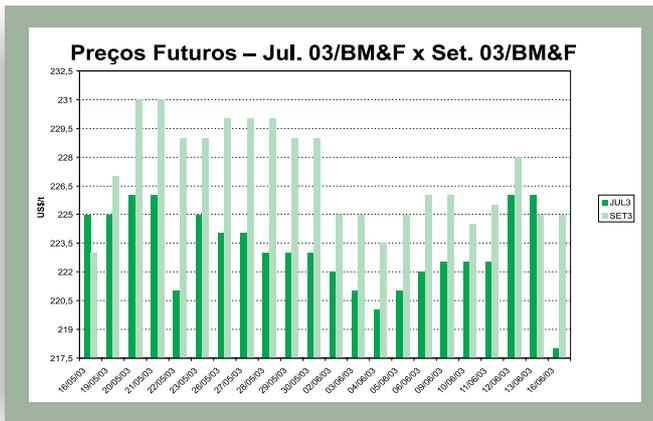
Antonio Bueno — bueno@bmf.com.br

Artigo redigido em 12/6/2003

Com respeito à safra 2002/2003, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) projetou o estoque final norte-americano ao nível de 3,6 milhões de toneladas, conforme o seu Relatório de Oferta e Demanda Agrícolas Mundiais (WASDE), divulgado em 11 de junho. No relatório mensal anterior havia sido previsto o estoque final de 3,8 milhões de toneladas. Essa redução é resultante de moderada diminuição do esmagamento previsto, aliada ao fato de que o USDA, contrariando as expectativas de grande parte dos *players* de mercado, manteve inalterado em 27,5 milhões de toneladas o número relativo às exportações previstas no decorrer do período. A consequência imediata desse dado foi a queda dos preços referentes à safra velha, com respeito aos preços da safra nova dos EUA. O *spread* (diferencial) safra nova/safra velha caiu US\$ 37,75/*bushel* (US\$ 0,83/saca). Na prática, é possível concluir que a escassez de

soja no *spot*/curto prazo nos EUA foi ligeiramente atenuada pela revisão dos números da safra norte-americana, embora muitas opiniões sejam contrárias aos critérios que teriam sido utilizados para efetuar tal revisão. Estando por encerrar-se o plantio no Hemisfério Norte, permanecem elementos altistas que merecem cuidadoso acompanhamento. Ou seja, continuam a pesar na balança dos preços futuros os efeitos adversos do clima excessivamente seco e quente sobre as safras de oleaginosas na Índia, segue a firmeza da demanda chinesa – o USDA aumentou para 17 milhões de toneladas a previsão das im-

portações chinesas – e persiste a fraqueza do dólar perante o euro (os preços dos farelos dos EUA e da América do Sul tornam-se bastante atrativos para os fabricantes de rações balanceadas na Europa). O contrato futuro de soja da BM&F continua a oferecer boas oportunidades de *hedge* para produtores e indústrias.



SOP Know-How

www.sopib.com

News and updates

Research

Information

Download

SOPIB

Sulphate of Potash Information Board

K+S KALI GmbH • Tessenderlo Group • SQM S.A. • GSL Corp.

MILHO

Vantagens de comprar no mercado futuro

Os preços futuros do milho negociados na BM&F fornecem informações importantes do sentimento do mercado presente em relação aos meses futuros. A tabela ao lado mostra que, com relação ao mercado à vista, R\$ 18,56/sc (em 11/6 na praça de Campinas), os participantes na BM&F esperam cotações mais baixas para julho e setembro, sugerindo elevação de oferta de milho carregado da safra de verão e colheita da safrinha.

Quem tem milho armazenado e observa as cotações futuras pode estar se perguntando qual é a melhor alternativa, desfazer-se do milho ou carregá-lo até a entressafra, ou seja, vender no mercado à vista ou no mercado futuro?

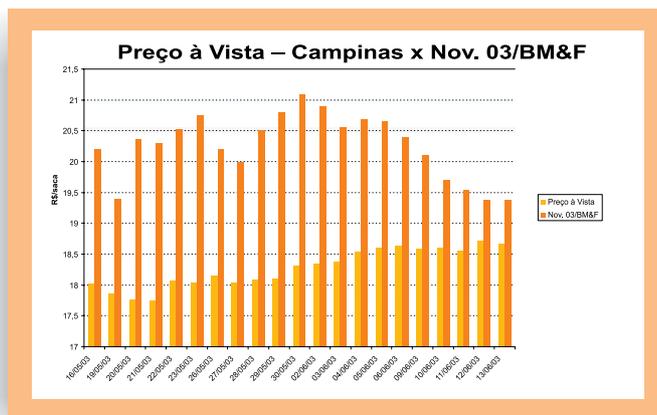
A alternativa de vender no mercado futuro a R\$ 19,55/sc para o vencimento novembro de 2003 deve-se levar em consideração o carregamento do estoque até lá.

Para tanto, parte-se do preço futuro e subtrai-se a armazenagem e o custo de oportunidade do capital, obtendo-se o valor à vista, para compará-lo com o preço no mercado disponível.

Fazendo as contas, pode-se concluir que o preço futuro trazido para o presente fica em R\$ 16,71/sc, sendo melhor vender no mercado à vista. Por outro lado, o comprador de milho também questiona se deve adquirir milho no mercado à vista e carregá-lo até novembro ou comprá-lo no mercado futuro. Fazendo as contas do valor do mi-

lho comprado no disponível acrescido ao custo de carregamento totaliza o preço de R\$ 21,09/sc.

Comparando-se com o futuro, conclui-se que o melhor para o comprador é, em vez de comprar hoje o milho e estocá-lo, comprar na bolsa no vencimento novembro de 2003.



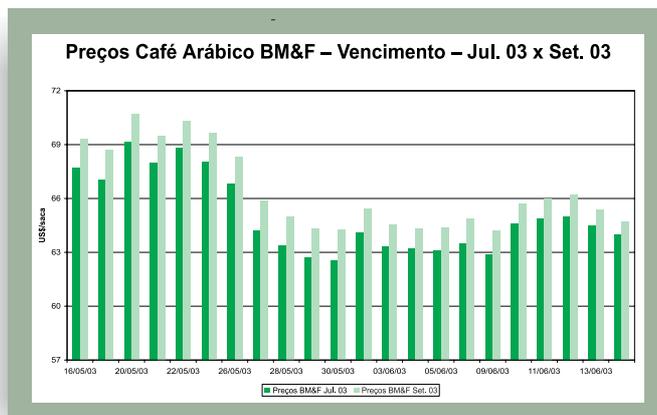
CAFÉ

Evolução dos preços do mercado BM&F

Durante o período entre 04/06 e 11/06, os mercados de café na BM&F e em NY apresentaram-se pouco voláteis e fecharam em alta. Em NY, os contratos de café arábica, vencimento julho 03, iniciaram a semana em queda, pressionados por vendas de operadores especiais e fundos. Mas a situação se reverteu e os contratos fecharam, no dia 11/06, atingindo a máxima de 2 semanas sustentados por compras nas baixas de especuladores e torrefadores, sendo cotados a US\$ 61,25/lp, aumento de US\$ 1,95/lp. Londres também iniciou a semana em baixa. No dia 09/06, os contratos chegaram a atingir a mínima de 8 meses, cotados a US\$ 661,00/t. A situação, porém, se reverteu e os contratos fecharam a semana em alta sustentados por cobertura de posições, cotados a US\$ 682,00/t, alta de US\$ 2,00/t. Na BM&F, os contratos acompanharam NY e Londres e fecharam dia 11/06 com a máxima da semana, sendo cotados a US\$ 64,90/saca, alta de US\$ 1,70/saca.

Na semana, ocorreram poucos negócios no físico, principalmente pela queda de preços, além da espera dos produtores pelos leilões de opções. No físico, o café Bica Tipo 6 foi negociado a R\$ 163,00/saca, queda de R\$ 1,00/saca; a Bica Rio Tipo 7 foi cotada a R\$ 118,00/saca, redução de R\$ 1,00/saca, o conillon Tipo 7, a R\$ 103,00/saca, baixa de R\$ 6,00/saca. O contrato futuro de café arábica, vencimento julho/03, apresentou-se com baixa volatilidade diária em relação às semanas anteriores durante os dias 04/06 e 11/06. Neste período, os valores da volatilidade oscilaram entre 0,74% e 1,38% ao dia.

No dia 11/06 ocorreram os leilões de opções de venda para exercício setembro e novembro onde foram ofertados 7.200 contratos de opção de arábica e foram arrematados 6.640 lotes. O prêmio das opções de café arábica situou-se entre R\$ 0,95/saca e R\$ 5,00/saca para exercícios em setembro e novembro.



ARROZ

Quebra na safra do Rio Grande do Sul

Os números finais da colheita de arroz no Rio Grande do Sul indicam uma quebra de 15,7% na safra, com produção de 4,6 milhões de toneladas. No período 2001/2002, esse total chegou a 5,9 milhões de toneladas. A área plantada no Estado chegou a 951 mil hectares e a produtividade atingiu aproximadamente 5 mil kg/ha. O valor da saca no RS varia entre R\$ 32 e R\$ 35.

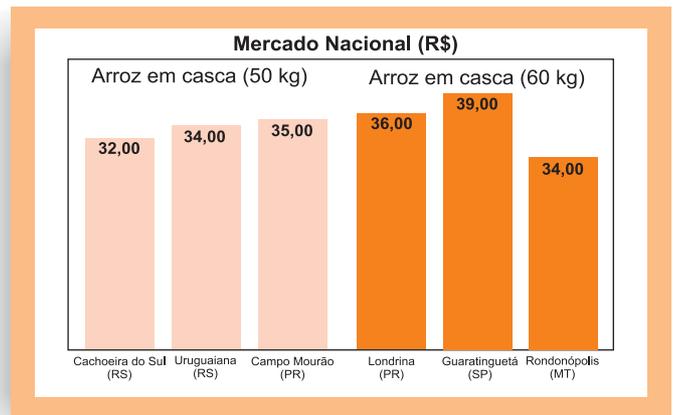
Agora, os produtores gaúchos começam a estudar estratégias de comercialização para a safra. Na última quinzena de junho, não foram constatadas mudanças nos comercializados, ou seja, foram efetuados negócios apenas em quantidades suficientes para manter o mercado abastecido. Os orizicultores esperam do governo federal um movimento mais definido em relação à política de curto prazo.

Para que não ocorra diminuição

de área para a próxima safra, o Instituto Riograndense do Arroz (Irga) pretende realizar um trabalho de manutenção de área em todo o País, desde que os estoques do governo federal não provoquem queda nos preços, segundo informou a presidência do instituto.

Os três maiores Estados produtores deverão ofertar 6,1 milhões de toneladas nesta safra, pouco mais de 60% da produção nacional, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 10,6 milhões de toneladas. Os Estados do Norte e do Nordeste devem responder por 2,4

milhões de toneladas, e o restante pelo Sudeste, Centro-Oeste e o Paraná. A colheita do arroz da safra 2002/2003 já foi concluída em Mato Grosso. O Estado colheu 1,15 milhão de toneladas, segundo a Associação dos Produtores de Arroz de MT, com um incremento de 11% sobre a safra anterior, 2001/2002.



TRIGO

Aumento discreto na produção mundial

Segundo o mais recente relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) com as primeiras projeções acerca da oferta e demanda mundial de trigo no ano-safra 2003/2004, está previsto um aumento bastante discreto, de apenas 0,84% na produção mundial do cereal. Por estas projeções, a produção continuaria bem abaixo do consumo mundial, reduzindo sensivelmente os estoques.

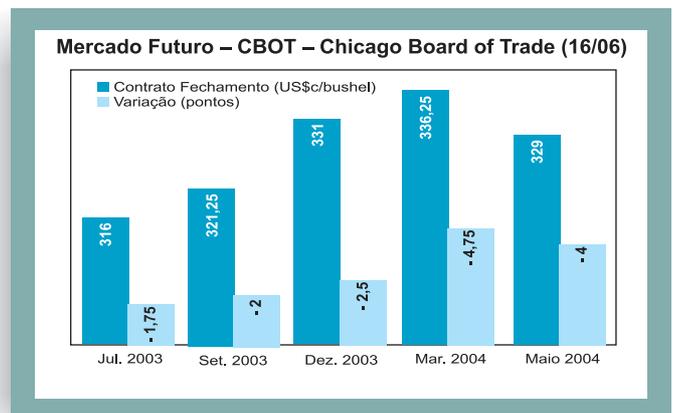
Os números surpreendem pelo fato de que se esperava uma produção muito superior à do período 2002/2003, quando alguns dos principais produtores mundiais (Estados Unidos, Argentina, Austrália, Canadá) tiveram reduções sensíveis de produção, decorrentes da diminuição de área plantada, de adversidades climáticas no transcorrer da safra ou da conjugação destes dois fatores. No entanto, as produções superiores esperadas para estes países acabam sendo compensadas

pela redução na de outros importantes produtores mundiais, particularmente na de alguns países que formavam a ex-União Soviética. A produção destes países passaria de 91,33 milhões para 67,63 milhões de toneladas.

Considerando que estas estimativas são bastante iniciais e que outras fontes de informação indicam números bem diferentes destes, é de se esperar que, no transcorrer dos meses, o USDA altere significativamente suas projeções de produção, para mais.

A produção mundial 2003/2004 está estimada em 569,52 milhões de tonela-

das e o consumo em 591,43 milhões de toneladas, com os estoques finais projetados em 134,46 milhões de toneladas, contra os 156,36 milhões de toneladas na safra 2002/2003, uma queda de 14%. Os estoques finais em 2003/2004 são os menores desde a safra 1988/1989.



Fosfertil Ultrafertil tem novo **PRESIDENTE**

Francisco Gros (na foto) é o novo presidente da Fosfertil Ultrafertil, principal produtora brasileira de matéria-prima para fertilizantes. Ele assume com o desafio de consolidar o crescimento e trazer novos negócios para a empresa. Também terá como prioridade aumentar a visibilidade da empresa, utilizando para isso a sua experiência e grande conhecimento do mercado, tanto no setor público quanto no setor privado. A



Divulgação

Fosfertil Ultrafertil também atua como fornecedora de insumos às indústrias químicas e no setor logístico. Em 2002, a empresa obteve um lucro líquido consolidado de R\$ 258,2 milhões.

Máquinas John Deere agora **FINANCIADAS** no Nordeste

Os agricultores e pecuaristas da Região Nordeste do Brasil já podem financiar equipamentos John Deere por meio de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE). O convênio foi assinado entre a John Deere e o Banco do Nordeste do Brasil com o objetivo de estabelecer linhas de financiamento destinadas ao fomento da mecanização e modernização da atividade agrícola na região. Os recursos do FNE servirão para financiar tratores, implementos, colheitadeiras e pulverizadores produzidos e comercializa-

dos pela John Deere e sua rede de concessionários. O convênio prevê uma sistemática simplificada de análise dos processos de financiamento, de forma a agilizar a contratação das operações. Para os mini e pequenos produtores, o valor do financiamento corresponderá a até 90% do valor do equipamento. Para os médios e grandes o valor financiado é de até 70% do total do bem. O prazo é de até oito anos e um de carência. Já o custo do dinheiro para o pequeno e médio produtores é de 6,56% a 8,75%/ano e para o grande, 8,06% a 10,75%/ano.

Agronegócio ganha agência **ESPECIALIZADA**

Regis Coletto, engenheiro agrônomo por formação e publicitário por vocação, acaba de abrir a Maxxyma Comunicações, colocando toda a sua experiência de 28 anos de atuação no marketing rural, 17 deles na área de comunicações. “Uma das maiores vantagens para todos os nossos clientes é que, com a nossa experiência, encurtamos o processo de criação e produção de peças ou de campanhas, com

uma sensível redução de tempo e até mesmo de custo”, disse Coletto.

Instalada em São Paulo, a empresa abriga profissionais que atuam no marketing rural há anos e acumulam experiência e prêmios nacionais e internacionais. A Maxxyma ainda mantém assessoria técnica com vários profissionais de áreas específicas, como veterinária, pesquisa mercadológica e fotografia especializada em agropecuária.

Metasa **INVESTE** no mercado espanhol

A Metasa está investindo em negociações com o mercado espanhol para a venda de máquinas. A empresa já mantém uma equipe técnica na Espanha dando toda a assistência necessária para que os clientes tenham um ótimo desempenho e consigam atingir seus principais objetivos: lucro com o plantio direto e a correção do solo. Recentemente, a Metasa trouxe para o Brasil uma delegação de 17 produtores da região da Província de Sevilla, do Sul da Espanha, para que tivessem a oportunidade



Divulgação

de conhecer a empresa de perto e constatar a tecnologia empregada na fabricação dos produtos. O plantio direto, na Espanha, equivale a apenas 3% do total da área plantada. A Metasa pretende, contudo, por meio de visitas, ajudar a difundir a técnica e assistir os produtores com a troca de experiências, mostrando o que há de mais moderno e inovador no Brasil.

Massey Ferguson **CONQUISTA** Top of Mind Rural

A Massey Ferguson foi a vencedora do *Top of Mind Rural 2003* na categoria tratores. Desde a criação do ranking, em 1998, a Massey Ferguson é a marca de tratores mais lembrada pelos produtores rurais. Hoje a pesquisa tem 27 categorias e avalia a força das marcas existentes e o efeito que elas exercem sobre o público

consumidor, servindo como subsídio para a avaliação do trabalho de marketing realizado pelos profissionais que atuam neste segmento. Participaram da pesquisa somente produtores rurais e profissionais do setor com poder de decisão na aquisição de produtos, como agrônomos e veterinários.

Abertas as **INSCRIÇÕES** para o prêmio **illycafé**

E stão abertas as inscrições para o 13º Prêmio Brasil de Qualidade do Café “Espresso”, promovido anualmente pela torrefadora italiana *illycafé*, que premiará cafeicultores brasileiros com US\$ 101 mil. Visando à qualidade dos cafés não-ligados, do tipo 3 para melhor (com no máximo 12 defeitos), nas peneiras 16 e acima. As amostras serão analisadas seguindo os rigorosos padrões internacionais adotados pela *illycafé*. A seleção será feita por meio de testes com raios infravermelhos, equipamento de ultravioleta, mapeadora e várias formas de classificação. O regulamento do prêmio já está disponível nas cooperativas e associações de cafeicultores. As inscrições vão até o dia 9 de outubro.



A Granja

ANOTE AÍ

De 27 de julho a 1º de agosto acontece o 43º Congresso Brasileiro de Olericultura, no Recife/PE. O evento vai abordar o tema “Qualidade da Segurança Alimentar”, de grande importância para a produção de alimentos. Informações pelo telefone (81) 3302-1247 ou pelo e-mail 43cbo@ufrpe.br

De 25 a 28 de agosto será realizado o 8º Congresso Florestal Brasileiro, em São Paulo/SP, que terá como tema central “Benefícios, Produtos e Serviços da Floresta: Oportunidades e Desafios do Século XXI”. Os objetivos do evento são oferecer oportunidade para debate e entendimento sobre as principais questões sociais, ambientais e econômicas relacionadas com a atividade florestal no Brasil, além de propor formas para ampliar a inserção da atividade de base florestal na conservação ambiental e no desenvolvimento social e econômico do País. Informações pelo telefone (11) 3722-3344 ou pelo e-mail wrsp@wrsaopaulo.com.br

A 9ª Reunião Sul-Brasileira Sobre Pragas de Solo ocorre de 3 a 5 de setembro no Balneário Camboriú/SC. O evento será um fórum de debates que visa promover o conhecimento sobre pragas de solo e buscar soluções para os problemas causados à agricultura. São objetos da reunião as pragas de solo e seus organismos associados, inclusive inimigos naturais, de interesse para os sistemas de produção orgânica e/ou tradicionais da agricultura e da pecuária dos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Informações pelo telefone (47) 341-5220 ou pelo e-mail hfprando@epagri.rct-sc.br

1º Encontro **SUCROALCOOLEIRO** do Nordeste

A Goodyear do Brasil realizou, em junho em Maragogi/AL, o 1º Encontro Sucroalcooleiro do Nordeste, com a presença de mais de 100 participantes, entre diretores e gerentes das principais usinas e empresas de transportes de Alagoas, Per-

nambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraíba, além de revendedores da região. No evento, ocorreu o lançamento do Goodyear Superflot, o primeiro pneu de alta flutuação fabricado no Brasil. “Trata-se de uma necessidade da agricultura bra-

sileira, pois a utilização deste tipo de pneu reduz a compactação do solo, além de sua maior capacidade de carga, reduzindo assim os custos de operação”, afirmou José Carlos Moreno, gerente da Unidade de Negócios Agrícolas da Goodyear.

Tecnologia para o **AGRIBUSINESS**

A IFS Industrial & Financial Systems especialista em software ERP para gestão empresarial está apresentando uma nova tecnologia para o setor de agribusiness, que dá aos produtores controles de produção e gestão compatíveis com as exigências do mercado, sobretudo aquelas voltadas à exportação. O sistema permite às agroindústrias aumentar a capacidade de gestão e integração de seus processos. Para o setor usineiro, a gran-

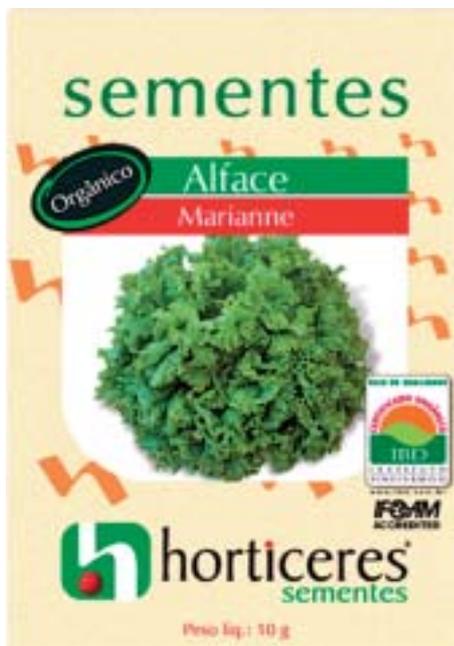
de novidade é a utilização do módulo de manutenção do IFS Applications diretamente no trabalho agrícola. A aplicação avança para o uso da tecnologia na própria terra, ou seja, a lavoura de cana passa a ser considerada uma fábrica que produz cana-de-açúcar. Enquanto o sistema de manufatura é utilizado para os processos a partir do corte e da moagem, o de manutenção gerencia o tratamento do solo e da planta que resta depois da colheita.

Cargill ganha prêmio de EXPORTAÇÃO

Pela quarta vez, a Cargill recebeu o Prêmio Exportação da ADVB/RS, que a reconhece como uma das maiores exportadoras do Rio Grande do Sul no ano de 2002. O prêmio foi concedido pelas 590 mil t embarcadas no ano passado, o que representa 33% da exportação do produto no Estado.

Duas novas variedades de ALFACE

A Horticeres acaba de introduzir no mercado as primeiras sementes de alfaces criadas no Brasil e produzidas, comercialmente, no sistema orgânico de cultivo. São as cultivares de alface Luisa (lisa) e Marianne (crespa). As sementes receberam os selos de certificação do Instituto Biodinâmico e Demeter (IBD). Até então, as opções para os



Divulgação

produtores de alfaces orgânicas disponíveis eram as sementes importadas ou as tratadas quimicamente. “A certificação assegura ao produtor de alimentos orgânicos o plantio de sementes isentas de tratamento químico, produzidas em ambien-

tes seguros para o ser humano e para a natureza, desde o campo até a embalagem”, destacou o gerente de marketing da Horticeres, Ayrtton Tullio Jr. As cultivares são “nuas”, ou seja, não recebem tratamento químico e possuem alto teor de germinação.

Controle biológico de NEMATÓIDES

Para diminuir as perdas das lavouras de café e para reduzir a níveis mínimos os danos causados ao ambiente, com a utilização de produtos químicos, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, instituição participante do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, coordenado pela Embrapa Café, desenvolveu o controle biológico dos nematóides das galhas (*Meloidogyne spp*). Os nematóides chegam a causar prejuízos estimados na or-

dem de US\$ 100 milhões nas lavouras de café e em outras culturas tropicais economicamente importantes, como soja, feijão e hortaliças, além de fruteiras. A bactéria *Pasteuria penetrans* impede a fêmea do nematóide de produzir ovos e as larvas de se instalarem nas raízes, onde a praga age matando as plantas. O controle consiste em aplicar a bactéria, produzida em pó, nas mudas de café que depois serão plantadas em áreas contaminadas pelo nematóide.

CEBOLA híbrida bate recordes

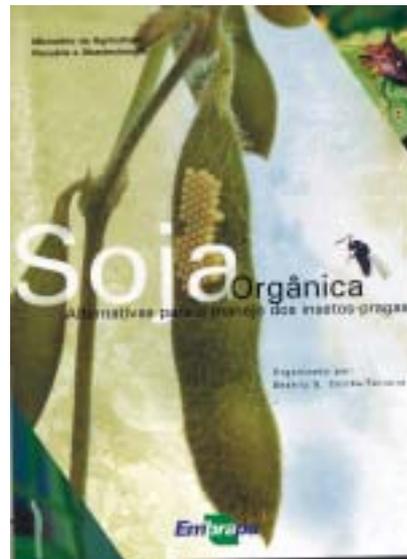
A variedade de cebola híbrida mercedes, produzida pela Seminis, tem batido recordes de produtividade em regiões tradicionais da cultura. Em alguns municípios como Santa Juliana/MG e Cristalina/GO chegou a 50 t/ha, enquanto o registro médio das cultivares normais não ultrapassou 20 t/ha. Em condições climáticas normais, a mercedes chegou a 80 t/ha. A cultivar da Seminis rendeu 60 t por hectare na região de Piedade, interior paulista, onde a média das tradicionais não ultrapassa 25 t/ha. Em 2002, mesmo com geadas fora de época e a seca inesperada, a mercedes manteve a produtividade média de 45 t/ha. “A produtividade varia de acordo com as condições climáticas e também com os sistemas de cultivo, mas em todas as regiões ela tem superado as médias de produtividade, tornando-se uma nova opção de lucratividade”, argumenta o supervisor de vendas da empresa, Álvaro Peixoto.



Divulgação

Embrapa lança novos LIVROS

A Embrapa lançou algumas publicações para produtores de tomate e de soja. O livro Doenças do Pimentão – Diagnose e Controle, dos pesquisadores Carlos Alberto Lopes e Antônio Carlos de Ávila, da Embrapa Hortaliças, sediada em Brasília, consiste em um guia em que estão descritas e caracterizadas 43 das principais doenças que atingem a hortaliça. A obra – ilustrada – disponibiliza identificação de sintomas e os meios de controle das moléstias causadas por fungos, bactérias, nematóides, vírus e artrópodes (pré e pós-colheita). Já o Comitê de Publicações da Embrapa Soja, de Londrina/PR, está oferecendo cinco novas publicações que abordam desde questões técnicas e estudos sobre agronegócio: Soja Orgânica: Alternativas para o



Divulgação

Manejo dos Insetos-Pragas; Ferrugem da Soja: Identificação e Controle; Avaliação dos Impactos Econômicos e Sociais da Pesquisa da Embrapa Soja; Cadeias Produtivas: Roteiro para Estudo dos Sistemas Agroalimentares; Fungos Entomopatogênicos; Contribuição ao Desenvolvimento de Linhagens de Soja com Resistência a Patógenos.

Transbordo para **CANA** picada



Divulgação

A John Deere está apresentando a Greensystem, linha de implementos lançados em parceria com outras empresas. Junto com a DMB, de Sertãozinho/SP, coloca à disposição o transbordo para cana picada para complementar o sistema mecanizado, a ser usado em conjunto com um trator John Deere e a colheitadeira de cana CH2500B, da Cameco.

John Deere Brasil — Av. Eng. Jorge A. D. Logemann, 600, CEP 98920-000, Horizontina/RS. Site www.johndeere.com.br

Agripec **INCREMENTA** linha de soja e feijão

A Agripec, indústria formuladora nacional de defensivos agrícolas, em contínuo processo de incremento de seu portfólio, está lançando para a safra 2003/2004 o produto Carbomax 500 SC. Trata-se de um fungicida sistêmico à base de *carbendazin*, produto já consagrado pela sua alta performance no tratamento de sementes e no controle das doenças de final de ciclo da soja (*Sep-toria*, *Cercospora* e oídio), e para o controle da antracnose do feijoeiro em pulverização foliar.



Divulgação

Agripec Química e Farmacêutica S.A. — Av. Parque Sul, 2138, 1º Distrito Industrial, Maracanaú/CE, CEP 61939-000. Fone (85) 215-1000. Site: www.agripec.com.br

Retroescavadeira em nova **VERSÃO**

A JCB lançou a 214e, nova versão de retroescavadeira, agora produzida em sua fábrica brasileira. A máquina vem com formato e design mais arrojados. As modificações no modelo incluem a mudança de posição das mangueiras para maior proteção; transmissão com garantia de 12 mil horas de serviço, mais durável e segura; maior facilidade na mudança de marchas; novo capô com painéis removíveis; novo torque com poder de arranque 20% maior; além de bombas ligadas à transmissão, na parte hidráulica, para maior acesso e melhor resistência.



Divulgação

JCB do Brasil Ltda. — Av. Vela Olímpica, 24, Sorocaba/SP, CEP 18087-350. Fone (15) 3325-3544.

PICK-UP para o campo e para a cidade



Divulgação

A Nissan do Brasil lançou a pick-up Frontier cabine simples 4x2 com motor intercooler de 2.8 litros turbo-diesel. É a única da categoria a sair de fábrica com conjunto de freios ABS nas quatro rodas. A Frontier possui caçamba

com capacidade de carga para até uma tonelada e a média de consumo por litro é de 14 km na estrada e de 11 km na cidade. O preço médio de venda é entre R\$ 56 mil e R\$ 59 mil caso o cliente opte pela instalação de acessórios como estribo, protetor de caçamba e capota marítima. É um veículo utilitário de alta tecnologia, performance e conforto, recomendado tanto para o trabalho rural como para empreendimentos urbanos e de lazer.

Nissan do Brasil — Caixa Postal 17018, Curitiba/PR, CEP 80051-980. Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-111090. Site: www.nissan.com.br

Pivô para áreas **RETANGULARES**

Atender a uma nova faixa de mercado e ampliar o mix de produtos que formam o portfólio dos sistemas de irrigação fabricados pela empresa é o objetivo do Grupo Fockink ao lançar o Pivô Linear 2 Rodas. Este equipamento é utilizado em áreas retangulares onde o comprimento da tubulação aérea é de 350 m com o vão livre entre 3 m e 3,50 m. A empresa quer atender, com esse produto, o mercado da cana-de-açúcar e de grãos, por meio do melhor aproveitamento das áreas planas.

Grupo Fockink — Rua da Holanda, 123, CEP 98280-000 — Panambi/RS. Fone (55) 3375-9500. Site www.fockink.ind.br



Divulgação



A Granja

Adilton Sachet

1º vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)

INVESTIMENTOS garantem o melhor algodão dos últimos anos

A Granja — Como está o investimento do produtor mato-grossense na cultura do algodão?

Sachet — O produtor está bastante motivado em busca da qualidade e de maior ocupação de mercado. Investimentos estão sendo feitos, mas acabou a época da euforia. Estamos produzindo melhor em uma área menor. Há dois anos no Estado a cultura ocupava 420 mil hectares. Na safra passada, passou para 320 mil hectares e neste ano a área com a herbácea está em 290 mil hectares. Estamos produzindo em menor área e investindo muito em qualidade. Em 2003, a qualidade do algodão está incomparável, estamos com a melhor safra dos últimos anos, resultado do clima altamente favorável e dos investimentos realizados nas usinas

A Granja — E qual a previsão para 2004 em Mato Grosso?

Sachet — Inicialmente, haverá manutenção da área plantada, mas se os preços futuros forem favoráveis, pode haver um acréscimo de até 10%. Mas é preciso deixar bem claro que se houver expansão da área não será com o intuito de especulação, mas sim com contratos fechados.

A Granja — Existe uma proposta de criação de contratos de opção para o algodão. Como esta discussão está junto ao governo?

Sachet — O algodão, cujo preço é atrelado ao dólar, fica sujeito aos fluxos e refluxos do mercado. A indústria tem seus preços travados em real. Com a queda do dólar, de R\$ 3,90 para R\$ 2,88, houve um decréscimo grande em real. Os contratos de opção viriam em boa hora para não desestimular o produtor, além de serem uma forma de aquecer a demanda. No final de junho, tivemos uma conversa com a coordenação de política agrícola do Ministério da Agricultura, mas ainda estamos em negociação. O contrato de opção é uma ótima ferramenta para o cotonicultor, uma vez que na colheita existe uma forte demanda de venda a curto prazo pela necessidade de caixa. E esse excesso de oferta resulta na queda dos preços. Esse mecanismo deve ser estabelecido de forma transparente, deslocando a oferta para 30/60/90 dias, a fim de se evitar pressões. É uma forma de dar sustentabilidade à produção.

A Granja — Quais outros mecanismos/ferramentas deveriam ser disponibilizados para incentivar ainda mais a produção de algodão e melhorar os preços?

Sachet — A vinda de *tradings* para o Brasil vai ajudar a comercialização no setor algodoeiro. Mesmo o produto sendo direcionado só para a exportação acredito que irá estimular o mercado com compras antecipadas. A carga tributária hoje no Brasil inviabiliza o comércio. São impostos diretos em cascata que incidem sobre o negócio. Se houvesse uma desoneração dos impostos em cascata, com certeza teríamos um salto de qualidade no algodão, assim como no volume comercializado. Mas, infelizmente, a reforma tributária não deve resolver esses entraves. Em Mato Grosso, de 25% a 30% da produção será comercializada dessa forma. Na Agropecuária Sachetti, esse índice chegará a 40%. ■

O contrato de opção é uma ótima ferramenta para o cotonicultor, uma vez que na colheita existe uma forte demanda de venda a curto prazo pela necessidade de caixa